

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

**POLÍTICAS COMUNICACIONAIS E A PRÁTICA RADIOFÔNICA NA
SOCIEDADE EM MEDIATIZAÇÃO:** Um estudo sobre os documentos de comunicação do
Movimento Sem Terra (MST) e Rádio Terra Livre FM

JOEL FELIPE GUINDANI

SÃO LEOPOLDO, RS

2010

Joel Felipe Guindani

**POLÍTICAS COMUNICACIONAIS E A PRÁTICA RADIOFÔNICA NA
SOCIEDADE EM MEDIATIZAÇÃO: Um estudo sobre os documentos de comunicação do
Movimento Sem Terra (MST) e Rádio Terra Livre FM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientador: Professor Doutor Pedro Gilberto Gomes

São Leopoldo, RS

2010

JOEL FELIPE GUINDANI

**POLÍTICAS COMUNICACIONAIS E A PRÁTICA RADIOFÔNICA NA
SOCIEDADE EM MEDIATIZAÇÃO:** Um estudo sobre os documentos de comunicação do
Movimento Sem Terra (MST) e Rádio Terra Livre FM

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Ciências da Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

XX

Professor, Doutor Pedro Gilberto Gomes (Orientador)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Professora, Doutora Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro

Centro Universitário Feevale

Professora, Doutora Christa Liselote Berger Ramos Kuschick

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Ao mistério da vida, manifestado na presença dos que lutam por justiça social.

Aos meus pais Gelci e Darci, irmão Evandro e cunhada Michele, pela doação amorosa e ajuda financeira nas horas difíceis.

Aos meus avôs Guerino, Maria e Amábile (*in memorian*). Ao nono Alcides, retirante gaúcho, sem-terra, pelo exemplo de vida.

À Dona Carmen, Lourenço, Thamara e Joyce, minha segunda família.

À Cristovão Domingos de Almeida, pela amizade incondicional.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em especial ao Miguel Stédile, Ernesto Puhl, Raquel Casiragui, Adílio Paz, Dionathan Plens, Adones Almeida, Élen Ribeiro, Fábio Reis, Dirceu Pelegrino, Diogo Busnello e Terezinha Andretta. Juntos, rompemos cercas e semeamos novas lutas.

Aos amigos do coração, Lourdes Ana Silva, Jackson Ronie Sá e Genoveva Alves, que juntos caminhamos nas horas de alegria e solidariedade.

Ao meu orientador, Pedro Gilberto Gomes, pela orientação e amizade disponível nos momentos da caminhada acadêmica.

Ao projeto social Trilha Cidadã, pela acolhida solidária, amizade e sonhos partilhados na militância com a juventude.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, especialmente aos professores Antonio Fausto Neto e Christa Berger, pelas contribuições durante a qualificação e pela humilde disponibilidade em todos os dias do mestrado.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, Cinara Pierotto, Lilian Boettier Motta, Valéria Cabral e Vanessa Esperafico, pela ajuda alegre e constante.

“Do sonho de muitos construímos nossa história
Na luta de todos forjamos nossa vitória.
As marcas do tempo mostram a vontade de vencer
Dia após dia tecendo a realidade que nos fez crescer.
Vozes do povo se pode ouvir, já é hora e semear
No sonho teimoso de construir nosso jeito de falar.
No começo, muita persistência e vontade de transformar
Mostram a resistência e a alegria em cada olhar.
Em meio a dificuldades o microfone se calou
Mas ficou a verdade do sonho que brotou.
Hoje, o sonho se refez para poder concretizar
Agora o que ouvimos outra vez é A Voz do Povo No Ar”.

Élen Ribeiro, comunicadora da Rádio Terra Livre FM

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar e compreender a tensão deflagrada entre as proposições político-documentais do Movimento Sem Terra - MST sobre comunicação e funcionamento da Rádio Terra Livre FM, demonstrando, nesse processo, indícios da sociedade em midiatização. Sob a modalidade metodológica da Pesquisa Participante, também oferece reflexões sobre como o MST está lidando com os desafios advindos da crescente midiatização social, com vistas às suas idealizações políticas de comunicação e suas apropriações por militantes que desenvolvem esta prática comunicacional. Da tríade: (a) Documentos de comunicação do MST; (b) Rádio Terra Livre FM; (c) Coletivo de comunicadores, interessa-nos saber as causas dessa incongruência, defasagem ou, quem sabe, incompatibilidade e não articulação entre as formulações políticas do MST sobre comunicação e o funcionamento da Rádio Terra Livre FM. Nossa hipótese prenunciada confirma que essa tensão ocorre pelas especificidades das lógicas de cada campo em cena (BOURDIEU, 1998): o campo radiofônico, constituído pela especificidade técnica, e os comunicadores estão em uma nova ambiência (GOMES, 2006), que é pouco considerada pelas proposições documentais sobre comunicação elaboradas pelo MST. Quer dizer, o funcionamento da Rádio Terra Livre FM move-se por demandas da sociedade em midiatização, e o campo documental do MST é erigido por uma racionalidade mais política e de resistência a tais afetações. Na mesma direção, as reivindicações do campo social, arraigadas em valores e expectativas do universo em midiatização, exigem certa autonomia do modo de ser da Rádio Terra Livre FM mediante essa direcionalidade mais politizadora requerida pelas políticas comunicacionais.

Palavras-Chave: Campos sociais; Midiatização; Rádio; Movimento Sem Terra.

ABSTRACT

This research aims to present and understand the tension triggered between the political documentary propositions of the “Movimento Sem Terra – MST” (Movement of the Landless) on communication and operation of the “Rádio Terra Livre FM” (Radio Free Earth, MF [Modulated Frequency – MF]), demonstrating, in that case, evidence of the society in media coverage. Under the methodological model of participatory research, it also offers reflections on how the MST is dealing with the challenges from the growing social media coverage, with a view to their political idealizations of communication and their appropriation by militants who engage in the practice of communication. From the triad: (a) MST’s documents of communication, (b) Radio Free Land, MF, (c) Group of communicators - we are interested in knowing the causes of this inconsistency, delay/ difference or perhaps incompatibility and lack of articulation between the political formulations of MST on communication and operation of the Radio Free Land, MF. Our foreshadowed hypothesis confirms that this tension is the specific nature of the logics of each visualized field (Bourdieu, 1998): The field of the radio, consisting of technical specificity and communicators, would be in a new ambience (GOMES, 2006), to which is not given much consideration by the propositions of documents about communication produced by the MST. That is, the operation of the Radio Free Earth, MF, is driven by the demands of society in media coverage, and the documentary field of MST is constructed by a more rational policy and resistance to such affectations. By the same token, the claims of the social field, rooted in values and expectations of the universe in media coverage, require a certain autonomy of the way of being the Radio Free Earth, MF, by the more politicized directionality required from the communicational policies.

Keywords: Social fields; Media Coverage/Mediatization; Radio; MST.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Proposição documental e Rádio Terra Livre FM.....	25
QUADRO 2	Relação entre proposição documental,Rádio Terra Livre FM e coletivo de comunicadores	27
QUADRO 3	Campos em interação	41
QUADRO 4	Esquema para análise da midiaticização	51
QUADRO 5	Assentamentos rurais no município de Abelardo Luz (SC)....	72
QUADRO 6	Centro cultural 25 de Maio	93
QUADRO 7	Programação da reabertura da Rádio Terra Livre FM	95
QUADRO 8	Nova programação da Rádio Terra Livre FM	96
QUADRO 9	Pesquisa de audiência Rádio Terra Livre FM	98
QUADRO 10	Grade de programação atual da Rádio Terra Livre FM	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DA CONSTITUIÇÃO DO OBJETO AO PROBLEMA DE PESQUISA	18
2.1 PROBLEMATIZANDO.....	24
3 DELINEAMENTO DAS TÉCNICAS METODOLÓGICAS E FORMAS DE ABORDAGENS.....	30
3.1 PESQUISA QUALITATIVA E PARTICIPANTE.....	32
3.2 TÉCNICA METODOLÓGICA DE ENTREVISTA E GRUPO DE DISCUSSÃO	36
4 APORTES TEÓRICOS	40
4.1 SOBRE A TEORIA DOS CAMPOS	40
4.1 A AUTONOMIZAÇÃO DO CAMPO DAS MÍDIAS	45
4.2 SOBRE A SOCIEDADE EM MUDIATIZAÇÃO	49
4.2.1 MUDIATIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	56
4.3 CAMPO RADIOFÔNICO NO UNIVERSO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA..	61
5. HISTÓRIAS EM MOVIMENTO	66
5.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	66
5.2 O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ E O ASSENTAMENTO 25 DE MAIO.....	69
5.3 O SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST	77
6 A RÁDIO TERRA LIVRE FM.....	85
6.1 REABERTURA, FECHAMENTO E CONTINUIDADE	91
7 A FORMULAÇÃO DOCUMENTAL DO MST SOBRE COMUNICAÇÃO	103

7.1 DOCUMENTO BÁSICO DA ATUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO	104
7.2 DOCUMENTO: AGITAÇÃO E PROPAGANDA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	108
7.3 DOCUMENTO EM CONSTRUÇÃO: HEGEMONIA, POLÍTICA, COMUNICAÇÃO E CULTURA	110
7.4 CAMPOS EM ENCONTRO: O DOCUMENTO ‘AS RÁDIOS DO MST’ E OS COMUNICADORES DA RÁDIO TERRA LIVRE FM	112
7.4 DE “COMUNICAR, CONSCIENTIZAR E REVOLUCIONAR” PARA “A VOZ DO POVO NO AR”	124
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	146
ANEXO I - Os comunicadores da Rádio Terra Livre FM	147
ANEXO II - Mapa de identificação da Cidade de Abelardo Luz.....	152
ANEXO III - Imagens do Assentamento 25 de Maio e Rádio Terra Livre FM.....	153
ANEXO IV - Questionário da pesquisa realizada com ouvintes da Rádio Terra Livre FM..	157

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do percurso acadêmico e de militância social, chamou-nos atenção a forma tensional pela qual as ações do Movimento Sem Terra (MST) são empreendidas. Não precisamos de nenhum estudo aprofundado para identificarmos a constituição desse Movimento Social na linha histórica da censura e criminalização, não apenas pelo poder econômico vigente, mas, sobretudo, pelas culturas e políticas que reprimem as formas de ação popular libertadora. Essa relação de natureza tensional é também identificada nos processos comunicacionais, especialmente na relação do Movimento Sem Terra com os grandes grupos de comunicação. Não obstante, a natureza tensional pode ser percebida no desenvolvimento de seu próprio sistema de comunicação. Primeiramente porque é da própria natureza dos campos sociais o conflito (BOURDIEU, 1998) e, complementarmente, porque o campo político-documental do MST sobre comunicação busca orientar o campo comunicacional ou submetê-lo às regras de sua racionalidade política, relativizando, na maioria das vezes, a certeza de que o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação fundou novas formas de ser e estar no mundo (GOMES, 2006). Ou melhor, tais aportes documentais aqui estudados desconsideram que as afetações midiáticas reorganizaram as bases de mobilização humana no tempo e espaço, não estando elas mais restritas à co-presença dos atores num único tempo ou mesmo lugar. Não obstante, outro documento, mas ainda em construção, aponta reflexões sobre essa problemática, especialmente sobre as possibilidades de mobilização social através das novas tecnologias de comunicação.

Focamos nossa observação na constituição e no funcionamento de um dos seus veículos de comunicação localizado no oeste catarinense, a Rádio Terra Livre FM, buscando perceber focos de tensão entre proposição documental e a prática radiofônica, especificamente os deflagrados a partir dos indícios da sociedade em midiaticização.

No intuito de contribuir com este Movimento Social, objetivamos estudar não apenas a relação cooperativa ou acertada entre políticas comunicacionais, Rádio Terra Livre FM e

processos de midiaticização, mas principalmente as disjunções, tensões e desgastes dessa relação. Em outras palavras, além das regularidades entre os campos em cena e suas ações libertadoras mediante o monopólio midiático da contemporaneidade, objetivamos compreender o conflito, como também as negociações deflagradas a partir das afetações da midiaticização na interrelação dos campos em investigação.

Após algum tempo de pesquisa participante no universo da Rádio Terra Livre FM, deparamo-nos com a tensão deflagrada a partir da tentativa de implementação das proposições político-documentais do MST sobre comunicação pelo funcionamento dessa emissora. Como foi detalhado na problematização, o funcionamento da Rádio Terra Livre FM é condicionado por lógicas dos campos em disputa: de um lado, o campo político-documental do MST e, de outro, o campo dos comunicadores e ouvintes.

Para avançarmos pragmaticamente, configuramos o *corpus* da pesquisa em: Assentamento 25 de Maio, localizado na região oeste catarinense, local onde se estabelece a Rádio Terra Livre FM, bem como seus comunicadores, ouvintes e integrantes da coordenação política; o Setor de Comunicação do MST, representado por Miguel Stédile e Dirceu Pelegrino, como também quatro documentos sobre comunicação elaborados por este setor.

Sob os métodos da Pesquisa Qualitativa e Participante, a operacionalização metodológica centrou-se: (a) na análise dos documentos produzidos pelo setor de comunicação do MST, que também se denominam como políticas/diretrizes comunicacionais; (b) no estudo dos materiais, apostilas e demais impressos utilizados em momentos de formação com o coletivo de comunicadores da Rádio Terra Livre; (c) na análise das entrevistas com assentados, coordenadores nacionais do Setor de Comunicação e na realização de grupo focal e entrevistas com os comunicadores da Rádio Terra Livre FM.

Como objetivo geral, buscamos compreender a tensão deflagrada entre as proposições documentais do MST sobre comunicação e o funcionamento da Rádio Terra Livre FM, demonstrando, nesse processo, indícios da sociedade em midiaticização. No que tange aos objetivos específicos, pretendemos: identificar, pela história da Rádio Terra Livre, as formas de manifestação do fenômeno da midiaticização; analisar, mediante os documentos de comunicação, as linhas políticas de comunicação do MST e sua relação com a prática radiofônica; promover uma discussão entre os comunicadores da Rádio Terra Livre FM e o documento 'As Rádios do MST', buscando compreender, à luz da teoria da midiaticização, as

tensões deflagradas na tentativa de implementação do mesmo na prática comunicacional em estudo.

Destacamos, nesta introdução, a realização da *‘pesquisa da pesquisa’*¹, que nos proporcionou refletir acerca de algumas investigações que abordam a temática do Movimento Sem Terra e o campo da comunicação.

Algumas teses identificadas estudam a relação do MST com outros grupos de comunicação, como é o caso de Paula Reis Melo (2008), que aborda as relações complexas entre fonte e campo jornalístico, marcadas pelo processo da midiaticização, investigando as tensões entre o MST e o campo jornalístico na disputa pela produção de sentido do discurso midiático. Em sua tese, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, o MST é abordado enquanto fonte de informação jornalística ao participar da construção dos acontecimentos que são produzidos pela afetação conjunta com o campo mediático, no caso a RBS TV, SBT Rio Grande, Jornal Nacional (TV Globo) e Jornal da Band (TV Bandeirantes).

Em sua tese “Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais, as relações entre o movimento sem terra e a Zero Hora”, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de São Paulo, Christa Berger (1998) estudou as relações do MST com o jornal Zero Hora, buscando compreender como se encontram os interesses de ambos, mediante a política de comunicação do Movimento e das notícias do jornal. A partir da teoria dos campos e dos discursos, Christa Berger interpreta as interrelações dessas instâncias de produção de sentidos e, assim, os modos de dizer o MST no Jornal Zero Hora.

Fernando Perli, na tese “A luta divulgada: um movimento em (In)formação estratégias, representações e política de comunicação do MST, (2007), pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, analisa as estratégias de divulgação, as representações e a construção de uma política de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também é analisada a participação de entidades solidárias na organização dos sem terra, os mecanismos de produção e manutenção desses meios de comunicação enquanto espaços de representações políticas e as

¹ Esta “*pesquisa da pesquisa*” visa conhecer um pouco mais sobre estado da arte em torno das temáticas pelas quais se desenvolve nosso objeto de estudo. A verificação foi realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, bem como em bancos de dados dos principais programas de pós-graduação em Comunicação do Brasil.

implicações em padronizar idéias, difundidas por uma variedade de instrumentos, na construção de uma política de comunicação do MST.

Pelo programa Pós-Graduação em Comunicação Midiática, da Universidade Federal de Santa Maria, Vilso Santi (2009) desenvolve a dissertação intitulada “As representações no circuito das notícias: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Jornal Zero Hora”. Nela estuda a representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra e de suas ações nos textos do jornal Zero Hora (ZH), tendo como panorama o Circuito das Notícias por meio dos Estudos Culturais.

Ampliando nossa ‘pesquisa da pesquisa’, encontramos duas dissertações que contemplam o estudo sobre Rádios do MST, desenvolvidas no interior de assentamentos rurais. Ana Emília Barros Cardoso, pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, em sua pesquisa intitulada “Processos emancipatórios no MST: as rádios comunitárias (2004)”, analisa a comunicação alternativa, via rádio comunitária, e o processo emancipatório em desenvolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sua pesquisa empírica realizou-se na região Centro-Oeste do Paraná, onde estão em operação duas rádios comunitárias: a Comunidade FM, no Assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguçu, e a Alternativa FM, em Cantagalo. Por meio dessas rádios, a pesquisa evidenciou aspectos relevantes da comunicação enquanto meio no projeto emancipatório. Segundo a autora, em termos teóricos, essa relação apóia-se em Brecht, Enzensberger e Mészáros, sendo este último o autor que fundamenta a discussão sobre a conexão ‘movimento e emancipação social’. Como resultado, a pesquisa identificou que, nos locais onde existe uma rádio comunitária, ela se torna importante meio de expressão e de fortalecimento do poder reivindicatório dos atores sociais. Além disso, surge como alternativa ao discurso hegemônico da mídia tradicional.

A dissertação de Mariângela Alves Stornilo Torrescasana, “Terra Livre: a voz do MST” (1999), pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trata do papel das rádios comunitárias enquanto agentes de promoção da cidadania e preservação da cultura local e sua inserção nos movimentos populares, especialmente àqueles vinculados à questão da terra, cujo maior expoente é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua trajetória de luta é contextualizada desde sua gênese, passando por seus objetivos, formas de organização,

estratégias e experiências no campo comunitário. Sua análise empírica teve como objeto a Rádio Terra Livre, da cidade de Hulha Negra, Rio Grande do Sul.

Após esta ‘pesquisa da pesquisa’, pudemos perceber certa ausência de estudos sobre a temática que este projeto desenvolve. Dessa maneira, esta pesquisa tem por principal justificativa contribuir nesta lacuna que diz respeito à problemática do Movimento Sem Terra com seus próprios veículos de comunicação. Tendo em vista as inúmeras experiências de comunicação realizadas pelo MST, cremos tornar-se importante sabermos o que o MST está fazendo com seus próprios meios de comunicação, ou também o contrário, sobre o que os veículos de comunicação estão fazendo com o MST. O Movimento Sem Terra é, atualmente, o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina, tornando-se assim um dos universos indispensáveis a ser investigado para sabermos como vão se constituindo os processos comunicacionais da contemporaneidade.

No intuito de facilitar a compreensão deste estudo, apresentamos, no capítulo *Da construção do objeto ao problema de pesquisa*, os passos desta investigação, desde as primeiras incursões no campo empírico, como também os rearranjos da problemática até sua consolidação.

Em *Problematizando*, damos continuidade ao esclarecimento da problematização, ou melhor, descrevemos o cenário onde se configura a problemática desta pesquisa, solidificando-a, por meio do entrecruzamento, entre proposta teórica e fenômeno empírico.

O capítulo seguinte, *Delineamento das técnicas metodológicas e formas de abordagem*, apresenta reflexões gerais e preliminares acerca da constituição da investigação científica e sobre a importância da condução metodológica para sua efetivação. Em *Uma pesquisa Qualitativa e Participante*, evidenciamos a natureza conceitual dessas modalidades metodológicas na relação com o universo investigado, introduzindo adiante as *Técnicas metodológicas de entrevista e grupo focal*.

No quarto capítulo, apresentamos os *Aportes Teóricos* considerados indispensáveis para a elaboração dessa pesquisa. No subcapítulo *Sobre a Teoria dos campos*, procuramos melhor estruturar teoricamente a problemática pesquisada, como o desenvolvimento e a compreensão da mesma. A teoria dos campos sociais fornece-nos subsídios para refletirmos sobre as lógicas inerentes e específicas de cada campo e como tais lógicas, quando em contato, geram processos de tensão.

Adiante, tratamos sobre *A autonomização do campo das mídias*, evidenciando sua constituição processual enquanto campo mediador para o de regulador dos demais campos em observação. Em *Sobre a Sociedade em midiatização*, primeiramente, refletimos sobre os processos de midiatização social e sua constituição enquanto epistemologia e fenômeno. Em seguida, esclarecemos que o conceito “sociedade em midiatização” deve ser compreendido como uma ação intensa, crescente e generalizada, que constitui um novo modo de organização, por valores e trocas simbólicas, fundada por uma nova técnica, agora problematizada e concebida como produtora de sentido e de novas sociabilidades.

Em *Midiatização e Movimentos Sociais*, estreitamos a relação desse conceito com o Movimento Sem Terra, refletindo sobre as formas de afetação da midiatização, sobretudo as consequências para a continuidade de suas lutas e de sua própria constituição.

Como tratamos de um estudo que contempla a comunicação radiofônica, o subcapítulo *O campo radiofônico no universo da comunicação comunitário*, tem por objetivo situar tal tecnologia como ator que impõe certas condições aos demais campos que dele se apropriam e não apenas como um instrumento ou aparelho transmissor. Também identificamos suas especificidades enquanto espaço comunitário de comunicação na sua relação com as demandas locais.

O quinto capítulo, *Histórias em movimento*, tem como objetivo situar historicamente *A questão agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, como também *o Município de Abelardo Luz e o Assentamento 25 de Maio*. No subcapítulo posterior, resgatamos o percurso formativo do *Setor de Comunicação do MST* e o processo de constituição dos veículos de comunicação desenvolvidos ao longo desses 25 anos.

Em *A Rádio Terra Livre FM*, mantemos a perspectiva de resgate histórico e, após escuta, transcrição e análise das entrevistas, a situamos em dois períodos: o primeiro diz respeito à sua abertura no ano de 1996 até seu fechamento em 2000, e o segundo momento, constitui a reabertura no ano de 2007. Buscamos, com esse resgate histórico, não apenas a rememoração de fatos gerais, mas a identificação de indícios da midiatização em seu processo de fundação e funcionamento.

No capítulo seguinte, *A formulação documental do MST sobre comunicação*, buscamos dar conta da explicitação da estrutura e dos objetivos das proposições político-documentais do Setor de Comunicação do MST. Seguindo a problemática de pesquisa,

resgatamos nesses documentos os pontos que fazem referências às linhas políticas de atuação, especialmente os objetivos que traduzem os princípios ideológicos pelos quais buscam se orientar as ações de comunicação desse movimento social, no caso investigado, a Rádio Terra Livre FM. São apresentadas reflexões acerca dos documentos: *Documento básico da atuação do Setor de comunicação, Agitação e propaganda no processo de transformação social, Hegemonia, Política, e Comunicação e Cultura*, este último em construção.

No subcapítulo *Campos em Encontro: O documento ‘As Rádios do MST’ e os comunicadores da Rádio Terra Livre FM*, apresentamos o resultado do grupo de discussão realizado com cinco comunicadores da Rádio Terra Livre FM, com o documento ‘As Rádios do MST’.

De “*Comunicar, Conscientizar e Revolucionar*” para “*A Voz do Povo no ar*” desenvolve-se o capítulo em que refletimos acerca da mudança de *slogan* da Terra Livre FM, identificando-a como um forte indício de manifestação do fenômeno da midiaticização.

Nas *Considerações Finais*, esclarecemos que nosso papel, enquanto pesquisador, não deve ser o de colocar um ponto final em nossos projetos científicos, mas o de solidificar novos pontos de partida, principalmente pela partilha do saber crítico, que favoreça a construção de um mundo mais humano e igual. Para melhor situarmos o leitor, resgatamos as perguntas que instigaram nosso caminho investigativo e a estruturação desse projeto de pesquisa. Expomos considerações do entrelaçamento entre proposições teóricas e campo empírico, que também esclareceram a confirmação de nossa hipótese anunciada.

Como *Anexo* desta pesquisa, expomos algumas questões gerais respondidas pelos sujeitos que compõem a coordenação política da Rádio Terra Livre FM. Esta entrevista surgiu da necessidade de resgatar as falas que, de certa forma, se tornavam frequentes em nossas discussões cotidianas, especialmente quando os instigávamos a falar sobre as motivações em desenvolver tal atividade comunicacional, mediante a dimensão pessoal dos sonhos e da subjetividade. Também apresentamos mapas de localização do município de Abelardo Luz, fotografias do Assentamento 25 de Maio e da Rádio Terra Livre FM, além do questionário da pesquisa de audiência realizada pela Coordenação Política da Terra Livre FM.

2 DA CONSTITUIÇÃO DO OBJETO AO PROBLEMA DE PESQUISA

A presente pesquisa foi iniciada no ano de 2003, quando contribuí com o MST, num encontro de formação para jovens de uma escola no município de Abelardo Luz (SC). Na oportunidade, tomei conhecimento do funcionamento de uma rádio chamada Terra Livre FM e de que a comunidade, juntamente com alguns coordenadores, estudava alternativas para reativá-la. No Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, em 2006, busquei alguns contatos para desenvolver essa temática, mas soube que a rádio ainda não estava funcionando.

Na expectativa de elaborar o pré-projeto para o processo seletivo do PPG-CC da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), retomei contato com algumas lideranças do Assentamento 25 de Maio. Informaram-me que a estrutura técnica da Rádio estava montada e que logo estaria entrando no ar. Num sábado, à tarde, do mês de julho de 2007, fui ao encontro de dois integrantes da coordenação política da Rádio Terra Livre FM na cidade de Lebon Regis, no centro oeste de Santa Catarina. Ao encontrá-los, logo indaguei-os sobre o funcionamento da Rádio Terra Livre FM. Porém, para a minha surpresa, um deles me alertou: “[...] mas, companheiro, a rádio ainda não está funcionando; nossa previsão é só para fevereiro do ano que vem”.

De imediato, tive que reorganizar as questões que até então tentavam compreender o funcionamento da Rádio Terra Livre FM e a relação da mesma com os ouvintes que não pertenciam ao Movimento Sem Terra. De improviso, a discussão girou em torno das motivações que os levaram a retomar o funcionamento da Rádio Terra Livre FM e também sobre seu processo histórico. Após esse primeiro contato, elaborei a primeira pergunta: Qual a relação da Rádio Terra Livre FM com os ouvintes que não residem no assentamento ou que não possuem vínculo ideológico com o MST?

Após ingressar no PPG-CC da Unisinos, retomei o contato com os integrantes da Rádio Terra Livre FM. Logo agendei uma visita e, meses após, segui viagem para o município de Abelardo Luz, onde se localiza o assentamento 25 de Maio e a Rádio Terra Livre FM.

No final do mês de abril de 2008, no início do mestrado, enquanto viajava num ônibus que fazia o percurso Abelardo Luz/Assentamentos, uma conversa entre dois homens despertou-me certa curiosidade. Um deles reclamava da rádio que ouvíamos, afirmando que a mesma não tocava ‘música boa’ e que, por isso, preferia escutar a rádio da cidade. Esse mesmo homem insistia para que seu companheiro do banco ao lado fosse até a cabine do ônibus solicitar ao motorista que trocasse de sintonia. O homem, no entanto, negou-se a levantar e comentou favoravelmente sobre a rádio sintonizada: “[. . .] deixa aí mesmo. Essa é a nossa rádio”.

Enquanto lia um dos documentos de comunicação do MST, ao mesmo tempo atento à conversa, tirei da mochila um caderno de anotações e, de imediato, tomei a liberdade de perguntar-lhes sobre a rádio que estávamos ouvindo.

“[. . .] É a rádio do Movimento, a Rádio Terra Livre”, respondeu um deles.

Aproveitando o diálogo estabelecido, questionei-os sobre a diferença que eles percebiam entre a rádio da cidade (Rádio Rainha das Quedas AM) e a Rádio Terra Livre FM. Para um deles, a Rádio Terra Livre FM tocava pouca ‘música boa’ e que, por isso, preferia a rádio da cidade. Porém, para um outro, a diferença era mais pontual: “Eu escuto as duas, mas essa rádio - apontando com o dedo para o alto falante - é conquista do nosso Movimento. É rádio feita para nós”.

Nesse breve e informal momento, mais uma curiosidade surgiu: Por quem ou para quem a Rádio Terra Livre FM está sendo feita? Que tipo de ouvinte ela busca atender? Relembrando o que nos sugere Gomes (1990): esta emissora não é feita pelo povo e não se dirige a ele? Não é feita pelo povo e se dirige a ele? É feita pelo povo e a ele se dirige?

Ao descer do ônibus, fui acolhido por alguns jovens que haviam acabado de encerrar a programação da rádio. Após cumprimentos e calorosa acolhida, olhei adiante e avistei a torre da Rádio Terra Livre FM.

Os jovens que me recepcionaram residiam na casa conhecida como a ‘pensão dos professores’. Com eles, permaneci por mais de uma semana, buscando identificar, em suas falas e rotinas, as motivações que os levavam a desenvolver tal atividade comunicativa. Este primeiro contato aconteceu no mês de abril de 2008, quando a rádio passava por um período de reformulação da programação, bem como da equipe coordenadora. Na oportunidade, pude ouvir a programação e realizar algumas entrevistas com os coordenadores, os quais, no mês seguinte, após desentendimento político com outros coordenadores, acabaram se desligando da Rádio. Essa mudança de coordenação dificultou meu contato, pois os novos coordenadores, nomeados após meu retorno, eram desconhecidos para mim. Porém, não houve maiores problemas com os novos coordenadores no que dizia respeito às indagações e aos questionamentos, tanto referentes à Rádio Terra Livre FM como a questões mais particulares sobre a vida no assentamento e a relação deles com o MST.

Como a minha questão, de imediato, era saber a respeito da relação dos ouvintes da cidade com a Rádio Terra Livre FM, perguntei a eles como se dava a audiência na cidade. Para mais uma surpresa, ouvi a seguinte resposta: “Mas companheiro, a rádio nem pega mais na cidade. Recebemos umas ameaças e como estamos tentando legalizar a rádio, tivemos que baixar a antena” (PULH, 2008).

Buscando reformular a problemática, resolvi visitar algumas famílias pelos assentamentos da região. Ao todo, foram vinte e três famílias visitadas. Todas foram receptivas. Somente em alguns momentos o diálogo se tornou difícil, porque o televisor ou o rádio estavam ligados, dando a perceber que minha presença atrapalhava o contato que estabeleciam com tais meios. Muitos desligavam o aparelho ou baixavam o volume; outros buscavam intercalar a atenção.

Nessa experiência, pude conhecer um pouco mais o perfil das famílias que compõem os assentamentos da região, a relação com o MST e, especialmente, com a Rádio Terra Livre FM. Em conversa específica com os primeiros moradores, foi possível descrever o contexto histórico pelo qual se desenvolveu o assentamento desde 1985, ano em que se iniciou a ocupação das terras pelas famílias então assentadas. Essa vivência possibilitou-me experimentar as mesmas sensações, problemas, limitações, necessidades e satisfações dos sujeitos deste universo então pesquisado.

Após o retorno dos assentamentos para casa, continuei mantendo contato com os integrantes da Rádio Terra Livre, por meio do telefone e, principalmente, correio eletrônico.

Igualmente, nesse período, estabeleci contato com alguns integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST, de maneira mais frequente com Miguel Stédile, o qual me forneceu prontamente os documentos do Setor de Comunicação.

A segunda visita à Rádio Terra Livre FM aconteceu nos dias 12 a 19 de janeiro de 2009. Nessa oportunidade, como já conhecia a estrada e um pouco mais do processo histórico, tanto das famílias como dos assentamentos, busquei ater-me a questões sobre o funcionamento da Rádio Terra Livre FM. Meses antes, havia sido informado de que a Rádio Terra Livre estaria sendo fechada por um período, mas que voltaria ao ar no dia 15 de janeiro. Porém, após algumas reuniões, os coordenadores resolveram prorrogar o prazo de abertura para o dia 16 de março de 2009.

Como a Rádio Terra Livre FM estava fora do ar, e a intenção era fazer a escuta da programação e observar a rotina dos comunicadores, reocupe-me com a realização de entrevistas com os fundadores da emissora e com os integrantes da nova coordenação. Naquele momento, a Rádio Terra Livre FM passava por reformas tanto na estrutura quanto na reorganização do espaço físico, no aumento da antena de 18 metros para 25 metros e na recomposição da coordenação política. O quadro de locutores ainda estava incompleto, fator que nos levou a visitar outros jovens nos assentamentos da região.

A acolhida das famílias, especialmente no momento das refeições e nas rodas de chimarrão, foi um rico espaço de conhecimento em relação à minha curiosidade sobre a Rádio Terra Livre FM. Quando nos viam chegando, logo exclamavam: “[...] lá vêm chegando os companheiros da rádio”. Em outra família, fomos chamados de ‘doutores da lei’, pois, segundo eles, tínhamos o poder de dizer ou de esconder as notícias. Em todas as casas, o rádio estava presente, em lugar de fácil acesso. Para um dos agricultores, Cleoni Ramos “[...] aqui em casa a gente escuta mesmo é o rádio [...]. A televisão a gente só liga para assistir o jornal nacional [...]. A mulher e as crianças ainda assistem algumas novelas, mas nosso negócio é o rádio” (RAMOS, 2008).

Nos demais dias de visita aos assentamentos, fixei hospedagem na casa de Dona Terezinha Andretta, que, vendo minha necessidade, logo disponibilizou uma cama e se prontificou a preparar as refeições. Dona Terezinha acordava cedo e logo sintonizava na Rádio Rainha das Quedas AM, principalmente para “[...] ouvir música e saber das notícias da cidade [...], já que a nossa Rádio [Terra Livre] fica mais fora do ar do que funcionando” - reclamava (ANDRETTA, 2008a).

Meu retorno estava previsto para o sábado seguinte, porém, após perguntar aos assentados, fiquei sabendo que não havia mais transporte coletivo nos finais de semana. Tentei conseguir alguma carona, mas não tive sucesso. Assim, tive que prolongar por mais três dias minha permanência no assentamento. Com isso, aproveitei o final de semana para conviver com os moradores em locais como o Clube 25 de Maio e na Cooperativa onde tomei chimarrão com outras famílias. No domingo, fui convidado para uma festa de aniversário. Os comunicadores da Rádio Terra Livre foram convidados e, segundo o comunicador Ernesto, “[...] o povo está tendo muita admiração por nós da rádio. Como você percebeu, em todas as festas a gente recebe convite, mesmo aquelas famílias que não são nossos militantes” (PUHL, 2009).

Segunda-feira, dia 19 de janeiro de 2008, exatamente às seis horas da manhã - o dia estava chuvoso quando regresssei de carona para a cidade de Abelardo Luz. Outros militantes nos aguardavam, pois estavam seguindo para o Encontro Nacional do MST na cidade de Sarandi, no norte do estado gaúcho. Ao regressar para casa, dei início à transcrição das entrevistas.

Este primeiro momento de observação participante aconteceu de maneira mais espontânea. As conversas e entrevistas realizadas não seguiram um questionário pré-estabelecido. O intuito foi quebrar os distanciamentos pessoais, primeiramente aprendendo a chamar as pessoas pelo nome, depois buscando interagir por meio de assuntos ligados à vida no assentamento e à expectativa de alguns ouvintes para com a Rádio Terra Livre. Nesse momento, também passei a observar a relação dos comunicadores dessa emissora com os documentos: ‘As Rádios do MST e Agitação e propaganda no processo de transformação social’, ambos elaborados pelo Setor Nacional de Comunicação do MST.

O terceiro retorno aconteceu no mês seguinte, especificamente dos dias 18 a 25 de fevereiro. O principal motivo dessa terceira visita aos assentamentos foi para contribuir com o encontro de formação para o coletivo de comunicadores da Rádio Terra Livre FM. Ao receber o convite para ministrar um dos períodos do curso, acabei não aceitando, pois havia pensado em somente observar o andamento desse momento formativo. Porém, dias após, resolvi aceitar o convite e contribuir.

Fui orientado pela coordenação política da Rádio Terra Livre para trabalhar os conceitos de Rádio Comunitária, bem como a importância desse meio de comunicação para os

objetivos políticos do Movimento. Na oportunidade, apresentei meu projeto de pesquisa, para o qual recebi inúmeras contribuições.

Na segunda-feira, após o encontro de formação, reuni-me com a coordenação política da Rádio Terra Livre. Nesse momento, o primeiro de caráter mais formal em relação aos anteriores, formulei algumas questões para compreender alguns pontos como: as percepções que os comunicadores tinham do Setor Nacional de Comunicação do MST; qual o grau de inserção de cada um nas atividades ou na militância do Movimento; quais as considerações acerca dos documentos de comunicação do MST; se a Rádio deve atender mais às demandas da comunidade ou aos objetivos políticos do MST; como eles lidavam com os ouvintes que possuem aversão às ações do MST; as reflexões acerca do fechamento e da tentativa de reabertura da Rádio Terra Livre FM; as esperanças e motivações que os levavam a continuar na coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Ao responderem este último ponto, alguns deles se emocionaram:

[...] nós não vamos mais deixar essa rádio fechar. Se for preciso, a gente continua comendo arroz e feijão puro todos os dias como muitos de nós vem fazendo para agüentar aqui. E se quiserem fechar essa rádio eu saio correndo para o meio do mato e fico com a antena erguida na mão. Essa rádio é uma casa para nós. Não digo isso só pela rádio ou por nós, mas pelo Movimento que é muito maior do que tudo isso (ALMEIDA, 2009).

Outro passo importante dado no dia seguinte foi a entrevista realizada com Dirceu Pelegrino, membro do Setor Nacional de Comunicação. Procurei discutir com ele sobre questões mais amplas relacionadas à função no Setor e sobre o histórico da Rádio Terra Livre. Pelegrino comentou a respeito da formulação documental do MST sobre comunicação, como também das tentativas de estudo dos mesmos pelos comunicadores da Rádio Terra Livre FM.

O último momento junto ao universo de pesquisa aconteceu após a qualificação, nos dias 25 de setembro a 03 de outubro de 2009. Nesse momento, realizei as últimas entrevistas com os comunicadores da Rádio Terra Livre FM e um grupo de discussão, em que debatemos especialmente o documento 'As Rádios do MST'. Visitei ainda algumas famílias assentadas, acompanhei a rotina dos comunicadores, como também a escuta da programação dessa emissora. Retornando a Porto Alegre (RS), entrevistei Miguel Stédile, que forneceu importantes informações acerca das políticas de comunicação do MST e sobre a importância da comunicação para os rumos do Movimento.

Os passos no campo empírico renderam-nos, ao todo, nove horas e quarenta minutos de entrevistas, todas gravadas, transcritas e analisadas. Eis, portanto, um rico material que constitui um dos pilares dessa construção científica.

2.1 PROBLEMATIZANDO

Concomitante ao percurso empírico, a problemática desta pesquisa foi sendo tecida com as linhas do saber teórico. A curiosidade, de partida, era saber como o MST está lidando com os desafios advindos da crescente midiática social, tendo em vista suas idealizações políticas de comunicação e a apropriação das mesmas pelos sujeitos que desenvolvem alguma prática comunicacional.

Após observação participante junto ao campo da comunicação do MST², identificamos que a comunicação vem gradativamente ocupando espaço em sua agenda e que as lideranças desse movimento dispõem certa preocupação em dar direcionalidade política aos veículos desenvolvidos por seus militantes. Como salienta Miguel Stédile (2009), “[...] a comunicação sempre foi importante para o MST, mas não podemos deixá-la solta de uma linha política, pois ela também é uma estratégia para nossa luta”.

Nessa perspectiva, a comunicação, enquanto estratégia, apresenta-se como um *locus* de planejamento, estudo, avaliação e construção teórica. De acordo com Stédile (2009), o MST, ao longo dos seus 25 anos, não apenas buscou desenvolver meios de comunicação, mas também de orientar, por meio de alguma literatura, todas as ações de mídia possível. Em consequência disso, construíram-se, ao longo do tempo, matrizes teóricas, no caso, os documentos de comunicação aqui investigados.

Com a preocupação de “[...] não fazer qualquer comunicação” (STÉDILE, 2009), o MST formalizou documentalmente suas diretrizes teóricas. Tais documentos, apresentados em forma de artigos ou de cartilhas, objetivam dar conta de conduzir as ações midiáticas desenvolvidas em seu território, ou seja, essas formulações teórico-documentais versam sobre os objetivos e as intenções do MST sobre o ‘fazer comunicação’. No ano de 2005, o MST

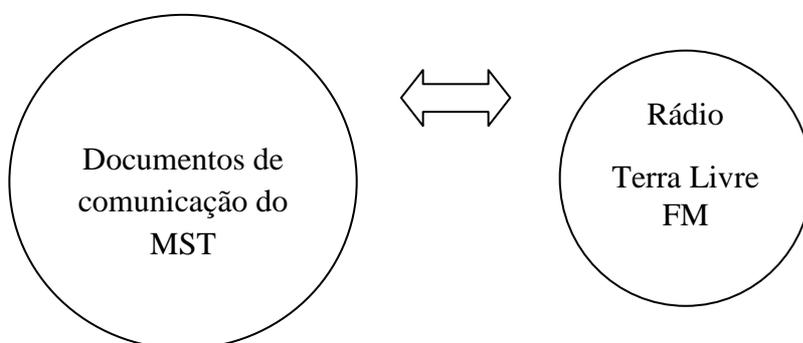
² No período de 1.º de fevereiro de 2009 a 30 de novembro de 2009, ocupei a função de repórter da Agência Chasque de Notícias, veículo de comunicação que integra o Setor Nacional de Comunicação do MST.

elaborou o documento ‘As Rádios do MST’. De acordo com esse documento, “[...] as Rádios do MST devem refletir os princípios políticos e organizativos do MST: ser a voz do MST” (MST, 2005, p. 01).

Consolidando a problemática, buscamos analisar como essas formulações teóricas são recebidas, dinamizadas e implementadas no funcionamento de alguma prática comunicacional desse Movimento. Dentre as inúmeras ações de mídia, optamos por delimitar a investigação, tendo como objeto a Rádio Terra Livre FM. Para testarmos a viabilidade teórico-empírica dessa problemática, passamos a observar quais documentos circulavam pelo ambiente ou que, no mínimo, eram conhecidos pelos comunicadores dessa rádio. Assim, passamos a identificar alguns pontos de tensão entre as proposições políticas e o funcionamento desta emissora.

Logo no primeiro contato com o ambiente da Rádio Terra Livre FM, tivemos acesso a um pôster intitulado ‘Comunicar, Conscientizar e Revolucionar’, que contém os dez princípios da Rádio Terra Livre, alguns deles extraídos dos documentos ‘As Rádios do MST’ (MST, 2005).

A partir daí, foi possível comprovar ou identificar a primeira inter-relação entre a Rádio Terra Livre FM e o campo documental elaborado pelo Setor Nacional de Comunicação do MST. Em outra visita à Rádio Terra Livre, também obtivemos contato com o documento ‘Agitação e propaganda no processo de transformação social’ (MST, 2007), certificando-nos assim de que este veículo de comunicação busca atrelar seu funcionamento às demandas que advêm do universo teórico-documental deste Movimento.



Quadro 1: Relação entre proposição documental e Rádio Terra Livre FM
Fonte: Elaboração própria

Essa problemática solidificou-se melhor após percebermos que esses documentos também eram utilizados pelos comunicadores durante os encontros de formação realizados pela coordenação política da Rádio Terra Livre FM. Após essa constatação, nossa curiosidade foi saber quais as considerações dos comunicadores da Rádio Terra Livre FM sobre esse campo documental, como também identificar indícios dessas formulações teóricas no funcionamento dessa emissora.

Para Ernesto Puhl, comunicador da Rádio Terra Livre FM,

[...] os documentos são muito importantes. A gente procura trabalhar as doutrinas e a questão ideológica em todos os encontros de formação, mas cobrar deles na prática aí já exige mais da gente. Ainda mais por que temos alguns ouvintes e até alguns comunicadores que não simpatizam com a ideologia do Movimento (PUHL, 2009).

Ao questionarmos outros integrantes da Coordenação política da Rádio Terra Livre FM, como também Miguel Stédile, da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação, sobre a relação entre o campo documental e a prática comunicacional, obtivemos respostas similares como: “[...] esse é o grande problema do MST com todos seus meios de comunicação: fazer com que eles funcionem de acordo com as nossas ideias ou nossas políticas” (STÉDILE, 2009).

Para Adones de Almeida, comunicador da Rádio Terra Livre FM,

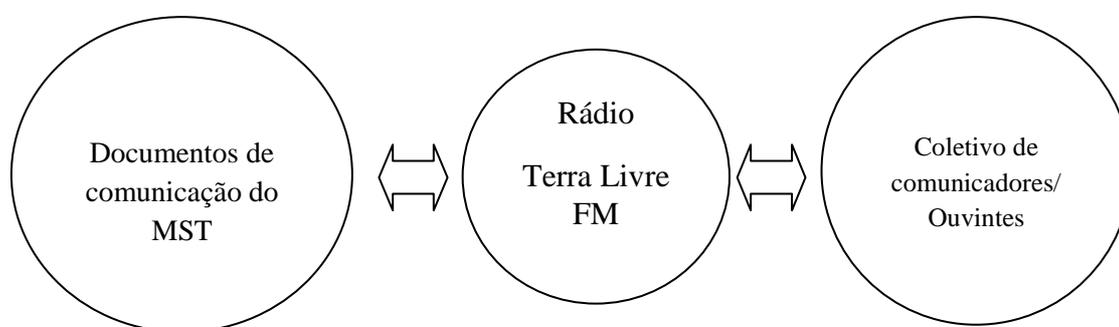
[...] essa luta com os documentos é uma das mais difíceis pra nós aqui na rádio. Por mais que seja um povo que esteja num assentamento do MST, tem alguns que o que importa é o que a Globo diz e ponto final [...]. Muitos estão mais ligados com o que vem desse monopólio midiático (ALMEIDA, 2009).

A partir dessas afirmações, passamos a considerar o funcionamento deste veículo de comunicação por uma perspectiva mais ampla. A Rádio Terra Livre FM não é conduzida apenas pelas requisições teórico-matriciais formuladas pelo Setor Nacional de Comunicação do MST. Assim, o funcionamento dessa emissora é condicionado por lógicas da midiaticização, identificadas na presença da própria tecnologia [rádio] e, principalmente, a partir da demanda local por informações e músicas diferenciadas ou, até mesmo, contrárias às idealizações políticas desse movimento social. Em outras palavras, o processo de afetação midiática estaria disputando espaço com as orientações políticas reclamadas pelas proposições documentais.

Adiante, observaremos essa tensão ou disputa também por meio do discurso de alguns comunicadores. Para a grande maioria deles, a Rádio Terra Livre FM se apresenta como um meio de comunicação que atua no sentido de qualificar o trabalho de uma comunidade ou de facilitar o fluxo de informações entre os assentados da região: “A Rádio Terra Livre deve

atender as vontades do povo e falar o que eles querem ouvir. Ela tem que ser um instrumento primeiro para as necessidades da comunidade; porque ela é uma rádio comunitária” (ANTUNES, 2009).

Configura-se, nesse processo comunicacional, uma disputa entre os campos em cena: de um lado, o MST enquanto campo que busca orientar tal veículo por meio de suas linhas políticas formuladas documentalmente e, por outro, os sujeitos, enquanto campo social, que efetivamente se apropriam de tal tecnologia e que também reivindicam espaço no modo de planejar e orientar esta atividade comunicativa.



Quadro 2: Relação entre proposição documental, Rádio Terra Livre FM e coletivo de comunicadores

Fonte: Elaboração própria.

Para concluir a descrição do cenário em que se configura a problemática desta pesquisa, torna-se importante evidenciar que a Rádio Terra Livre FM não se apresenta apenas como um instrumento técnico ou espaço de disputa, mas que também possui suas lógicas produtivas. De acordo com Denise Cogo (2004), a esfera das mídias é um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações. Jesús Martin-Barbero (2005) também nos alerta sobre a necessidade de observar a técnica por outro viés: “Estamos diante da proposta que rompe com a concepção puramente instrumental, passiva, da técnica e que abrirá espaços-chave para novas investigações” (MARTIN-BARBERO, 2005, p. 8 - tradução nossa). Dessa maneira, a Rádio Terra Livre FM se manifesta como um agente ativo que também impõe suas regras aos demais campos, possuindo lógicas próprias como linguagens, formas de narrativas, recortes de tempo e espaço conforme a programação, gêneros, publicidade, recursos humanos: enfim, um complexo quadro de condicionantes tanto para os aportes documentais do MST como para o coletivo de comunicadores.

Como acima apresentado, da tríade: (a) *Documentos de comunicação do MST*; (b) *Rádio Terra Livre FM*; (c) *Coletivo de comunicadores* - interessa-nos saber as causas dessa incongruência, defasagem ou, quem sabe, incompatibilidade e não articulação entre as formulações políticas do MST sobre comunicação e o funcionamento da Rádio Terra Livre FM.

Perguntamos: Porque existe essa tensão entre as concepções políticas e ideológicas formuladas pelo campo documental do MST e a prática comunicacional, no caso a Rádio Terra Livre FM? Porque o coletivo de comunicadores da Rádio Terra Livre não consegue ou têm dificuldades de inserir no funcionamento desta emissora as diretrizes teóricas? Porque as formulações políticas de comunicação do MST encontram resistência ou, por vezes, não funcionam enquanto prática radiofônica? Os campos '*Documentos de comunicação do MST / Rádio Terra Livre FM / Coletivo de comunicadores e ouvintes*' estariam atuando em lógicas diferentes? Os campos estariam agindo a partir de interesses ou tempos distintos?

Como percebemos, a problemática desta pesquisa deflagra-se a partir dessa tensão; a partir da tentativa de implementação das concepções teóricas de comunicação elaboradas pelo MST no funcionamento da Rádio Terra Livre FM. Percebemos que ocorre, nesse processo de negociação, uma perda ou um aproveitamento não satisfatório das formulações teóricas do campo documental pelo campo comunicacional, ou seja, quando o campo documental do MST tenta passar suas orientações para o campo comunicacional, apresenta-se a tensão acima descrita.

Buscando compreender essa problemática, partimos da hipótese³ de que essa tensão ocorre pelas especificidades das lógicas de cada campo em cena (BOURDIEU, 1998): o campo radiofônico, constituído pela especificidade técnica, e os comunicadores em uma nova ambiência (GOMES, 2006), que é pouco considerada pelas proposições documentais sobre comunicação elaboradas pelo MST. Quer dizer, o funcionamento da Rádio Terra Livre FM move-se por demandas da sociedade em midiaticização e que o campo documental do MST estaria sendo erigido por uma racionalidade mais política e de resistência a tais afetações. Na mesma direção, as reivindicações do campo social, arraigadas em valores e expectativas do universo em midiaticização, estariam exigindo certa autonomia do modo de ser da Rádio Terra Livre FM mediante essa direcionalidade mais politizadora requerida pelas orientações

³ Por hipótese compreendemos as “[. . .] afirmações provisórias a respeito de determinado fenômeno em estudo. Afirmações para serem testadas empiricamente e depois confirmadas ou rejeitadas” (MINAYO, 2004, p. 95).

documentais do MST. Nessa direção, consideramos o atrelamento maior que a Rádio Terra Livre FM possui com o campo social, em que as demandas locais estariam sobrepujando as demandas teórico-políticas oriundas do campo documental do MST. Isto também se deve, em partes, ao fato de que o reconhecimento de um veículo comunitário passa primeiramente pela vinculação, comprometimento e inserção total da comunidade na gestão e no funcionamento do sistema adotado (LOPES VIGIL, 1995).

3 DELINEAMENTO DAS TÉCNICAS METODOLÓGICAS E FORMAS DE ABORDAGENS

Em todo ser humano, habita uma semente de inquietação, ora em germinação, ora em florescimento. A inquietação que movimentou essa construção científica é, antes de tudo, decorrência de uma inquietação política (BERGER, *apud* HOHLFELDT, MARTINO, FRANÇA, 2001, p. 254), que visa contribuir com a transformação da realidade social, especialmente da parcela historicamente excluída ou incluída marginalmente.

O trabalho investigativo é sustentado constantemente por alguma dúvida: “[...] toda a pesquisa nasce, portanto, do desejo de encontrar resposta para uma questão” (SANTAELLA, 2001, p. 111). Dessa forma, o início de uma pesquisa requer um estado de atenção especial, para que o decorrer do caminho seja seguro e bem definido. Para isso, destaca Santaella:

[...] a pesquisa científica exige, pelo menos como pano de fundo, um certo estado de alerta do pesquisador para as questões filosóficas, especialmente epistemológicas, sobre as leis que regem o conhecimento, sua busca, aquisição, validade, etc. (SANTELLA, 2001, p. 113).

Apesar da boa vontade e da disposição de se pesquisar tal temática, a mesma não pode ser erigida de maneira displicente e desregrada ou estar condicionada a metodologias fixas e pouco dinâmicas. A criatividade, inata em todo pesquisador, deve caminhar de mãos dadas com os procedimentos metodológicos. Como nos lembra Santaella (2006), em suma, sem paixão, não há ciência; ela não vinga, do mesmo modo que, sem esse mistério, o da paixão, que é sempre uma força estranha, não vingam muitas outras coisas na vida. Porém, o amor pelo conhecimento deve ser maduro, a ponto de não apenas conduzir romanticamente o

pesquisador ao universo investigado. Nessa direção, Santaella (2001) destaca que os processos metodológicos oferecem ao pesquisador alternativas variadas de apreensão e compreensão do objeto que se investiga. Certamente que o modo de abordar o fenômeno é sempre variado, pois cada pesquisador observará o mesmo sob um ponto de vista que lhe é próprio. Nesta consciência, apresentam-se aqui alguns procedimentos técnico-metodológicos por nós julgados necessários e possíveis, mesmo estando eles expostos a alguns riscos, pois a realidade é dinâmica:

A reflexão metodológica não só é importante como necessária para criar uma atitude consciente e crítica por parte do investigador quanto às operações científicas que realiza na investigação e quanto ao questionamento constante a que deve submeter os métodos ante as exigências que lhe impõe a realidade (LOPES, 2001, p. 92).

Como o principal empenho é realizarmos um estudo científico que contemple a multiplicidade dos elementos que integram o processo comunicativo investigado, cremos ser necessário um conjunto de técnicas metodológicas pré-definidas. Entretanto, partimos também da certeza de que

[...] cada ciência configura esses procedimentos de uma maneira que lhe é própria, desenvolvendo metodologias específicas e relevantes para determinadas aplicações, de acordo com necessidades que brotam dentro dela e que não podem ser impostas de fora (SANTAELLA, 2006, p. 127).

Concordando com Santaella (2006), acreditamos que as metodologias não são nem podem ser receituários ou instrumentações que se oferecem para serem aplicados a todos os campos, a todos os assuntos e a todos os problemas de pesquisa. Não obstante, torna-se imperativa uma proximidade diferenciada do pesquisador com o campo científico já construído, bem como com o universo empírico a ser investigado.

Como já foi explicitado, o primeiro momento de aproximação ao universo empírico foi norteado por técnicas metodológicas mais abertas e informais, como observação participante da rotina e das falas ocorridas entre os sujeitos pesquisados, na maioria das vezes sem a intervenção do pesquisador. Em um segundo momento, as técnicas metodológicas operaram de maneira mais estruturada. Isso não quer dizer que as mesmas operaram de maneira vertical, relativizando outras vias de conhecimento não contidas em seus protocolos. Todas as demais informações, advindas de ações não programáticas, também foram consideradas neste projeto. Falamos aqui dos conteúdos obtidos em diálogos cotidianos,

convivência em locais públicos, *e-mails* trocados, conversas em *chats*, por telefone ou, até mesmo, nas rodas de viola durante as festas da comunidade.

3.1 PESQUISA QUALITATIVA E PARTICIPANTE

Esta proposta investigativa traz, em sua estrutura, uma fundamentação de cunho qualitativo, pois, de acordo com Melo,

as tendências esboçadas reafirmam claramente que a pesquisa sobre os fenômenos comunicacionais da América Latina preservam sua atitude crítica na formulação de hipóteses teóricas e na delimitação dos pressupostos analíticos, intensificando, porém, o uso de processos empíricos qualitativos para descrever e diagnosticar as situações em movimento. Trata-se evidentemente de uma utopia que mobilizará os cientistas latino-americanos da comunicação no limiar do século XXI (MELO, 1998, p. 128).

Como tratamos de uma pesquisa situada na área das ciências sociais e humanas, o estudo que valoriza as interações sociais, agora também atravessadas por dispositivos midiáticos, será um dos eixos de sustentação desta investigação. Para dar conta do objetivo geral desta pesquisa, como também dos específicos, será necessário trabalhar sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Gil, “[...] há de se ter claro que os fenômenos humanos não podem ser quantificados com o mesmo grau de precisão das ciências naturais” (GIL, 1995. p. 24)”. A pesquisa de ordem qualitativa também facilita a compreensão da historicidade dos fatos, conectando os fenômenos recentes aos seus processos anteriores. Não sendo menos rigoroso, o método qualitativo é menos fechado, proporcionando um relacionamento mais longo e flexível entre pesquisador e universo investigado, porque lida com informações mais subjetivas, amplas, e com maior riqueza de detalhes do que o método quantitativo.

Além disso, nesta perspectiva qualitativa, buscaremos respaldo na abordagem dialética, a qual possibilita a captação do fenômeno em todas as suas dimensões constitutivas, desde sua história e dinamicidade até as múltiplas determinações de seu funcionamento:

A abordagem dialética se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações que traduzem o mundo dos significados. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas do fenômeno (MINAYO,

1994. p. 09 -29).

Para isso, consideramos os sujeitos pesquisados/participantes desta pesquisa a partir de suas várias dimensões como: história de vida, realçando a condição humana, econômica; seus sonhos e desejos pessoais; a cosmovisão em relação à política, à ética, à comunicação etc. A dimensão qualitativa contribuiu de maneira significativa na elaboração dos questionários utilizados durante a pesquisa, mas, acima de tudo, na hora de ouvir, compreender e analisar o conteúdo selecionado.

Outro intuito metodológico desta pesquisa foi eliminar os possíveis distanciamentos entre pesquisador e universo pesquisado. Como enfatiza Raquel Paiva,

[...] na área da comunicação comunitária, os dois conhecimentos vulgarmente conhecidos por aqueles que fazem e aqueles que pensam funcionam em perfeita simbiose. Talvez por terem se despedido da arrogância, ao perceberem que um não sobrevive sem o outro. Aqueles que detêm a prática cotidiana ouvem, procuram saber, trazem problemas, questões para serem refletidas. E aqueles da academia precisam muito do conhecimento, da experimentação e das soluções dadas às questões cotidianas de funcionamento desses veículos (PAIVA, 2007, p. 146).

Por esse caminho, Peruzzo (2004) também nos apresenta alternativas concretas, como a modalidade metodológica da pesquisa participante. Para essa autora, diferentes áreas do saber têm se edificado por meio da pesquisa participativa. Especialmente em nosso chão latinoamericano, falar de pesquisa participante é abrir um leque de definições conceituais acerca de suas formas variantes. Mesmo entre essa multiplicação de nomes e conceitos, como pesquisa ativa, pesquisa-ação, pesquisa popular, pesquisa militante, investigação-ação, pesquisa denúncia, pesquisa ativa etc., é consenso entre os investigadores de que um eixo comum entre essas diferentes modalidades é o de ultrapassar os possíveis distanciamentos entre pesquisador-pesquisado, teoria-prática.

Não relativizando a necessidade de um aprofundamento epistemológico conceitual e reconhecendo as particularidades de cada uma dessas modalidades acima explicitadas, adentramos reflexivamente no campo das potencialidades metodológicas que a pesquisa participante oferece aos que desejam conhecer criando solidariedade ou, além disso, “[...] conhecer o mundo de mãos dadas com a sua transformação” (BRANDÃO, STRECK, 2006, p. 9). Dentre os inúmeros princípios da pesquisa participante, podemos destacar aqui que os mesmos ganham vida e visibilidade dentro dos movimentos populares, os quais, dessa mesma forma, oportunizam essas experiências para a autocrítica, renovação e avanços. Como toda pesquisa possui especificidades e singularidades, não podemos também aqui apresentar ou

estabelecer um modelo metodológico único ou específico para cada abordagem de pesquisa participante. O que mais se aproxima deste anseio são algumas ações indicadas por Cícilia Peruzzo. Segundo ela, a pesquisa participante requer:

[...] a presença constante do observador no ambiente investigado, para que ele possa ‘ver as coisas de dentro’; o compartilhamento, pelo investigador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado de modo consistente e sistematizado – ou seja, ele se envolve nas atividades, além de co-vivenciar ‘interesses e fatos; a necessidade, segundo autores como Mead e Kluckhohn, de o pesquisador ‘assumir o papel do outro’ para poder atingir o sentido de suas ações (PERUZZO, 2004, p. 24).

Marcela Gajardo (1985) também especifica outra base conceitual e operativa necessária para o percurso de uma pesquisa participante. Para ela, esta modalidade de pesquisa deve “[...] estimular à mobilização de grupos e organizações sociais para a transformação da realidade social, ou para ações da própria realidade” (GAJARDO, 1985, p. 78). Além disso, a pesquisa participante, para Gajardo, é “[...] a luta por estabelecer relações horizontais e antiautoritárias; um impulso para os processos de aprendizagem coletiva através das práticas grupais” (GAJARDO, 1985, p. 73).

Vislumbramos, por meio da pesquisa participante, uma nova ciência capaz de pensar-se, de pensar “[...] o mundo social e de pensar as transformações sociais de uma maneira dialética realizada a partir da presença, da posição e dos interesses das classes populares” (BRANDÃO, 2006, p. 36). Nesta perspectiva, afinam-se outros atributos como a “[...] reciprocidade entre sujeito e objeto e relação dialética entre teoria e prática” (SILVA e SILVA, 2006, p. 127). Nesse projeto, a pesquisa participante não se apresentou como um modelo metodológico de mão única, servindo-nos apenas como um instrumento de condução, mas, sim, como uma ponte que gerou novos comprometimentos. São também vários os relatos históricos de pesquisa participante que explicitam a impossibilidade de um agir displicente do pesquisador mediante o universo que o acolhe durante o processo de investigação. Certificamo-nos assim de que a qualidade dessa modalidade metodológica assenta-se na certeza de que o processo de ‘envolver sujeitos’, homens e mulheres, propulsiona novos laços de vida, sonhos e expectativas entre ambos. Evidenciou-se, nesse projeto, que a pesquisa participante potencializa novas transformações da realidade social, bem como “[...] o nível de vida das pessoas que estão imersas nessa realidade” (BRANDÃO, 2006, p. 113).

Como enfatiza Brandão (2006), esta aproximação entre o pesquisador e os sujeitos do universo investigado gera um comprometimento que, por conseguinte, também gera alternativas capazes de colocar o conhecimento social, obtido mediante procedimentos

científicos, a serviço de alguma forma de ação social transformadora. A pesquisa participante nos ofereceu insumos para uma aproximação diferenciada: uma aproximação primeiramente ética, de profundidade e reciprocidade e não apenas de passagem ou de superficialidades instrumentais. Percebemos, como Carlos Hurtado (2006), que a pesquisa participante é um enfoque epistemológico no qual o conhecimento passa a ser considerado uma construção social permanente e não como um conhecimento que o especialista extrai da realidade mediante procedimentos estatísticos, à margem da verdadeira voz e sentimento da população.

O envolvimento do pesquisador com o universo investigado, requerido pela pesquisa participante, pode dar margem para alguns questionamentos do tipo: como pode ser confiável uma pesquisa que se declara participante?

A resposta, como sugere Brandão, pode ser dada com outra pergunta: “[...] e de que modo hoje pode, havendo chegado ao ponto a que chegamos, uma pesquisa social ser útil, verdadeira e proveitosa, sem ser de um modo ou de outro participante?” (BRANDÃO, 2006, p. 9). Paulo Freire também contribui, enfatizando que “[...] toda a neutralidade proclamada é sempre uma escolha escondida, na medida em que os temas, sendo históricos, envolvem orientações valorativas dos homens na sua experiência existencial” (FREIRE, 1978, p. 89). De fato, nenhum pesquisador está imune a valores, ideologias e posições políticas que, de algum modo, perpassam ou orientam suas escolhas teóricas e metodológicas. Dessa forma, a pesquisa participante foi tomada nesta pesquisa como um instrumento de trabalho não menos confiável e rigoroso, mas como uma forma de construção de saber coletivo, participativo e mais popular (BRANDÃO, 2006). Importante salientar que a modalidade de pesquisa participante não diminuiu ou fez desaparecer o papel do pesquisador, mas o rearticulou com outros sujeitos, que também passaram a contribuir com o processo de construção do conhecimento. Ou seja, a pesquisa participante redimensionou a necessidade de o pesquisador se engajar para melhor conhecer, aprender, intervir e transformar a realidade de maneira mais dialógica e solidária. De acordo com Danilo Streck, toda pesquisa gera aprendizagem e toda aprendizagem gera mudanças: “[...] a pesquisa é interação múltipla de sujeitos: pesquisar é um ato de sujeitos, um movimento que reflete vida e gera vida” (STRECK, 1984, p. 270).

Reafirmamos que a modalidade metodológica da pesquisa participante contribuiu de diversas formas com esta pesquisa. O comprometimento implicou a colaboração com os momentos de formação realizados no ambiente da Rádio Terra Livre FM, proporcionando-nos assim novos ângulos de observação que, de outra forma, não seriam possíveis. A realização de

oficinas nos exigiu maior contato com a rotina dos comunicadores e da comunidade. Dessa forma, os diálogos durante a convivência exigida pela pesquisa participante foram cruciais para a compreensão da problemática desta pesquisa. Essa inserção mais profunda no cotidiano, como também na rotina da Rádio Terra Livre FM, também nos exigiu técnicas mais específicas como a formulação de questionários para entrevistas e para a realização do grupo de discussão.

Sendo assim, tomando como referência os objetivos geral e específicos, buscamos compreender e utilizar algumas técnicas metodológicas necessárias para essa caminhada investigativa. Os instrumentos utilizados na investigação de campo, além da pesquisa participante, também se constituíram a partir de entrevista e grupo de discussão.

3.2 TÉCNICA METODOLÓGICA DE ENTREVISTA E GRUPO DE DISCUSSÃO

Neste projeto, que referenda a dimensão qualitativa dos dados observados, as entrevistas se estruturaram em modalidades técnicas identificadas como: (a) entrevista estruturada por meio de questionários por nós aplicados ou, indiretamente, mediante roteiros fechados escritos; (b) entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas, entre as quais incluímos os diálogos em momentos não previstos, como também as discussões de grupo. Ambas as modalidades de entrevistas foram executadas verbalmente ou por escrito, que necessariamente incluíram nossa presença e interação no universo investigado.

A técnica de entrevista passou antes pela elaboração de um roteiro, ou seja, o roteiro de entrevista funcionou como um facilitador para a formulação do questionário da entrevista. Os questionários foram elaborados à luz dos pressupostos teóricos, mais especificamente a partir das perguntas já apresentadas na problematização desta pesquisa.

A exemplo de Medina (1995), consideramos, para esse projeto, a técnica de entrevista como um artifício potencializador do diálogo e do abrir portas para a construção e partilha do conhecimento. Essa dimensão foi valiosa, especialmente na fase da pesquisa exploratória, momento em que as primeiras aproximações fizeram-se necessárias. Nesse caminho investigativo, percebemos que a entrevista não se resumiu apenas a uma ponte de acesso que,

após o contato estabelecido, poderia ser descartada. A técnica da entrevista, enquanto facilitadora do diálogo, fez-se necessária até o momento da partilha e discussão dos resultados finais da pesquisa com os comunicadores da Rádio Terra Livre FM.

A entrevista tornou-se um instrumento privilegiado de coleta de informações para este projeto, justamente por que identificamos

[...] a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 2004, p. 110).

Buscando empreender a parte empírica da pesquisa, principalmente através de depoimentos e entrevistas, a ‘palavra’ tornou-se a maior instância reveladora de conhecimento. Como refere Bakhtin,

[...] existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação da vida cotidiana. O material privilegiado de comunicação na vida cotidiana é a palavra (BAKHTIN, 1986, p. 36).

Os aportes metodológicos aqui utilizados também potencializaram alguns questionamentos como: em que medida a fala de um sujeito é representativa da fala de muitos? Em outras palavras, como, a partir da entrevista de algumas pessoas, podemos chegar a um conhecimento seguro sobre a totalidade das ações ou intenções do Setor de Comunicação do MST? Em que medida os sujeitos entrevistados nesta pesquisa representam o MST? Ao realizar essas perguntas ao grupo de comunicadores da Rádio Terra Livre FM, obtive respostas como: “[...] o MST somos cada um de nós e não existe um MST fora das pessoas. Ele está na nossa luta, na nossa voz que sai na Terra Livre” (PLENS, 2009). Para Stédile, “[...] o MST não é o que diz os dirigentes. Ou melhor, a fala de um dirigente é sempre feita a partir do seu ponto de vista, mas também da realidade do coletivo” (STÉDILE, 2009). No entanto, alguns comunicadores reconhecem a existência de estruturas pelas quais buscam orientação: “para nossa militância, esses documentos representam a voz do MST, especialmente de alguns dirigentes, dos grandes que estão mais por cima (...). Então dá para dizermos que existe também um MST um pouco fora da nossa prática aqui” (ALMEIDA, 2009).

No desenvolver da pesquisa, também nos questionamos: em que medida as informações dadas, as situações criadas não refletem também a expressão de interesses

peçoais? Como saber se a resposta dada por um sujeito condiz realmente com a verdade ou é apenas uma versão escolhida para responder a uma pergunta? Nessa mesma direção, salienta Minayo:

[...] a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador (MINAYO, 2004, p. 114).

Como resposta a essas inquietações, cremos que o conteúdo obtido por meio do diálogo é o resultado de uma construção comum entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. Toda interação comunicativa fundamenta-se na tentativa de se estabelecer certa frequência de compreensão entre os sujeitos, mesmo que, para isso, seja necessária a omissão ou a criação de novas informações pelos sujeitos que dialogam. Porém existiriam em nós faculdades intelectuais suficientes para se decodificar a informação verdadeira das simulações de uma suposta informação verdadeira?

Para José Luiz Braga,

[...] tem uma expressão do Contardo Cagliaris que é muito boa, que é assim: “as histórias são sempre verdadeiras”. Em que sentido elas são sempre verdadeiras? Ainda quando sejam falsas? Elas são verdadeiras porque elas expressam a realidade necessária do falante no momento em que ele conta. O que interessa é tentar **descobrir não é se é verdade** ou se não é verdade, é o que torna necessário para a pessoa dizer aquilo. De certa forma, é a verdade da versão. Toda versão tem a sua verdade. Nós temos duas versões diferentes sobre o mesmo fato, cada uma delas tem sua verdade, e aí interessante não é descobrir qual é a verdadeira factual, é: qual é a verdade de cada uma? São verdades da interação que constroem posições diferentes e aí a gente entende quais são essas posições. O problema é entender qual é a posição e não concordar ou discordar dela e dizer que essa é melhor ou pior. Você chega com isso a um grau mais aprofundado de compreensão da interação. Evitar que o depoimento expressa o acontecido, expressa sim o modo de se ver as coisas (BRAGA, 2006, *apud* MELO, Paula Reis, 2008).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos ainda a técnica metodológica de grupo de discussão ou também conhecida como grupo focal. Do ponto de vista operacional, a discussão de grupo resume-se em reuniões em pequenos grupos informantes. Para Minayo (2004), essa estratégia de coleta de dados é geralmente usada para

[...] focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; complementar informações sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções; desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares (MINAYO, 2004, p. 143).

Nesta pesquisa, o grupo focal contribuiu para a identificação ou a percepção de atitudes e idéias dos sujeitos pesquisados no que diz respeito à prática comunicativa que desenvolvem. Os temas ou questões que funcionaram como motivadores para as discussões foram elaborados a partir dos objetivos desta pesquisa. Vale relatar que, durante a pesquisa exploratória, tivemos a oportunidade de utilizar essa modalidade metodológica. Percebemos que, durante o grupo de discussão, o diálogo era desviado ou comandado por algum dos participantes. Ao mesmo tempo, criou-se um clima descontraído que possibilitou riquíssimas discussões. Momentos de emoção, durante o grupo de discussão também ocorreram: “[...] é bom esses momentos de conversa sobre essas questões que você levanta, porque a gente aproveita para desabafar e falar coisas que de outro jeito, ou na correria do dia-a-dia, a gente não teria como expressar” (RIBEIRO, 2009).

Após a realização do grupo de discussão, analisamos os conteúdos e elaboramos novas entrevistas, que foram aplicadas posteriormente. Além de definirmos, de antemão, os entrevistados como os participantes do grupo de discussão, também consideramos as informações obtidas durante os diálogos realizados em locais públicos, buscando mais ouvir do que questionar, não interferindo ou querendo delimitar o campo do diálogo em torno das possíveis respostas que desejávamos receber.

Outra ação metodológica realizada e iluminada pelos preceitos da pesquisa participante consistiu na partilha do processo, como também dos resultados da pesquisa com o coletivo de comunicadores da Rádio Terra Livre FM. A partir desse procedimento, buscamos fortalecer a criação de redes, teias e tramas que, ao invés de estabelecerem hierarquias, possam propiciar a construção solidária e participativa do saber:

Uma pesquisa que é também uma pedagogia que entrelaça atores-autores e que é um aprendizado no qual, mesmo quando haja diferenças essenciais de saberes, todos aprendem uns com os outros e uns através dos outros (BRANDÃO, 2006. p. 13).

4 APORTES TEÓRICOS

Para Maria Immacolatta Lopes, “[...] há certas problemáticas que somente se impõem a partir de determinadas teorias, ou somente com base em dada teoria é que certa problemática se resolve plenamente” (LOPES, 2001, p. 38). No entanto, a busca por conhecimento “[...] é uma construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida” (MINAYO, 2004, p. 89).

4.1 SOBRE A TEORIA DOS CAMPOS

A teoria dos campos, elaborada por Pierre Bourdieu, compõe o quadro teórico desta pesquisa com o intuito de melhor estruturar a problemática pesquisada, como também auxiliar no desenvolvimento e na compreensão da mesma. A teoria dos campos sociais fornece-nos subsídios para refletirmos sobre as lógicas inerentes e específicas de cada campo e, como tais, lógicas; quando em contato, geram processos de tensão e negociação. Para Pierre Bourdieu,

[...] a noção principal de que devemos ter de campo é de relação de força e de monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros; todas essas invariantes, recorrendo em determinadas condições sociais de produção, apresentam formas específicas (BOURDIEU, 1983, p. 122).

Bourdieu enfatiza a importância da pesquisa empírica e participante, pois é somente por meio das experiências concretas da vida e, principalmente, a partir da participação junto ao universo investigado que o pesquisador poderá identificar e compreender as diversas formas e as especificidades das manifestações do seu postulado teórico.

A teoria dos campos de Bourdieu fundamenta, nesta pesquisa, a certeza de que a problemática investigada não é manifestação de um vazio ou de algum fenômeno não relacionado com alguma forma de estrutura social. Por esse caminho, quando falamos de disputas e negociações, inclusive no campo das ideias, como refere Bourdieu, estamos partindo da certeza de que

[...] as estruturas cognitivas também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social [...] e que a gênese social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo (BOURDIEU, 1990, p. 158).

O conceito de campo elaborado por Bourdieu atenta-nos para a compreensão de que o desenvolvimento de um campo social não se dá isoladamente de outros campos sociais, mas mediante um campo maior, onde o jogo é jogado (BOURDIEU, 1998). Dessa maneira, há, no interior de cada campo e na relação com os demais, “[...] uma luta pela imposição de uma indefinição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo” (BOURDIEU, 1990, p. 119).

A partir da problemática de nossa pesquisa, identificamos que o campo onde o jogo está sendo jogado se caracteriza por uma pluralidade de intenções e objetivos acionados por cada um dos campos. De acordo com o quadro abaixo, destacamos que os campos em cena, salvaguardando as convergências possíveis, constituem-se a partir das diferenças e especificidades e que, nesse jogo, “[...] todos fazem parte de um novo campo de lutas pela manipulação simbólica” (BOURDIEU, 1990, p. 121).



Quadro 3: Campos em interação
Fonte: Elaboração própria.

Na ilustração acima, buscamos situar a constituição dos campos num campo maior, que podemos considerá-lo como o campo onde se configura o problema anteriormente descrito. Quer dizer, o fenômeno estudado nesta pesquisa é composto por campos em interação, os quais, mediante um processo de tensão e de negociação, configuram a constituição de um campo maior. Realçamos a presença central do campo radiofônico, pois é a partir dele que a problemática investigada toma sentido e forma: é no desenvolvimento dessa atividade midiática que os demais campos também ganham sentido de ser.

No campo geral, onde se estrutura essa problemática,

[...] pode-se falar de jogo para dizer que um conjunto de pessoas participa de uma atividade regrada, uma atividade que, sem ser necessariamente produto da obediência à regra, obedece a certas regularidades (BOURDIEU, 1990, p. 83).

Na constituição desse campo geral, onde cada campo busca impor ritmo ao jogo, há, inevitavelmente, regras tácitas, como também “[...] dominantes e dominados, segundo os valores internos de cada campo” (BOURDIEU, 1996, p. 82). Dessa maneira, observamos que um campo social é composto por

[...] pluralidade de mundos; pluralidade de lógicas correspondentes aos diferentes mundos, ou seja, aos diferentes campos enquanto lugares onde se constroem sentidos comuns, lugares comuns, sistemas de tópicos irreduzíveis uns aos outros (BOURDIEU, 1990, p. 121).

Todo o campo, no seu conjunto, como nas especificidades dos campos que o constituem, define-se

[...] como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles reproduzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 1983, p. 179).

No entanto, a disputa que se dá entre os campos, como também intracampos, é resultante da existência de sujeitos que dominam certo capital, que detêm a capacidade de falar e agir legitimamente e de dominados que também tentam obter tal capital ou poder simbólico (BOURDIEU, 1998). Bourdieu ainda nos alerta que a defasagem ou o desnível é intrínseco entre os campos quando ambos estabelecem relações de trocas simbólicas.

Fundamentar o conceito de campo é trazer implícito o conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983, p. 137). Para Bourdieu, tanto o campo social como a constituição do sujeito não existem desintegrados de uma estrutura socialmente construída, o qual denominou de *habitus*: “[...] o hábitus como sentido do jogo é jogo social, incorporado, transformado em natureza” (BOURDIEU, 1990, p. 82).

Para Bourdieu, o conceito de *habitus* ilumina o caminho para sairmos da filosofia da consciência, das subjetividades ou dos casuísmos. Nesta pesquisa, a prática criativa do sujeito, como também as lógicas específicas de funcionamento dos campos é tomada de maneira não transcendental ou totalmente desligada de um *habitus*. Não excluindo a capacidade geradora inerente ao espírito criativo que habita em cada sujeito, Bourdieu salienta que a ação dos integrantes e constituintes dos campos sociais está, em certo momento, interligada com disposições adquiridas ou socialmente constituídas. Para Bourdieu, noções como a de *habitus*, de senso prático, de estratégia estão ligadas ao esforço para sair do objetivismo estruturalista, sem cair no subjetivismo (BOURDIEU, 1990). Segundo esse autor, o *habitus* é, ao mesmo tempo, um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas:

[...] algumas noções que fui elaborando pouco a pouco, como a noção de hábitus, nasceram da vontade de lembrar que, ao lado da norma expressa e explícita ou do cálculo racional, existem outros princípios geradores das práticas (BOURDIEU, 1990, p. 96).

Consideramos que tanto o que une, mas, principalmente, o que gera tensão e distanciamento entre os campos são especificidades dos *habitus* em confronto. Como evidenciado, percebemos que cada campo busca ordenar o sentido de alguma prática, em nosso caso, o processo comunicacional ativado a partir dos campos que jogam o jogo. O *habitus*, como social inscrito no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que não estejam reunidos num código de regras controladas conscientemente. Há também, de acordo com Bourdieu, certo desconhecimento ou, até mesmo, inconsciência de parte dos sujeitos do *habitus* incorporado: [...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo exercem (BOURDIEU, 1998, p. 8).

Em muitas experiências concretas de vida, principalmente aquelas que geram resultados de tensão ou de descontentamento, o sujeito predispõe o espírito da repulsa e da desaprovação, buscando, na maioria das vezes, não reconhecer essa estrutura socialmente constituída e incorporada, no caso, o *habitus*. Por outro lado, o *habitus* se caracteriza nas formas de estruturas estruturantes. Quer dizer, o *habitus* também está

[...] intimamente ligado com o fluido e o vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma lógica prática do fluido, do mais ou menos, que define a relação cotidiana com o mundo (BOURDIEU, 1990, p. 98).

A constituição do *habitus* em forma de estruturas estruturantes condiz com certa parcela de indeterminação, incerteza e de abertura que todos os sujeitos, como os campos sociais, possuem. Bourdieu (1990) nos alerta que a noção de *habitus*, enquanto estrutura, não pode ser utilizada em situações críticas e perigosas. Nesses casos, o *habitus* torna-se um estruturante e não uma estrutura que regra a totalidade da ação.

Bourdieu também enfatiza que, entre pessoas de um mesmo grupo, ideologicamente simpatizantes ou “[...] dotadas de um mesmo *habitus*, logo, espontaneamente orquestradas, tudo é evidente, mesmo os conflitos: elas se compreendem com meias palavras” (BOURDIEU, 1990, p. 101). Por essa via, mesmo que o foco desta pesquisa seja compreender as formas de afetação da midiaticização a partir das tensões, divergências e contradições entre os campos em cena, não descartamos a hipótese de que “[...] existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos [...]; ou propriedades comuns a todos os campos” (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Mesmo na direção dos consensos, no interior de cada um dos campos em relação, “[...] os ocupantes das posições dominantes estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas – sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagônicos” (BOURDIEU, 1998, p. 153). Nesse sentido, a noção de *habitus* é a cultura própria de cada campo, com os valores, normas e princípios sociais que asseguram, até certa medida, a adequação das ações dos sujeitos intracampo e, conseqüentemente, na relação com outros campos sociais. Porém, nesta pesquisa, a noção de *habitus* apresenta-se como conceito que ilumina a compreensão dos fatores que causam tensão ou defasagem entre os campos em cena.

Procuramos fundamentar, até aqui, o conceito de campo social de uma maneira ampla e genérica. Como próximo passo, buscaremos dar centralidade à fundamentação do campo midiático e como o mesmo vem afetando a constituição e a ação dos demais campos sociais, sendo assim, causador central da tensão identificada.

4.1 A AUTONOMIZAÇÃO DO CAMPO DAS MÍDIAS

Como acima ilustrado, percebemos que a Rádio Terra Livre FM ocupa posição central. Isso não se deve apenas ao fato de se tratar de uma pesquisa de comunicação, mas, sim, porque o fenômeno aqui investigado diz respeito a uma problemática gerada a partir da autonomização do campo midiático.

O campo midiático não foi problematizado de maneira consistente por Bourdieu. Não obstante, Bourdieu reconhece o campo midiático como central nos processos de estruturação e desenvolvimento dos outros campos sociais. Em seu livro *'Sobre a Televisão'*, o autor destaca que

[...] os que ainda acreditam que basta se manifestar sem se ocupar da televisão correm o risco de errar o tiro: é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar as pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por ela, obterão sua plena eficácia (BOURDIEU, 1996, p. 30).

Para esse autor, o campo das mídias é um campo estruturado, mas, acima de tudo, estruturante do universo *sociossimbólico*. Em sua obra *'O poder simbólico'*, Bourdieu destaca que

[...] é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os *sistemas simbólicos* cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) (...) contribuindo assim para a *domesticação dos dominados* (BOURDIEU, 1998, p. 11).

No primeiro parágrafo do prólogo de seu livro *'Sobre a Televisão'*, Bourdieu alerta-nos sobre os riscos que os outros campos correm ao se submeterem às lógicas do campo midiático.

De fato, penso que a televisão, através dos diferentes mecanismos que me esforço por descrever de maneira rápida – uma análise aprofundada e sistemática teria exigido muito mais tempo –, expõe a um grande perigo as diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito; creio mesmo que, ao contrário do que pensam e dizem, sem dúvida, com toda a boa fé, os jornalistas mais conscientes de suas responsabilidades, ela expõe a um perigo não menor a vida política e a democracia (BOURDIEU, 1996, p. 9-10).

Mesmo centrando sua análise na rotina do campo telejornalístico, Bourdieu também nos dá pistas para uma compreensão das lógicas de funcionamento do campo midiático. Interessante perceber como as regras do campo midiático vão afetando e impondo condicionantes aos demais campos que dele se apropriam. Essas regras são explicitadas

quando Bourdieu participa de um programa televisivo. O autor relata que, antes de entrar em cena, ele é informado e, por isso, submetido às regras do jogo:

[...] em acordo com o diretor, evitar todo refinamento formal no enquadramento e nas tomadas e renunciar às ilustrações [...] que não só teriam ocupado um tempo precioso, como sem dúvida teriam rompido a linha de uma exposição que se pretendia argumentativa e demonstrativa (BOURDIEU, 1996, p. 13).

Ele também ressalta as dificuldades em reorganizar o discurso previamente construído de acordo com as lógicas impostas pelo campo midiático:

[...] o discurso articulado, que foi pouco a pouco excluído dos estúdios de televisão – ao que se diz, a regra exige que nos debates políticos, nos Estados Unidos, as intervenções não excedam os sete segundos - , continua a ser, com efeito, uma das formas mais seguras da resistência à manipulação e da afirmação da liberdade de pensamento (BOURDIEU, 1996, p. 12).

Evidencia-se também, no caso exposto, que o campo dos media possui suas estruturas discursivas próprias. Existem regras às quais os demais campos sociais devem se sujeitar para que sua enunciação seja proferida por meio desse campo.

[...] para tentar respeitar o pacto que fizeram comigo mesmo neste ensino concebido como uma intervenção, precisei-me esforçar-me por me exprimir de maneira a ser entendido por todos. O que me obrigou, a mais de um caso, a simplificações (BOURDIEU, 1996, p. 11).

Existem assim certos objetivos delegados, de antemão, pelo campo midiático aos demais campos sociais. Como evidenciado no depoimento de Bourdieu, percebemos que a regra principal imposta a ele pelo campo midiático foi a simplificação ou a objetivação do discurso. Para Adriano Rodrigues, “[...] a esta regra de eliminação das marcas díticas dou o nome de processo de objetivação do discurso ou, se preferirmos, de apagamento das marcas de subjetividade” (RODRIGUES, 1999, p. 30).

Bourdieu também nos explica que as lógicas do campo midiático podem variar de acordo com a natureza institucional do veículo. Existem certas lógicas universais que dizem respeito à natureza do dispositivo tecnológico, mas que são negociáveis com o campo que o desenvolve ou que busca conduzi-lo. Percebemos essa reflexão quando Bourdieu faz ressalvas ao uso das tecnologias, afirmando positivamente sobre o audiovisual do Collège de France:

Hoje, graças ao serviço audiovisual do Collège de France, benefício-me de condições inteiramente excepcionais: em primeiro lugar, meu tempo não é limitado; em segundo, o assunto do meu discurso não me foi imposto – eu o decidi livremente e posso ainda mudá-lo -; em terceiro, ninguém está ali, como nos programas comuns, para me chamar a ordem, em nome da técnica, em nome do público que não compreenderá (BOURDIEU, 1996, p. 14-15).

Concordando com Bourdieu, mas buscando avançar, percebemos que, conforme a natureza institucional do veículo de comunicação, a tensão é atenuada, mas não totalmente eliminada. Primeiramente porque as normas e regras da técnica midiática sobrepõem-se ao controle de qualquer instituição, tendo em vista os processos de midiaticização da sociedade que acabam formando certo ‘habitus midiático’ no tecido social. Quer dizer, mesmo que cada veículo possua características próprias ou que, em certos momentos, possibilite certa abertura aos que dele se apropriam, a cultura tecno-midiática, que advoga atingir grandes audiências e vastos públicos, torna-se o modelo perseguido e idealizado quando se almeja fazer comunicação na atualidade:

[...] com a televisão estamos diante de um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo mundo. Daí certo número de questões prévias: o que tenho a dizer está destinado a atingir todo mundo? Estou disposto a fazer de modo que meu discurso, por sua forma, possa ser entendido por todo mundo? Pode-se mesmo ir mais longe: ele deve ser entendido por todo mundo? (BOURDIEU, 1996, p. 18)

Essa tensão, independentemente da natureza institucional do veículo, é inevitável, mesmo em se tratando de casos como o investigado nesta pesquisa, ou seja, mesmo num processo midiático planejado e estruturado, por meio de documentos e de proposições políticas, a tensão e o desgaste são inevitáveis, pois “[...] o campo dos media é uma instituição que possui a competência legítima para criar” (RODRIGUES, 1999, p. 26).

Essa problemática tensional pode ser melhor compreendida a partir das sugestões teóricas de Adriano Rodrigues (1999). Este autor nos propõe uma reflexão acerca da autonomização dos campos sociais, a partir da autonomização das dimensões das experiências, pois

[...] os quadros de experiência deixam de estar concretamente delimitados pelas fronteiras locais, abrindo-se a interações que ultrapassam essas fronteiras para se tornarem progressivamente independentes da partilha do mesmo lugar (RODRIGUES, 1999, p. 13).

Rodrigues ainda pontua que, com a autonomização dos campos sociais, autonomiza-se igualmente

[...] a competência para a formulação discursiva das regras da competência para intervir eficazmente em cada um dos campos sociais. Autonomizam-se assim, para os campos sociais, a função discursiva da função pragmática (RODRIGUES, 1999, p. 17).

Essa inferência de Rodrigues muito nos auxilia para compreendermos as disjunções entre as proposições discursivas (documentos de comunicação elaborados pelo MST) e a função pragmática (o funcionamento da Rádio Terra Livre FM). Para este autor, o processo de

autonomização da experiência do campo discursivo ocorre porque a dimensão da experiência compreende “[...] um conjunto de saberes formados de crenças firmes, fundamentadas no hábito, ao contrário do saber científico que é fundamentado todo numa indagação racional, metodicamente conduzida” (RODRIGUES, 1999, p. 03).

A ampla discussão de Rodrigues nos mostra que, a partir da autonomização do campo das mídias, também podemos problematizar a concepção de campo como algo fechado e que atua apenas a partir de lógicas próprias. Segundo ele,

[...] a consumação da autonomização do campo dos media só virá, no entanto, a ocorrer com o advento da modernidade tardia, no termo da fragmentação dos campos sociais que surgiram com a primeira modernidade (RODRIGUES, 1999, p. 24).

Nessa direção, o autor nos oferece pistas para compreendermos o processo de abertura de cada campo às lógicas ou afetações de outros campos, especialmente a partir dos processos de midiatização da sociedade. O autor não chega a discorrer sobre essa problemática, mas percebemos como possível e necessário avançarmos nessa discussão ao longo desta pesquisa.

Para chegarmos à compreensão dos processos de midiatização da sociedade, faz-se primeiramente necessário compreendermos o processo de autonomização do campo das mídias. Ou seja, a autonomização do campo das mídias pode ser considerada um dos primeiros passos rumo à ampliação e consolidação dos processos de midiatização da sociedade.

Rodrigues enfatiza que a “[...] emergência do campo dos media só ocorreu na segunda metade do século XX quando o nosso planeta fica completamente coberto pelos satélites de telecomunicações” (RODRIGUES, 1999, p. 26). Sendo assim, a estruturação do campo das mídias está intimamente ligada ao período societário em que os demais campos sociais passam a deliberar exclusivamente, para o seu campo, funções antes minimizadas ou, até mesmo, inexistentes.

[...] a particularidade do campo dos media reflete-se na natureza da sua gênese, das funções que desempenha, da sua legitimidade, do seu sistema de sanções, do seu regime de funcionamento, da sua simbólica, do seu corpo social e do seu sistema de acreditação (RODRIGUES, 1999, p. 25).

Esse processo de autonomização do campo das mídias gera, com o passar do tempo, dependências simbólicas e, até mesmo, estruturais aos demais campos sociais. O processo de delegação ao campo das mídias de funções que antes eram elaboradas exclusivamente a partir das lógicas de cada campo social começa a gerar, além de dependências, também novas

tensões e conflitos. É nesse jogo conflituoso de disputas que se consolida o processo de autonomização do campo das mídias. De acordo com Adriano, “[...] é a natureza tensional da relação entre os diferentes campos sociais que está na origem da emergência e da progressiva autonomização do campo dos media” (RODRIGUES, 1999, p. 25). Para esse autor, o campo dos media pode ser compreendido como uma

[...] noção abstrata para designar a instituição que se autonomiza na modernidade tardia, que é dotada de legitimidade para superintender à gestão dos dispositivos de mediações das experiências e dos diferentes campos sociais (RODRIGUES, 1999, p. 26).

No entanto, a proposta desta pesquisa é também observar o novo lugar ocupado pelo campo das mídias, agora não mais como mediador de um processo comunicacional, mas, acima de tudo, produtor de objetividades e subjetividades, tornando-se assim o organizador principal do campo onde esse jogo de tensões e negociações é jogado.

4.2 SOBRE A SOCIEDADE EM MIDIATIZAÇÃO

Buscar compreender as discussões sobre a sociedade em midiatização proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), especificamente pela linha Midiatização e Processos Sociais, foi um dos primeiros passos da construção desta pesquisa. Pedro Gilberto Gomes e Antonio Fausto Neto afirmam⁴ que a midiatização é, ao mesmo tempo, um fenômeno e uma proposta epistemológica. Enquanto fenômeno, sua incidência sobre a realidade não se dá de maneira uniforme e direta, mas, sim, de maneira complexa, transversal e relacional. Epistemologicamente, a midiatização vem se configurando por meio das pesquisas já realizadas que confirmam não somente suas proposições teóricas como também demonstram, empiricamente, o fato de estarmos vivendo um novo período societário, ou em uma nova ambiência, como discute Gomes (2006).

Na presente pesquisa, a midiatização pode ser refletida na formulação documental do MST sobre comunicação, como também no processo histórico, de gestão e funcionamento da

⁴ Em suas aulas no Programa de Pós-Graduação, na disciplina ‘Estudos empíricos em midiatização, para o mestrado e o doutorado.

Rádio Terra Livre FM. O campo da recepção social, mesmo não fazendo parte do *corpus* desta pesquisa, também compõe o espaço de reflexão sobre o fenômeno da midiatização, pois tratamos aqui da circulação e não apenas de um processo comunicacional segmentado.

A justificativa para a utilização do aporte teórico da midiatização deve-se a vários motivos. O principal deles é o de que o fenômeno da midiatização “[...] responsabiliza-se cada vez mais por todas as mediações sociais; é ela (a mídia) que regula a relação indivíduo com o mundo e com seus pares” (PAIVA, 2005, p. 16).

A sociedade em vias de midiatização se estabelece também dentro de um processo histórico, em que a evolução das técnicas de comunicação se apresenta como parte fundamental desse fenômeno. Como o processo de midiatização da sociedade se dá de maneira assimétrica e não uniforme, podemos então considerar que ainda nos encontramos num processo gradativo, instigando-nos, assim, a novas reflexões e hipóteses sobre a questão.

Percebemos, assim, que desde a invenção da escrita, passando pela tipografia, pelos meios sonoros e audiovisuais até a virtualidade, as formas de comunicação humana sempre estiveram lado a lado com o processo evolutivo das técnicas de comunicação. De acordo com Braga (2006), fica evidente que a sociedade se constrói diferentemente, conforme os processos interacionais que dão maior relevância e hegemonia e que existe uma funcionalidade sistêmica entre a sociedade e a mídia, muito além do que uma simples relação física e concertada. A constante necessidade humana de alargar seu espaço interativo gera, por conseguinte, a necessidade de dispositivos que possibilitem esse novo agir, os quais, com o passar do tempo, tornam-se mais complexos e instigantes para muitos estudiosos, em especial aos comprometidos com o campo da comunicação: leve

Podemos assumir que a sociedade não apenas produz sua realidade através das interações sociais a que se entrega; mas igualmente produz os próprios processos interacionais que utiliza para elaborar a sua realidade – progressivamente e a partir de expectativas geradas nas construções sociais anteriores; e também, em seguida, por processos autopoiéticos assim desencadeados (BRAGA 2006, p. 145).

Para este autor, os processos interacionais da sociedade se tornam crescentemente midiatizados, ou seja, pouco a pouco, a evolução dos meios de comunicação vai configurando a nossa realidade, que também vai se caracterizando como uma sociedade midiatizada, onde as possibilidades de interação social entre indivíduos e instituições, de alguma forma, estariam transpassadas ou relacionadas com algum suporte tecnológico de comunicação. Por esse caminho, podemos considerar, num processo mais avançado de midiatização, a

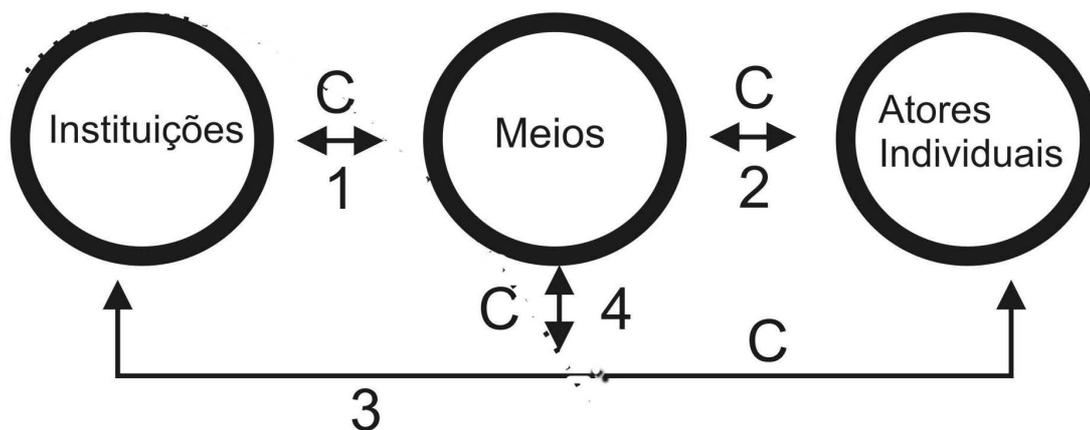
inexistência de qualquer instituição ou prática social distante das lógicas midiáticas, ou de tecnologias convertidas em meios de informação e de comunicação.

Vale salientar que a sociedade em midiatização não se caracteriza somente pela inserção genérica dos meios tecnológicos, mas passa a agir e pensar as coisas e a própria realidade a partir e em função de protocolos de racionalidade midiática, ou seja:

[...] una sociedad en vías de mediatización es aquella donde el funcionamiento de las instituciones, de las prácticas, de los conflictos, de la cultura, comienza a estructurarse en relación directa con la existencia de los medios (VERÓN, s/d., p. 3).

Por um esquema didático, Eliseo Verón demonstra como o fenômeno da midiatização se configura na atualidade. De acordo com o autor, o esquema que segue

[...] no se trata en modo alguno de un modelo teórico, sino simplemente de un esquema que nos permite identificar algunos aspectos importantes de los procesos que nos interesan (VERÓN, 1987, p. 7)



Quadro 4: Esquema para análise da midiatização
Fonte: Eliseo Verón

Para entender esse processo, é necessário, antes de tudo, compreender como vão se estruturando historicamente as relações entre os meios, as instituições sociais e os atores individuais. Cada um desses três setores comporta múltiplas estratégias que, de uma maneira complexa e não causal, consideram as estratégias presentes nos outros setores. Detalhadamente, Verón nos esclarece seu esquema. Segundo ele, as *Instituições* são os múltiplos ordenamentos organizacionais da sociedade que não se enquadram na definição de meios colocada acima. Os *meios*, destaca Verón, são também instituições, mas que se diferenciam das demais em função da centralidade que ocupam. O universo dos *atores*

individuais é compreendido como sujeitos pertencentes a uma sociedade onde as formas de relações são complexas, não correspondendo a instituições ou a coletivos ordenados como sindicatos, movimentos, etc.

As flechas duplas demonstram que a interação entre os campos não é linear ou de mão única, ou seja, as afetações são mútuas, mesmo que tensionais e em níveis diferenciados. Os campos, nesse sentido, também estariam sujeitos às afetações de outros campos sociais, sobretudo do campo midiático. A letra “C” que aparece junto às setas duplas “[...] designa precisamente los colectivos en tanto construcciones que se producen en nel senso de la comunicaci3n” (VER3N, 1987, p. 15). Percebemos ainda que o esquema apresenta quatro zonas de produç3o de coletivos. *Flecha 1*: relaç3o dos meios com as instituiç3es da sociedade; *Flecha 2*: a relaç3o dos meios com os atores individuais; *Flecha 3*, a relaç3o das instituiç3es com os atores individuais; e, na *Flecha 4*, a maneira como os meios afetam a relaç3o entre as instituiç3es e os atores. Quer dizer, o esquema para an3lise da mediatizaç3o elaborado por Ver3n detalha, de maneira direta e evidente, a centralidade que os ve3culos de comunicaç3o ocupam no processo de constituiç3o e de interrelaç3o entre os campos sociais: “[...] En definitiva, el t3rmino mediatizaci3n no designa otra cosa que lo que es hoy el cambio social de las sociedades post-industriales” (VER3N, 1987, p. 17) .

No entanto, salienta Antonio Fausto Neto (2006), algumas teorias cl3ssicas da comunicaç3o, da sociologia e da filosofia, t3m considerado os meios de comunicaç3o como secund3rios nesse processo ou como um fen3meno pouco problematizado. Para Fausto Neto, quando problematizados, os meios de comunicaç3o s3o apropriados como um objeto de efeitos limitados, transvestidos pela aura da instrumentalidade, ou como meios configurados como meros suportes mediadores. Quer dizer, pela perspectiva cl3ssica dos estudos sobre comunicaç3o, os meios de comunicaç3o eram observados como um espaç3o de passagem, em que o sujeito e o fim n3o teriam nenhuma ligaç3o com o meio.

Na mesma direç3o, o pesquisador colombiano Jes3s Martin-Barbero alerta-nos para a necessidade de se observar os meios de comunicaç3o por outro vi3s. Segundo ele, “[...] estamos ante la primera propuesta que rompe con la concepci3n puramente instrumental, pasiva, de la t3cnica y que abri3 espacios claves a su investigaci3n” (MARTIN-BARBERO, 2005, p. 3). Como acima descrito, o campo das m3dias tamb3m se torna espaç3o de produç3o e n3o apenas de mediaç3o entre os demais campos. Nessa direç3o, pensar o campo midi3tico a

partir dos pressupostos teóricos da midiatização é estar atento ao lugar central que o mesmo ocupa.

Observamos, então, que a passagem de uma sociedade dos meios e mediações para uma sociedade em midiatização pode ser identificada a partir do momento em que o campo das mídias deixa de ser uma questão secundária, ou como espelho que apenas representa o real, sem afetá-lo. Verón destaca que, “[...] y lo que se comienza a sospechar es que los medios no son solamente dispositivos de reproducción de un real al que copian más o menos correctamente sino más bien dispositivos de producción de sentido” (VERÓN, Eliseo, s/d, p. 4).

Dessa maneira, a midiatização da sociedade pode ser compreendida a partir de uma ação intensa, crescente, generalizada, que constitui um modo de organização, por valores e trocas simbólicas, fundada por uma nova técnica, agora problematizada e concebida como produtora de sentido. De acordo com Fausto Neto, a midiatização da sociedade vai além de problemas decorrentes apenas da evolução tecnológica. Ela configura-se como “[...] um fenômeno que, em seu interior, gera questões que remetem à sua complexidade, bem como mecanismos de seu próprio funcionamento” (FAUSTO NETO, 2006, p. 12). Ele ainda pontua que devemos compreender a midiatização como um fenômeno que incide no tecido das relações sociais, da cultura, do simbólico de maneira não linear ou determinística, mas de maneira relacional e transversal, gerando complexidades ao invés de homogeneidades. Destacando as dimensões complexas e não homogêneas do mundo contemporâneo, local onde incidem e se dinamizam as afetações da midiatização, Bourdieu pontua que

[...] os objetivos do mundo social podem ser percebidos e expressos de diversas maneiras, porque sempre comportam uma parcela de indeterminação e fluidez, e, ao mesmo tempo, um certo grau de elasticidade semântica: de fato, mesmo as mais constantes combinações de propriedades estão sempre fundadas em conexões estatísticas entre intercambiáveis; e, além disso, estão sujeitas a variações no tempo, de modo que seu sentido, na medida em que depende do futuro, está ele próprio em expectativa e é relativamente indeterminado (BOURDIEU, 1990, p. 161).

Eliseo Verón também destaca que a midiatização opera sob lógicas diversas, não podendo ser identificada uniformemente no mundo das ações e práticas institucionais/individuais. Para o autor, a midiatização se efetiva a partir de “[...] diversos mecanismos, segundo os setores da prática social, produzindo distintas consequências” (VERÓN, 1997, p. 9).

Muniz Sodré (2002) também fundamenta a mediação como a articulação do funcionamento das instituições sociais com o campo das mídias, de maneira crescente e complexa. Para ele, este fenômeno é recente e está, inicialmente, associado ao advento crescente das tecnologias de comunicação e informação.

[...] tudo isso confirma a hipótese de que a sociedade contemporânea (dita pós-industrial) rege-se pela mediação, quer dizer, pela tendência à virtualização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação (SODRÉ, 2006, p. 20).

Os processos de mediação social implicam na aceleração temporal, por intervenção tecnológica nas coordenadas do espaço-tempo, alterando modos de percepção e atitudes na esfera dos costumes. Sodré enfatiza que, a partir da crescente afetação midiática, pôs-se a caminho uma nova ‘ecologia simbólica’, com consequências para a totalidade da vida social (SODRÉ, 2006). A partir dos processos de mediação, configura-se um novo *ethos*, ou seja, um *ethos* mediado caracteriza-se pela manifestação articulação dos meios de comunicação e informação com a vida social; é a atmosfera afetiva (emoções, sentimentos, atitudes) em que se movimenta uma determinada formação social. Por esse viés, a sociedade em vias de mediação, caracterizada por essa crescente inter-relação entre instituições/indivíduos com os meios e ou suportes tecnológicos de comunicação, configura a existência humana atual, instituindo no tecido da sociabilidade novas formas de agir, de ser e de atuar: “[...] a mediação implica, assim, uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo ou, pensando-se na classificação aristotélica das formas de vida, um *bios* específico” (SODRÉ, 2006, p. 22).

Nessa lógica, adentramos em um período crescente de transformação sociossimbólica que se deve à intensa relação entre os diversos campos sociais com o campo das mídias. Como nos alerta Gomes (2008), a inevitável e irreversível mediação das práticas institucionais e sociais nos impulsiona para uma nova ambiência. Adentramos em uma realidade que passa a ser organizada pela presença ou incidência irrestrita e generalizada de tecnologias que, convertidas em meios de comunicação, produzem “[...] um novo modo de ser no mundo [...] uma viragem fundamental no modo de ser e atuar” (GOMES, 2006, p. 111). Quer dizer, as afetações midiáticas alteram a ordem do cotidiano, criando novos valores de exercício do poder, de práticas sociais, como também novas formas de interação entre os campos em disputa.

Eduardo Vizer é outro importante autor que reflete sobre os processos sociais decorrentes da midiatização. Ele salienta que a cultura tecnológica se manifesta como a emergência contemporânea de novas formas de construção social da existência humana: “[...] a nova forma cultural hegemônica universal e sua expressão mais refinada se manifesta nos processos de midiatização social” (VIZER, 2008, p. 33). Para este autor, a midiatização social representa

[...] o triunfo da Cultura Tecnológica, o triunfo da penetração invasiva das tecnologias de intermediação em todas as ordens da vida social. É, ao mesmo tempo, um processo tecno-antropológico e cultural que transforma e recria as nossas ecologias físicas, sociais, culturais e simbólicas (VIZER, 2008, p. 37).

Como evidenciado, o processo de midiatização social não se configura apenas a partir da incidência irrestrita de tecnologias de comunicação e informação. Quer dizer, a midiatização social

[...] fundamenta-se em relações interdependentes – e ecológicas – entre tecnologias, as novas formas de conhecimento científico, os saberes tradicionais da cultura, as formações imaginárias do mundo da vida, e a apropriação e reconstrução subjetiva que realizam os indivíduos e as comunidades nas suas práticas cotidianas (VIZER, 2008, p. 33).

O autor nos propõe a compreensão da midiatização social a partir de um duplo processo, ao mesmo tempo objetivo e subjetivo: sentido objetivo como aquele caracterizado a partir da incidência das tecnologias em todas as dimensões da vida cultural, econômica, política e social. Já a manifestação objetiva da midiatização tem sua emergência a partir da autonomização do campo das mídias, como destacado no subcapítulo anterior.

Percebemos, assim, que as novas configurações sociais, dinamizadas a partir das tecnologias da comunicação e informação, não somente contribuem para a autonomização do campo das mídias, mas, acima de tudo, delegam a esse campo as expectativas e responsabilidades da produção e satisfação da subjetividade tanto individual quanto social, ou seja:

[...] a demanda social e individual pela apropriação das tecnologias de informação e comunicação como manifestação de necessidades de expressão da subjetividade. Uma subjetividade objetivada por meios tecnológicos, expressa em ‘produtos-mensagens-interações’ que tomam vida própria (VIZER, 2008, p. 34).

Como evidenciado, as formas de midiatização da sociedade devem ser compreendidas de maneira dialética, ou seja, como apropriação técnica (objetiva), por um lado, e simbólica (subjetiva ou de sentido), por outro (VIZER, 2008). Por essa via, percebemos como crescente e amplo o fenômeno da midiatização social, onde sujeitos e instituições constroem e

reconstroem seus mundos objetivos e subjetivos de maneira cada vez mais dependente das tecnologias de comunicação e informação. Destacamos que as propriedades atuantes da midiatização, como também a problemática decorrente de sua afetação são consideradas, nesta pesquisa, como “[...] princípios de construção do espaço social, constituída e estruturante de diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos campos em observação” (BOURDIEU, 1998, p. 138).

4.2.1 Midiatização e Movimentos Sociais

Certo consenso entre os aportes teóricos da midiatização é o de que toda tecnologia de comunicação e informação deve ser observada como potencializadora de transformações no tecido das relações sociais, na constituição das instituições e da conduta dos indivíduos. Por essa via, um dos problemas que preocupa os movimentos sociais - até porque tem influência direta na continuidade de suas lutas e na sua própria garantia enquanto organização - é o crescente processo de midiatização social. Como enfatizado, os meios de comunicação não são apenas simples meios de passagem, os quais não teriam um ofício produtivo ou engendrador de novos problemas na realidade. Pelo contrário, eles próprios pulsionam sentidos gerando alterações, podendo ser desestabilizadores ou controladores de ambientes ou de situações diversas.

Ao longo desta pesquisa, percebemos que os meios de comunicação, ao mesmo tempo que se tornam objeto de desejo, tornam-se objeto de medo e desconfiança por parte de muitos movimentos sociais, principalmente os situados na tradição política de esquerda. Um dos causadores dessa tensão entre desejo e medo é o processo desmobilizador que os veículos de comunicação podem desencadear. Isso se deve ao fato de que a comunicação midiática pode introduzir um novo *habitus* aos processos de discussão, mobilização ou de deliberação política, não mais estruturados no encontro face a face ou de co-presença. Nessa direção, Enzensberger (2003) também pontua que essa preocupação é histórica dentro da tradição da esquerda, bem como nas suas dissidências populares, que resumiram por muito tempo a evolução e apropriação dos meios num único termo: o da manipulação.

A tese de manipulação estabelecida pela esquerda é defensiva em sua essência e em seus reflexos e pode levar ao insucesso (...). Com uma única grande exceção, a de Walter Benjamim (e, em sua seqüência, a de Brecht), os marxistas, no entanto, não entenderam a indústria da consciência, só reconhecendo nela o reverso burguês-capitalista, porém não as suas possibilidades socialistas (ENZENSBERGER, 2003. p. 27-77).

Mesmo entre desejo e medo, é evidente a crescente apropriação de práticas midiáticas por parte dos movimentos sociais, ou seja, as práticas midiáticas sempre estiveram em posição párea ou indissociável com os Movimentos, não somente em tempos recentes, devido às facilidades de uso e acesso à *Internet*, mas desde os tempos dos panfletos, jornais e folhetins, rádio-poste em diante.

Muitos Movimentos sociais emergiram ou ganharam novo fôlego a partir das potencialidades oferecidas pelas tecnologias de comunicação. O exemplo mais usual é o Movimento Zapatista que, em meados da década de 1990, mobilizou, por intermédio da rede virtual, a consciência de muitas pessoas em favor de sua causa. Da mesma forma, novos Movimentos surgiram, conquistando e agregando adeptos em todos os continentes por meio das potencialidades ofertadas pela diversidade de tecnologias de comunicação.

Essa aproximação entre movimentos sociais e o campo da comunicação se deflagra a partir de demandas que eles próprios delegavam ao campo midiático. Nesse estágio, os veículos de comunicação tinham a função de resolver problemas ou de potencializar funções que, de outra maneira, não seriam possíveis; quer dizer, em um primeiro momento, os veículos de comunicação ocupam a função de mediadores de necessidades desses movimentos sociais: a invenção ou utilização dos veículos de comunicação por parte dos movimentos sociais surgiram “[...] para atender a um problema percebido na situação social prévia àquela tecnologia” (BRAGA, 2007, p. 147). Em um segundo momento, a presença das tecnologias no interior dos movimentos sociais começa a deflagrar um “[...] deslocamento ou transbordamento para outras situações, em decorrência da disponibilidade da invenção e de sua derivação para outros usos, levando a outros desenvolvimentos tecnológicos” (BRAGA, 2007, p. 147). Adentrando em um terceiro estágio, as tecnologias ou os sistemas de comunicação acabam gerando um processo autopoiético: “[...] deixando de ser dependentes de dinâmicas anteriores (pré-mediatização), que tinham sido necessárias e suficientes para desencadear processos” (BRAGA, 2007, p. 147). Nessa dimensão, as afetações midiáticas põem em curso novas processualidades socio simbólicas e não apenas instrumental ou técnica.

A perspectiva teórica da midiaticização também nos ajuda a compreender que os Movimentos Sociais, além de suas lutas específicas, como a conquista de direitos, moradia, trabalho, terra etc., buscam desenvolver tecnologias de comunicação visando ao reconhecimento, à visibilidade e à legitimidade social para além de suas fronteiras.

Nessa direção, a visibilidade midiática tornou-se uma das principais práticas por meio das quais as lutas foram sendo conduzidas e articuladas. Com o passar do tempo, os Movimentos Sociais foram reconhecendo que o espaço midiático também assumia uma função estratégica e política, capaz de contribuir com seus objetivos e lutas. Em tempos de midiaticização social, torna-se impossível, a qualquer movimento social, continuar indiferente aos espaços midiáticos, resistindo na surdina ou nas trincheiras das articulações. Mantendo-se nessa posição e, ao mesmo tempo, expondo-se por meio das ações ou protestos públicos, de uma forma ou de outra, a representação/produção simbólica é construída. Essa construção simbólica, realizada pelos movimentos sociais e, cada vez mais, pelos veículos de comunicação, materializa-se de maneira complexa (BOURDIEU, 1998), variando entre aqueles que presenciam as ações/manifestações e aqueles que as assistem pelo espaço midiático, em suas casas, em qualquer parte do mundo.

Na sociedade em midiaticização, os movimentos sociais têm, cada vez menos, a opção de não participar ou de resistir aos espaços comunicacionais, ou seja, adentramos em uma época em que as representações simbólicas são construídas cada vez mais por meio da mídia (GOHN, 2000). Dessa evidência, a dimensão midiático-simbólica passa a ser algo indissociável e preocupante ou, se não, um dos componentes mais importantes da agenda dos movimentos sociais. Como afirma Castells (2003), a aproximação dos Movimentos Sociais aos espaços midiáticos deve-se ao motivo de que, atualmente, a mídia é expressão de nossa cultura, e nossa cultura tende a trabalhar, primariamente, por meio do material simbólico advindo da mídia. Nesse sentido, na medida em que os movimentos sociais começam a perceber o distanciamento entre a realidade de suas ações e as informações produzidas pela mídia sobre essa realidade, abre-se espaço para a construção de um sistema próprio de midiaticização. Exemplo disso é a tensão existente entre movimentos sociais e grupos comerciais de comunicação⁵.

⁵ Ver mais em: MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

Por essa via, novas articulações comunicacionais começam a ganhar vida no interior dos mais distintos movimentos sociais: entra em cena, com as demais práticas, a preocupação com a legitimidade das ações e o reconhecimento público, agora cada vez mais midiático. Nessa perspectiva, percebemos que os movimentos sociais começam a lançar desafios e expectativas aos meios de comunicação, certificando-nos de que adentramos em um tempo:

[...] onde as fronteiras entre o local, o nacional e o internacional se enfraqueceram de forma que, rapidamente, a ação de um Movimento (ou contra um Movimento) em qualquer aldeia no meio da selva, poderá ser conhecida pelo mundo todo (GOHN, 2000, p. 22).

Mediante esse cenário, intensificar as atenções para o campo midiático, “[...] mesmo teatralizando-se suas reivindicações para garantir espaço na mídia” (BERGER, 1998, p. 116), parece ser um ponto central nas agendas dos movimentos sociais. Como enfatiza Gohn, “[...] as lutas sociais também entraram para o mundo da realidade virtual, e isso potencializou suas ações porque passaram a atuar em redes que ultrapassaram as fronteiras locais e nacionais” (GOHN, 2000, p. 25).

Na perspectiva teórica da sociedade em midiática, percebemos que, mesmo sendo a conquista da terra o objetivo central das suas ações, o MST perpassa essa objetividade, fazendo também pressão por mudança ou para conduzir o jogo das regras do campo midiático. Nesse sentido, Melo (2008) enfatiza que a luta específica do MST pela terra acaba se articulando; portanto, com a luta pela disputa do campo midiático, levando o Movimento a repensar a problemática acerca da produção do simbólico e, mais do que isso, sua produção de sentido. Melo ainda destaca que, nas instâncias midiáticas, também é construído seu discurso e sua identidade social. Dessa maneira, cada vez mais as ações de protesto empreendidas pelo MST buscam a visibilidade pública como forma de conquistar legitimidade para a sua causa (MELO, 2008). Nas palavras de Fausto Neto, “[...] não se trata de um perceber e se perceber passivo, mas a produção de um trabalho – de constituir-se e de tornar-se visível – que se faz em função e por conta da existência da cultura midiática” (FAUSTO NETO, 2008). Isto se deve ao fato de que

[...] os meios se transformam no espaço privilegiado das mediações públicas articulando o público com o privado, e a especificidade de seu poder se acha precisamente na sua capacidade de construir dispositivos de regulação simbólica dos espaços sociais (FAUSTO NETO, 2006, p. 11).

Pressupomos, nesta pesquisa, que essa visibilidade pública e a produção de sentido decorrido desse processo de midiática social tomariam outra direção ou forma se os mesmos fossem trabalhados ou configurados por um espaço comunicacional próprio. Por esse

caminho, percebemos que o processo de midiaticização social também ativa, nos movimentos sociais, a necessidade de ações que visem à constituição de um campo próprio de comunicação. Para Vizer, os movimentos sociais buscam construir e manter meios próprios que divulguem conteúdos de acordo com suas políticas (VIZER, 2007). cremos que isso decorre, em certa medida, devido à desconfiança e à impossibilidade de relacionamento amigável entre movimentos sociais e os demais veículos/grupos de comunicação. Não obstante, essa necessidade de construir um campo próprio de comunicação também advém da impossibilidade que o MST encontra para ocupar os espaços regulados pela grande mídia. Dessa maneira, este movimento social busca alternativas para o acesso ao espectro midiático. Sendo assim, percebemos que o MST não almeja somente ser visibilizado ou produzir sentido por intermédio das notícias/espaços da grande mídia, visto que não se torna tão acessível e fácil ser o mediador do tema ou da estruturação do discurso jornalístico dessas grandes redes de comunicação (MELO, 2008).

Podemos inferir, portanto, que as atuações midiáticas do MST circulam também em torno da preocupação em se ser protagonista dessa produção de sentido por meio de dispositivos que estejam sob sua territorialidade e orientação. Prova disso é seu arsenal midiático formado por veículos como o Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra, Programa de rádio Vozes da Terra⁶, Agências de Notícias⁷, Produtora de Audiovisual⁸, Sítio Eletrônico⁹, Editora Expressão Popular e demais veículos, como a Rádio Terra Livre FM.

Por meio desses espaços ‘multimidiáticos’, o MST vai configurando novas formas de ‘ser no mundo’ (GOMES, 2006), “fazendo de regras da midiaticização insumos para a construção de suas estratégias, seus produtos, para não dizer suas próprias identidades” (FAUSTO NETO, 2006, p. 12).

⁶ Programa hospedado no próprio *site* do MST: www.mst.org.br.

⁷ Disponível em: <www.agencianp.com.br, www.agenciachasque.com.br>.

⁸ A produção de audiovisual é desenvolvida de maneira independente por cada estado, sendo que nem todos os estados onde o MST se faz presente desenvolvem tal atividade.

⁹ Disponível em: <www.mst.org.br>.

4.3 CAMPO RADIOFÔNICO NO UNIVERSO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Conforme enfatizado anteriormente, compreendemos, nesta pesquisa, o campo radiofônico como uma técnica produtora de sentido, ou seja, o campo Radiofônico¹⁰ deve ser entendido como um ator que impõe certas condições aos demais campos que dele se apropriam e não apenas como um instrumento ou aparelho transmissor. Toda tecnologia impõe aos sujeitos a necessidade da aprendizagem, primeiramente para sua apropriação e, em segundo lugar, para o próprio processo de produção e funcionamento. Por essa via, percebemos que o rádio é uma estrutura/espço de produção simbólica e tem um extraordinário poder de constituição que foi subestimado por pesquisas que o consideram um mero instrumento técnico, delegando-lhe uma posição secundária nos processos comunicacionais.

Como ressalta Ferrareto, o Rádio possui lógicas como linguagem, tempo, formatos gêneros que orientam suas rotinas produtivas. Para esse autor, a emissão da mensagem radiofônica também impõe condicionantes como: “[...] a capacidade auditiva do receptor, a linguagem radiofônica, a tecnologia de transmissão e recepção empregada, a fugacidade, os tipos de público e as formas de recepção” (FERRARETO, 2001, p. 25). Compreendemos, nesta pesquisa, o campo radiofônico como um espaço “[...] que surge, trazendo em si promessas, discursos, potencialidades, projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais (BIANCO, 2004, p. 317)”. O novo tempo radiofônico é o da “[...] interatividade e da ação participativa na programação que está indo para o ar e é acumulada nos *sites* à disposição dos internautas que acessam áudio, texto e arquivos” (BARBEIRO, 2004, p. 146). Ou seja, a interligação com realidades não mais localizadas ou geograficamente delimitadas, possibilitadas pela virtualidade, é forte causadora das transformações dessa tecnologia. Recentemente, a tecnologia digital, ainda em fase experimental, é o que orienta os novos rumos do campo radiofônico. Além de sua praticidade tecnológica, o Rádio continua

[...] modernizado, refeito, revigorado; ele já não é aquele de Getúlio Vargas nem é o palanque sonoro da identidade nacional; é mais variável, diverso, multifacetado, fragmentado e imprescindível. Um pouco distante de ser um congregador nacional, assume com força e propriedade o de agregador local, um porta-voz da cidade, um agente comunitário (BUCCI, 2004, p. 8).

¹⁰ “RÁDIO: meio de comunicação que utiliza emissões de ondas eletromagnéticas para transmitir à distância mensagens sonoras destinadas a audiências numerosas”. Ver também: FERRARETO, 2001, p. 23.

Também conceitualizamos nesta pesquisa o campo radiofônico como um espaço de inter-relações humanas, de sociabilidade. Esse espaço midiático e midiaticizante é dotado de potencialidades e, mediante a intervenção humana, ganha rumos, como também orienta novos caminhos para os que dele se apropriam. Como nos ensina Denise Cogo, o campo radiofônico possui suas lógicas, “[...] ao mesmo tempo em que também esses atores e movimentos se apropriam e reelaboram tais lógicas, transformando a esfera das mídias em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações” (COGO, 2004, p. 43). Dessa mútua relação entre o campo radiofônico e os sujeitos que dele se apropriam, emergem novas expectativas e fazeres entre ambos.

Direcionando nosso olhar reflexivo especificamente para o Rádio de formato comunitário, iremos descobrir outras dimensões que realçam ainda mais as especificidades de tal meio de comunicação. Sendo assim, quando refletimos sobre Rádio Comunitário,

[...] a característica principal do veículo continua sendo a da proximidade com a comunidade local. Se a televisão aberta tomou para si o papel que a Rádio Nacional desempenhava, se a globalização e a tecnologia trazem cada vez mais as informações mundiais, cabe justamente ao Rádio, devido às suas características inerentes, promover as informações locais (HAUSSEN, 2004, p. 61).

De acordo com nossa hipótese de pesquisa, especificamente sobre a relação da Rádio Terra Livre com a comunidade 25 de Maio, cremos ser importante resgatarmos brevemente algumas definições acerca dos conceitos ‘comunidade’ e ‘sociedade’. Para o sociólogo alemão Ferdinand Tonnies, há uma distinção entre esses dois tipos básicos de organização social: a comunidade (*Gemeinschaft*) e a sociedade (*Gesellschaft*). A *comunidade* designaria as relações típicas de grupos pré-industriais, como os caçadores, ou também um conjunto de pessoas relativamente pequeno que se une por questões de parentesco, de práticas herdadas de seus antepassados ou por sentimentos religiosos. Já as relações de *sociedade* são peculiares de grupos que vivem vida urbana desenvolvida; organizam-se em Estados e possuem uma complexa divisão do trabalho.

A comunidade, para este autor, é “[...] tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto [...] a sociedade é a vida pública – o próprio mundo” (TONNIES, 1995, p. 231). As relações estabelecidas na comunidade ganham mais consistência e organicidade do que as configuradas na sociedade, sendo as relações desta última mais mecânicas e imaginárias, passageiras e aparentes.

Nas definições de Peruzzo, uma comunidade pressupõe:

a) um processo de vida em comum por meio de relacionamentos orgânicos e certo grau de coesão social; b) auto-suficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente); c) cultura comum; d) objetivos comuns; e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros; f) consciência de suas singularidades identificativas; g) sentimento de pertencimento; h) participação ativa; i) lócus territorial específico; e j) linguagem comum (PERUZZO, 2006, p. 130).

Para ela, não necessariamente todas as características devem aparecer simultaneamente em uma comunidade, especificamente nos dias atuais, em que o conceito de comunidade parece fazer referência a espaços cada vez maiores. Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, as comunidades virtuais são a prova de que tal conceito reclama por estudos específicos e atualizados. Percebe-se que ‘comunidade’ é um termo de uso problemático, já que pode referir a processos e fenômenos variados, principalmente quando o refletimos a partir dos processos de mediatização social.

No entanto, esclarecemos que esta pesquisa também busca compreender a ‘comunicação feita para a comunidade’, tornando-se assim um dos eixos onde se movimentou a constituição de nossa problemática. Ou seja, quando identificamos que a programação da Rádio Terra Livre FM busca atender, além das proposições políticas de um movimento social, também as demandas da comunidade 25 de Maio, cremos ser indispensável tal reflexão. Por esse viés, a discussão sobre o campo da radiodifusão comunitária apresenta-se como possível revelador de respostas das perguntas elaboradas a partir do fenômeno aqui investigado.

De acordo com Peruzzo, a radiodifusão comunitária também pode ser compreendida como “[...] el resultado de un proceso de movilización social por la reglamentación de la radiodifusión de baja potencia” (PERUZZO, 1998b, p. 92). Para a autora, esta é uma das fortes características que fundamentam a dinâmica do fazer rádio comunitário na atualidade. Um pouco além dessa definição, sob uma perspectiva mais aberta, Lopes Vigil defende que

[...] tan comunitarias pueden ser las rádios privadas como las públicas, las religiosas como las laicas, las universitarias, las municipales, las sindicales, las de propiedad cooperativa, de organizaciones populares, de ONG’s, o hasta la de tres muchachos locos que se juntaron para fabricar su propio transmisor (LOPES VIGIL, 1995, p. 55).

Para este autor, “[...] lo importante es la libertad y el pluralismo de ideas” (LOPES VIGIL, 1995, p. 52). Segundo ele, o conceito de radiodifusão comunitária ganha um *status* mais flexível e dinâmico, pois

[. . .] toda voz, independientemente del canal por el que se transmita, puede enriquecer la opinión pública y favorecer las relaciones sociales [...] hay una cantidad impresionante de programas comunitarios ubicados en las programaciones de las emisoras comerciales (LOPES VIGIL, 1995, p. 52).

Por outro lado, esta abertura conceitual suscita-nos certas questões: Enfim, quando se pode dizer que uma rádio é ou não um veículo comunitário? Para Lopes Vigil “[...] basta mirar los objetivos de esa radio. ¿Qué busca, cuáles son sus fines? El carácter social del medio de comunicación es el elemento determinante en el tema que nos ocupa” (LOPES VIGIL, 1995, p. 54). Para identificar com mais propriedade os limites do que caracteriza a comunicação comunitária, Vigil faz uma ponderação sobre as rádios comerciais, cujos fins estariam orientados para o lucro financeiro e não para o desenvolvimento das comunidades onde se estabelecem (LOPES VIGIL, 1995).

Cuando una radio promueve la participación de los ciudadanos y defiende sus intereses; cuando responde a los gustos de la mayoría y hace del buen humor y la esperanza su primera propuesta; cuando informa verazmente; cuando ayuda a resolver los mil y un problemas de la vida cotidiana; cuando en sus programas se debaten todas las ideas y se respetan todas las opiniones; cuando se estimula la diversidad cultural y no la homogeneización mercantil; cuando la mujer protagoniza la comunicación y nos es una simple voz decorativa o un reclamo publicitario; cuando no se tolera ninguna dictadura, ni siquiera la musical impuesta por las disqueras; cuando la palabra de todos vuela sin discriminación ni censuras; esa es una radio comunitaria (LOPES VIGIL, 1995, p. 54).

Compartilhando com Vigil, Peruzzo (2007) alega que a rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ela transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. Ainda destaca que uma emissora comunitária possibilita uma participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade, bem como de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão. Essas ações - enfatiza a autora - balizam-se por princípios de comunicação libertadora, os quais têm como norte a ampliação da cidadania. É oportuno salientar, por outro lado, como destaca Peruzzo,

[...] não ser necessário que uma única experiência comporte ao mesmo tempo todas as dimensões apontadas, pois fazer comunicação comunitária implica um processo que tende ao aperfeiçoamento progressivo, principalmente quando assumido coletivamente (PERUZZO, 2007, p. 70).

Nessa mesma linha, Alfonso Gumucio-Dragon (1998) enfatiza que a presença de uma emissora comunitária, mesmo que não totalmente participativa, tem um efeito imediato na população. Para ele,

[...] pequenas emissoras geralmente começam a transmitir música na maior parte do dia, tendo assim um impacto na identidade cultural e no orgulho da comunidade. O próximo passo, geralmente associado à programação musical, é transmitir anúncios e dedicatórias, que contribuem para o fortalecimento das relações sociais locais. Quando a estação cresce em experiência e qualidade, começa a produção local de programas sobre saúde ou educação. Isso contribui para a divulgação de informações sobre questões importantes que afetam a comunidade (DRAGON, 1998, p. 12).

Podemos considerar que as experiências de Rádio comunitário, na grande maioria, representam a conquista do acesso aos meios de comunicação por parte de sujeitos organizados em movimentos populares ou em grupos comunitários. Peruzzo (1998b) caracteriza o acesso às tecnologias pelos movimentos populares como um forte indicador dos processos de democratização social, especialmente porque tais tecnologias, em nosso caso, a Rádio Terra Livre FM, ampliam possibilidades para a ação local transformadora.

Para Haussen (2004), o rádio comunitário também estrutura-se primeiramente a partir de demandas locais, especialmente aquelas que dizem respeito às necessidades básicas como o acesso à informação, como divulgação de assuntos que interessam primeiramente à comunidade. Nessa direção, identificamos que o rádio comunitário torna-se também um espaço para que o cidadão participe das decisões sobre as políticas locais ou, até mesmo, sobre a necessidade de um tipo de comunicação plural e democrática (FERRARETO, 2001).

5. HISTÓRIAS EM MOVIMENTO

5.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

A terra é certamente uma das mais antigas disputas da história humana. Poderíamos começar esta reflexão sobre a gênese do MST a partir dos textos bíblicos do Antigo Testamento, especialmente com o Livro do Êxodo, onde o povo de Israel, seguindo Moisés, luta para sair do Egito rumo à terra prometida¹¹.

Em meados de 1492, diz Silva, a América conquistada inseriu-se no contexto internacional do mercantilismo. A necessidade de expansão do capital emergente motivou a Europa a se lançar ao mar em busca de novos mercados:

A partir da expansão mercantilista, a América Latina foi criada sob o paradigma desenvolvimentista da Europa, no qual a tecnologia, os objetivos comerciais e a necessidade de reprodução do capital configuraram a dominação da civilização européia sobre a indígena (SILVA, 2004, p. 24).

Desse período em diante, inicia-se um processo de sujeição do indivíduo latino-americano ao padrão socioeconômico e cultural europeu. De maneira mais genérica, podemos inferir que o capitalismo mercantilista incorporou a área, hoje denominada América Latina, povoada pelas populações indígenas, provocando profundas alterações nessas sociedades. Nesse cenário, a elite brasileira sempre se adequou à conjuntura dos dominadores. Bastava à elite brasileira manter a regularidade social, para que seu *status quo* também fosse assegurado. Por outro lado, este processo acentuou as contradições sociais, especificamente devido ao empobrecimento das camadas populares camponesas.

¹¹ “Ademais, tenho ouvido o gemer dos filhos de Israel, aos quais os egípcios vêm escravizando e lembrei-me do meu pacto. Portanto dize aos filhos de Israel: Eu sou Jeová, eu vos tirarei de debaixo das cargas dos egípcios, livrar-vos-ei da sua servidão” (Êxodo 6:2-5).

A colonização portuguesa promoveu uma estrutura agrária concentrada que excluía os nativos não apenas do direito à posse da terra, mas principalmente da vida política.

No império, não houve mudanças significativas no cotidiano social [...]. Na república, a política dos coronéis controlava o estado: a população pobre, sobretudo a rural, servia como instrumento legitimador do poder dos coronéis por meio do voto de cabresto. Com Getúlio Vargas, a partir de 1930, o projeto modernizador, mesmo com caráter desenvolvimentista autônomo, também não rompeu os laços com o latifúndio (SILVA, 2004, p. 27).

Não havendo espaço para o diálogo entre excluídos e opressores, o processo de insurgência camponesa foi se tornando inevitável. Sendo assim, as tensões camponesas foram ganhando corpo e se manifestando de maneira cada vez mais radicalizada, ou seja, mediante a rigidez da estrutura fundiária imposta pelos colonizadores e pela elite brasileira, apresentando-se como única alternativa para a reforma agrária sob os moldes radicais.

Acenando nesta direção, Peruzzo destaca que

[...] nenhum poder, seja ele do capital, do legislador ou do executivo governamental, concede avanços de benefícios aos pobres ou desprovidos da possibilidade de desfrutar de condições adequadas para a realização plena dos direitos humanos, se não houver demonstração inequívoca de sua capacidade de articulação, consciência e resistência política. É exatamente pela percepção clara dessas condições que os movimentos sociais surgem, se ampliam e se ressignificam constantemente (PERUZZO, 2009, p. 02).

Mediante esse complexo processo histórico, político e social, fica difícil estabelecer um momento ou data específica para o surgimento do MST. Na literatura visitada, é consenso de que as especificidades identitárias deste movimento social advêm, com mais propriedade, a partir da década de 1970, período em que se intensifica a exploração capitalista no Brasil.

A década de 1970, também considerada como a época da ‘modernização dolorosa’, devido às grandes transformações causadas pela “revolução verde”¹², foi um momento fértil para a gênese do MST.

Especialmente na região sul do Brasil, considerada o berço do MST,

¹² Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Por uma perspectiva crítica, a ‘Revolução Verde’, proporcionou, por meio desses ‘pacotes’ agroquímicos, a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, mediante um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários. Ver mais em: <http://pt.wikipedia.org>.

[...] a mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais (STEDILE, FERNANDES, 1999, p. 15).

Como consequência dessa política agrária e das promessas da industrialização, ocorreu a migração de um grande contingente de camponeses para as grandes cidades. Outros permaneceram no campo como arrendatários ou peões de fazendas. Porém a exploração e o descontentamento começaram a se intensificar. Os camponeses que perderam suas terras e também os desempregados das cidades passaram a se organizar, estudando formas para retomarem a vida em suas terras.

Não obstante, ou talvez de maneira mais emblemática, a conjuntura histórica latinoamericana, as lutas anteriores, a efervescência da cultura popular marginalizada, a fé na superação das condições de exclusão ou da contradição agrária condicionaram a necessidade de uma intervenção social mais organizada. Podemos assim considerar que o MST se originou de maneira dialética, sob o ponto de vista socioeconômico e histórico-ideológico. Da mesma forma, ele é um Movimento que não emergiu apenas das contradições de um sistema econômico ou por uma vontade subjetiva dos camponeses. Concomitantemente,

[...] ele só pôde se constituir como movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país [...]. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade [...]. Se a luta contra a ditadura não tivesse acontecido também na cidade, o MST não teria nascido (STEDILE, FERNANDES, 1999, p. 15-23).

Importante salientar que, no ano de 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra, a CPT¹³, que começa a reorganizar as lutas camponesas. Na década de 1970, no oeste catarinense, a luta dos agricultores, relacionada ao baixo preço dos produtos, peste suína, indenização por estradas feitas em suas terras, escravidão do sistema de trabalho no campo, contaram com o auxílio da Igreja Católica de Chapecó. Dom José Gomes foi um dos grandes articuladores do MST nessa região. Como veremos adiante, a organização dos agricultores para a ocupação das terras no município de Abelardo Luz também é atribuída ao bispo, que, ao mesmo tempo, conquistava para a causa os sindicatos e políticos do estado.

¹³ A CPT foi organizada em Goiânia durante o encontro de bispos e agentes de pastorais, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação e tinha como objetivo realizar “[...] um serviço à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil” (CPT, Conflitos no campo – Brasil, 1991, *apud* STRAPAZZON, 1997, p. 38).

Como já comentado acima, é delicado definirmos um lugar ou data específica que caracterize o surgimento do MST. Para João Pedro Stédile,

[...] se fosse só pelo espaço geográfico, em nome da verdade histórica, deveríamos dizer que o Movimento surgiu da expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Kaigangs, em Nonoai (RS) (STEDILE, FERNANDES, 1999, p. 27).

A primeira ocupação realizada pelo Movimento, ainda não caracterizado como MST¹⁴, ocorreu no município de Ronda Alta, norte gaúcho. Em 1979, 110 famílias ocuparam a fazenda Macali e 240 famílias, a fazenda Brilhante. Porém, em 1980, essas duas fazendas não comportavam todas as famílias acampadas, o que as encaminhou para a ocupação da fazenda Anoni, localizada na mesma região. Meses depois, houve a reintegração de posse dessas terras, e essas famílias e outras mais providas da cidade de Nonoai seguiram para o acampamento chamado Encruzilhada Natalino.

No dia 25 de julho de 1981, dia do trabalhador rural, mais de 30 mil pessoas, providas do Brasil inteiro, reuniram-se no acampamento Encruzilhada Natalino:

[...] foi uma concentração de solidariedade ao acampamento, que estava ameaçado pela repressão do governo federal. Portanto, uma concentração popular de cunho político contra a ditadura militar (STEDILE, 1999, p. 22).

Desse momento em diante, começaram a emergir grupos de articulação, bem como novas ocupações em quase todos os estados brasileiros, primeiramente na região oeste do Paraná, norte do Rio Grande do Sul e, oeste de Santa Catarina.

5.2 O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ E O ASSENTAMENTO 25 DE MAIO

O Assentamento 25 de Maio, também conhecido como Fazenda Sandra, é considerado uma das primeiras ocupações do Movimento no estado de Santa Catarina. No início, em meados de 1982, antes da ocupação, foram realizadas muitas reuniões formativas, tudo de forma sigilosa com os ‘possíveis integrantes do Movimento Sem Terra’:

Eu só tinha uma casinha velha e mais nada. Aí o presidente do sindicato reuniu a gente, mas ninguém sabia de nada, somente que teria uma reunião no Seminário Diocesano de Chapecó, com o nosso Bispo, o dom José Gomes. Era ele que

¹⁴ Não havia um nome consolidado no momento da primeira ocupação. O que inspirava alguma denominação era o chamado MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), movimento fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, tendo sido extinto por seus fundadores (Brizola, Jair Calixto) no ano de 1964. Para Stedile, “[...] foi a imprensa que de fato adotou, batizando como: “Movimento Sem Terra” (STEDILE, 1999, p. 39).

organizava também. Depois desta primeira reunião, tiveram outras formações e encontros. Aí foi ganhando força pra coisa acontecer, mas ninguém sabia de nada, que a ocupação das terras seria no Município de Abelardo Luz (SALVATORE, 2008).

Depois desse primeiro momento, novas atividades formativas e encontros foram dando origem ao Movimento no estado catarinense, bem como ao processo de ocupação das terras no Município de Abelardo Luz.

Abelardo Luz está localizada no noroeste catarinense, a 574 km da capital, Florianópolis. A história desse município se confunde com os conflitos e discussões originados pela posse e demarcação das terras da região localizada entre os rios Iguçu e Uruguai, nos fins do século XVIII. Nessa época, a área era habitada por índios Guaranis e Caigangues que, aos poucos, foram expulsos de suas terras por colonizadores gaúchos. No município ainda residem alguns descendentes indígenas, que trabalham como peões em fazendas ou no comércio informal de artesanato.

Passagem obrigatória para a colônia de Xanxerê, no início do século XX, o Município de Abelardo Luz era ponto de parada na estrada das Missões, por onde passavam militares e tropeiros. Integrante da antiga Colônia Militar de Chapecó, denominada Chapecó Grande, fazia parte do distrito de Diogo Ribeiro (hoje São Domingos), com o nome de Passo das Flores.

A família de João de Oliveira foi a primeira que habitou a região, deixando marcas na Fazenda Alegre do Marco, seguidos depois pelas famílias Messias de Souza e de Leocácio dos Santos. No entanto, o povoamento efetivo ocorreu nas últimas cinco décadas, com a chegada de migrantes paulistas, paranaenses e gaúchos, de origem principalmente Italiana e Alemã. As famílias vinham atraídas pela grande quantidade de madeira existente na região e também pela qualidade do solo para a agricultura e pecuária.

Em 1922, foi elevada à categoria de distrito, com o nome de Abelardo Luz, em homenagem ao filho do governador catarinense Hercílio Pedro da Luz, "Abelardo Wenceslau da Luz". Em 21 de junho de 1958, o município de Abelardo Luz desmembrou-se do município de Xanxerê, conquistando a emancipação pela Lei Estadual n.º 348/58, tendo sua instalação oficial em 27 de julho de 1958, com o Prefeito Provisório, Gerônimo Rodrigues.

Atualmente, o município possui 51 anos de emancipação político-administrativa, com uma população de 16.440 habitantes, sendo 56,0% residentes na zona rural e 44,0% residentes

na zona urbana.¹⁵ Com 955,37 quilômetros quadrados de extensão, Abelardo Luz figura entre os maiores produtores de grãos de Santa Catarina, sendo líder na produção de milho e soja, as duas principais atividades agrícolas.¹⁶ É nessa terra de solo fértil, reconhecida como Capital Catarinense da Semente de Soja, que se produz uma das melhores sementes de soja do país, com alto índice de germinação. O maior rebanho de gado Charolês do Estado de Santa Catarina também está concentrado no município. Ao longo do ano, são realizadas várias feiras de gado pelo Núcleo de Criadores Bovinos. A cidade também se destaca na realização de eventos culturais, como, por exemplo, o Festival da Música Popular e Sertaneja (Fempal), considerado um dos melhores do gênero do sul do país. Outro atrativo são os eventos tradicionalistas promovidos pelos CTGs Poncho Verde, Querência Farroupilha e Lenço Branco.

Outro orgulho dos habitantes do município é de ser a terra natal do ex-jogador do Internacional de Porto Alegre, do Roma da Itália e da seleção brasileira, Paulo Roberto Falcão.

Outro fator de destaque para o município de Abelardo Luz é o de ser o município catarinense com maior número de famílias assentadas, totalizando 1.280 famílias. Essas famílias, assentadas pelo programa Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estão reunidas em 17 projetos de assentamentos e abrangem uma população de aproximadamente 6.400 pessoas, o que representa 47% da população do município. As famílias assentadas ocupam uma área de 18.118 hectares.

¹⁵ Dados disponíveis em:

<http://www.tce.sc.gov.br/files/file/dpe/indicadores_municipais/financiamento_da_educacao/abelardo_luz>.

¹⁶ Mais informações sobre os índices do município de Abelardo Luz em:

<<http://www2.cidades.gov.br/geosnic/src/php/frmPerfilMunicipal.php?idIBGE=420010>>.

Assentamentos rurais no município de Abelardo Luz			
<i>Nome do Assentamento</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Data de criação</i>	<i>Número de famílias</i>
Papuan I	359	14/01/86	27
25 de Maio (Faz. Sandra)	1.001	14/01/86	58
Santa Rosa I	1.193	22/01/87	82
Papuan II	890	01/04/87	63
Santa Rosa II	669	10/04/87	52
Capão Grande	1.286	28/06/88	91
Volta Grande	1.326	08/03/89	74
Indianópolis	1.337	10/01/95	90
Juruá	419	21/12/95	40
Santa Rosa III	232	05/01/96	16
Recanto do Olho D'Água	470	05/08/96	25
São Sebastião	323	14/10/96	32
Três Palmeiras	765	14/10/96	70
Treze de Novembro	1.797	26/02/97	105
Novo Horizonte	765	11/04/97	60
José Maria	3.995	06/11/97	300
Padeiro	1.292	1998	95
<i>Total</i>	<i>18.118</i>		<i>1.280</i>

Quadro 5: Assentamentos rurais no município de Abelardo Luz

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária de Santa Catarina.

Atualmente, as famílias assentadas, além da produção para a subsistência, também comercializam produtos industrializados como artesanatos, doces, queijos, peixes, conservas de legumes, dentre outros. Para a família Abati, umas das primeiras assentadas na região, a realidade de hoje é fruto de uma história que descrevemos abaixo.

No anoitecer de 24 de Maio de 1985, em torno das 18 horas, mais de 30 caminhões e ônibus partem de diversas cidades de Santa Catarina rumo ao município de Abelardo Luz. Durante o percurso, afirma seu Luiz: “[...] a preocupação era acalmada pelas histórias, cantos de igreja. Mas a esperança era de que a coisa iria dar certo” (ABATI, 2008).

Num convite para a festa dos 24 anos do MST em Santa Catarina, Dirceu Pelegrino enfatiza que: “[...] numa madrugada gelada, o ronco dos motores dos caminhões, e dos ônibus, faziam eco junto ao canto dos pássaros, que, como uma orquestra afinada, anunciavam a chegada de uma nova aurora” (PELEGRINO, 2008).

Desencontros, atrasos e imprevistos fizeram parte desse momento. Um dos caminhões, o que transportava os alimentos, ficou pelo caminho com problemas mecânicos. A noite se findava e outro caminhão se perdeu da frota, tomando outro rumo, sendo localizado somente no outro dia. Confrontos com os seguranças, os ditos pistoleiros¹⁷, foram inevitáveis. Para Luiz “[...] todas as tentativas para impedir a ocupação foram tomadas pelos fazendeiros” (ABATI, 2008). Ao amanhecer do dia 25 de Maio, a ponte sobre o Rio Chapecó foi incendiada pelos pistoleiros enquanto os integrantes passavam: “Aí a coisa foi feia. Mas logo as mulheres, [...] foram as mulheres eu me lembro bem como se fosse agora, pularam na ponte com galhos verdes, jogando terra até que apagaram o fogo. Assim a viagem continuou” (SALVATORE, 2008).

Aproximadamente às seis horas da manhã, mulheres e homens começaram a descer dos ônibus e caminhões. Aos gritos, formavam um coro: “reforma agrária já, terra para quem nela trabalha”! Eis os primeiros passos da ocupação da Fazenda Papuã I.

O frio era intenso, afirma seu Luiz, o que fazia muita gente querer voltar e desistir da luta. Antes mesmo de se iniciar a montagem dos barracos, foi convocada uma assembléia geral. Um disco de arado era utilizado como sino. Ao toque, todos se reuniam imediatamente. Nessa primeira assembléia “[...] foi tratado de coisa mais sobre a luta, de ânimo e de

¹⁷ Nome ou denominação dada aos seguranças que eram contratados pelos proprietários das terras.

resistência e também sobre a importância da ajuda entre nós, para que a ocupação desse certo. Muita gente chorava de alegria, mas de medo também” (ABATI, 2008).

Após alguns meses, aconteceram novos confrontos com a polícia e pistoleiros. Os proprietários da fazenda também começaram o desmatamento e retirada de toda a madeira da propriedade ocupada pelos Sem Terra. Houve resistência por parte dos ocupantes, tentando impedir o desmatamento total das terras: “[...] os fazendeiros levaram toda a madeira boa, não deixavam nem um pé para trás” (SALVATORE, 2008).

Com o passar dos dias, outros conflitos se originaram. Uma grande corrente foi colocada na estrada pelo proprietário de outra fazenda vizinha, impedindo o acesso dos integrantes do Movimento para a cidade, bem como a entrada para a área ocupada. Além disso, um sistema de segurança foi montado, com trincheiras e cabanas que abrigava os seguranças contratados. De acordo com Luiz Abati (2008), o chamado Coronel Amilton’, residente na cidade de Curitiba, ordenou: “[...] se alguém botar a mão naquele ‘correntão’ para querer atravessar, morre de criança pra cima”.

Devido ao processo de demarcação das terras e às negociações entre o INCRA e os fazendeiros, eram necessários deslocamentos constantes dos assentados com suas mudanças para outras áreas da fazenda: “Era aquele transtorno, sem contar o frio que passamos. Algumas das noites eram passadas debaixo de árvores, com uma lona estendida por cima, sem teto, com criança e tudo”, conta Ernildo (SALVATORE, 2008).

No local onde hoje é o Assentamento 25 de Maio, os agricultores iniciaram a construção de um espaço comunitário. Formaram também um grupo de educadores para os trabalhos da escola itinerante, a qual, indo de assentamento em assentamento, alfabetizava crianças e adultos. Uma capela foi construída, servindo como espaço para celebrações, velórios, festas da comunidade e reuniões: “[...] um disco de arado foi erguido numa árvore do lado da igreja e servia como o sino para reunir a turma. Sempre, em dois toques, todo mundo estava reunido. Era aquela multidão” (ABATI, 2008).

Aos poucos, as terras foram sendo desapropriadas pelo INCRA¹⁸. O Assentamento foi legalizado e uma estrutura foi sendo montada. Após a distribuição das terras entre os ocupantes, o Assentamento 25 de Maio foi reorganizado em forma de agrovila, onde as famílias assentadas construíram suas casas. Em uma única rua, concentram-se as residências e

¹⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

o comércio, bem como um posto de saúde, uma escola para alunos especiais (APAE)¹⁹, alguns bares, dois pequenos mercados, um moinho, duas igrejas (Católica e Evangélica) e uma oficina automotiva. As festas da comunidade acontecem no salão comunitário, construído há dois anos, em convênio com o governo federal. Esse salão comunitário é considerado pelos moradores como o local de encontro nos finais de semana:

Sempre fazíamos muitas promoções, mas depois de umas confusões a gente resolveu parar. Mas nos finais de semana sempre tem bastante gente aqui, jogando uma bocha, um baralho, tomando uns tragos. Fazer o que né, o povo tem que se divertir também (SALVATORE, 2008).

Após alguns anos, duas escolas foram construídas. Hoje, a escola de Ensino Fundamental é considerada pelo governo federal e demais entidades como a maior escola de educação do campo da América Latina, acolhendo mais de 900 alunos em dois períodos: matutino e vespertino. Durante a noite, nesta mesma escola, funcionam os cursos de graduação em Pedagogia e Agroecologia, ambos disponibilizados pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Movimento Sem Terra.

A escola de Ensino Médio, situada ao lado, possui um grande vínculo com a Rádio Terra Livre FM. Alguns alunos e professores fazem parte do coletivo de comunicadores, como também contribuem com as atividades formativas desenvolvidas pela coordenação política da Rádio Terra Livre. O diretor da escola, Sr. Adílio Paz, comenta que

[...] pode ser feito muita coisa entre a escola e a Rádio. Fizemos esses tempos um trabalho de conscientização ecológica. Foi aquele barulho na rádio e depois saímos conversando com o povo e colocando placas com frases educativas de conscientização. Eu inclusive apresento um programa e vejo que dá para se fazer muito mais (PAZ, 2008).

Outras atividades são realizadas em parceria com a escola, especialmente as jornadas culturais durante a semana de aniversário do assentamento 25 de Maio e campanhas sociais em parceria com o governo municipal.

No assentamento 25 de Maio, também há uma unidade da Cooproeste²⁰, que tem por objetivo dar suporte técnico e logístico para a produção e comercialização dos bens produzidos pelos assentados. Porém, de acordo com seu Luiz Abati, “[...] nem todos negociam com a Cooproeste. Muitos acabam negociando com as cooperativas da cidade mesmo (ABATI, 2008)”. Ele ainda destaca que, no início, houve a intenção de trabalhar de

¹⁹ Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

²⁰ A referida cooperativa é filiada à Cooperativa Central da Reforma Agrária. Atualmente, sua maior atividade é produção de laticínios, sementes e fertilizantes orgânicos.

maneira coletiva, mas, atualmente, a forma de organização e de produção no assentamento é individual, ou seja, cada família administra a propriedade e o modo de produção: “[...] a gente até que tentou, mas a cultura do egoísmo e do lucro é muito forte. Alguns tentam, entre família, entre irmãos como o nosso caso, mas no geral é cada um por si” (ABATI, 2008).

Outro ponto muito enfatizado pelos entrevistados diz respeito às dificuldades de locomoção até a cidade de Abelardo Luz, distante 35 quilômetros. A precariedade das estradas

[...] atrasa muita coisa pra nós aqui. Sem contar que muitas vezes, quando chove, nem com corrente nas botas se chega aqui. Aí tudo dificulta. Antigamente a gente cansava de fazer a pé esse trajeto até a cidade. Hoje tem um ônibus, mas só em alguns dias da semana. Tem alguma carona, mas aí depende da sorte do peão (SALVATORE, 2008).

De todas as famílias do assentamento 25 de Maio, apenas nove possuem telefone residencial, sendo o mesmo disponibilizado em forma de ramais. Este fato limita a comunicação com as famílias, pois quando uma pessoa utiliza o telefone, as demais linhas ficam ocupadas. Nos últimos meses de 2008, uma linha telefônica também foi adquirida para a Rádio Terra Livre FM. As escolas e alguns estabelecimentos comerciais também possuem telefones fixos. A telefonia celular ainda é uma das reivindicações dos moradores do assentamento, pois é possível ter acesso a essa tecnologia somente indo até as mediações da cidade Abelardo Luz. Os assentamentos da região de Abelardo Luz são pontos de referência para atividades festivas e formativas do setor de comunicação e cultura do MST no estado de Santa Catarina.

Nas famílias entrevistadas, identificamos que o rádio é o veículo de comunicação mais utilizado: “[. . .] desde a nossa chegada, até hoje, se não fosse o rádio a gente estaria extraviado ainda. Na época da ocupação, duvido encontrar uma família que não tivesse rádio [. . .]. Eu gostava mesmo era das modas, mas escutava toda a noite a Voz do Brasil (SALVATORE, 2008).

Já a televisão se destaca como veículo “[...] para se saber das coisas que acontecem no mundo, já que nossa lida na roça não deixa a gente muito dentro de casa. Ai a televisão é mais para a noite (ABATI, 2008). Para Avelino Andretta (2008) “o povo aqui sempre buscou estar informado mais pelo rádio do que por qualquer outra coisa [...]. Mesmo na cidade, o que movimenta a questão da informação é o rádio”.

5.3 O SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST

Buscamos, com este subcapítulo, apresentar o surgimento e a constituição primeiramente do Setor de comunicação do Movimento Sem Terra. No início, os sujeitos responsáveis pelas ações comunicativas integravam o Setor de jornal e propaganda. Somente a partir da década de 1990 é que o mesmo passou a ser denominado Setor de Comunicação:

No início, era o setor de jornal e propaganda. O Jornal Sem Terra era o grande instrumento da época. Em 1993 começou a discussão para um setor de comunicação para articular outras ferramentas, para irmos além disso [...]. Aí depois que as atividades não eram apenas o jornal e a agitação, o povo começou a chamar a gente de setor de comunicação (PELEGRINO, 2008).

Dentro da organização do MST, o setor de comunicação compartilha espaço com outros setores como: Educação, Juventude, Saúde, Cultura, Produção, Direitos Humanos, Infraestrutura, Meio ambiente, Gênero, Relações Internacionais e Frente de Massa. Cada setor ainda possui algumas subdivisões internas. Dentre todos esses setores, podemos afirmar que os mais priorizados ou desenvolvidos pelo MST são os setores de Frente de Massa, Educação e Produção.

Ao questioná-lo sobre como percebia o setor de comunicação perante os demais setores, Dirceu comentou que

[...] o setor de comunicação não é o centro. A lógica da organização são as coisas que puxam, que é o setor de frente de massa, que vai à periferia buscar o povo. Digamos que esse é o motor, pois o movimento depende de ação de luta de expansão e de crescimento, da busca pelo objetivo principal que é a justiça social pela reforma agrária. Tanto que quando diminuem as ocupações o movimento fica fraco. E além da luta pela democratização da terra é você fazer aquele território conquistado ser um acúmulo de força. Daí entra a organização dos assentamentos como a outra frente prioritária [...]. Por aí entra a educação, a saúde, o setor de produção que é a parte econômica que dá a sustentabilidade ao movimento como um todo. E dentro da organização dos assentamentos, a comunicação é uma parte que contribui (PELEGRINO, 2008).

No entanto, para Dirceu, o setor de comunicação vem ganhando mais atenção por parte das lideranças, especialmente no que diz respeito à construção dos próprios canais de comunicação:

Não estou afirmando que o setor de comunicação não tenha importância. A cada ano que passa, aumentam os investimentos e a preocupação de que sem um bom setor de comunicação, também não teremos assentados conscientes ou preparados para a luta (PELEGRINO, 2008).

É possível perceber a evolução das atividades desenvolvidas pelo MST por meio deste Setor ao longo de sua história. Como analisa Dirceu,

[...] as atividades realizadas em comunicação começaram a crescer. Iniciamos também a assessoria de imprensa, que era feito por companheiros sem formação ou titulação acadêmica. Ai veio um grupo grande de jornalistas militantes, com o objetivo de criar um grupo de jornalistas para proteger a organização e fazer essa relação com outros veículos externos (PELEGRINO, 2009).

Após um encontro entre os coordenadores nacionais e estaduais do MST, em junho de 2006, cogitou-se a reestruturação dos setores em três grandes frentes:

O primeiro seria a Massificação. Essa massificação é justamente a ação da frente em buscar famílias para a ocupação das terras. Outra frente seria a organização dos assentamentos [...] potencializar a produção, a cooperação e a vida nos assentamentos. Outra frente seria a elevação do nível cultural dos assentados, dos acampados. Nessa elevação do nível cultural se juntaria o trabalho de educação, comunicação, juventude, cultura [...] todos os setores trabalhando em conjunto para ter uma estratégia. Melhorar o meio onde eles vivem para que se sintam melhores nesse meio (PELEGRINO, 2008).

Em síntese, afirma Pelegrino, “[...] a comunicação dentro dos outros setores é fundamental para a elevação do nível cultural. Ela contribui, acima de tudo, com a formação política, pela forte presença que os meios têm junto às famílias” (2008).

O Setor de Comunicação do MST é composto, atualmente, por coordenações em âmbito nacional e estadual. Segundo Ernesto, as decisões, bem como as deliberações procuram ser tomadas em conjunto:

[...] o setor de comunicação é pensado de maneira conjunta entre os coordenadores nacionais e estaduais. Diríamos que o setor nacional pensa as atividades de comunicação em um nível mais geral, com os grandes meios, tanto os nossos como o relacionamento com a mídia burguesa. Já o povo mais ligado à coordenação estadual estaria mais atento às ações nos assentamentos, mas também sempre ligado ao todo (PUHL, 2009).

Amplamente e ainda em fase de estruturação, o Setor de Comunicação busca se organizar em algumas frentes.

Em 2004 começamos a discutir de dividir o setor de comunicação em varias frentes: frente digital, que é mais um arquivamento de dados e também a questão dos sites, da internet. A frente de rádio, audiovisual, assessoria de imprensa. Mas vimos que não funcionou direito, que ficava muito separado. Aí colocamos áudiovisual e o setor de cultura juntos. Aproximando esses setores. Aí criamos as agências regionais, como a

Agência Chasque e a Agência NP que até hoje está dando certo (PELEGRINO, 2008).

Analisando a estrutura do Setor de Comunicação, percebe-se que o mesmo possui uma diversidade de ações que não são desenvolvidas ou acompanhadas de maneira uniforme por seus coordenadores estaduais. Muitas dessas atividades comunicacionais também são realizadas por outros setores, como o de Educação e, principalmente, os de Juventude e Cultura.

Ainda em 2004, após uma edição do Encontro Nacional, o MST lançou um documento contendo as linhas políticas e os princípios ideológicos para o Setor de Comunicação. Os responsáveis pelo Setor em todo o país receberam documentos que faziam balanço e orientavam o tipo de comunicação, agitação e propaganda que deveria ser seguido pelo Movimento. Foi analisado também o contexto em que se insere a imprensa brasileira e os desafios para preparar comunicadores, preparar canais de comunicação, promover a conscientização popular, relacionar-se com a mídia, enfim, tudo aquilo que o movimento pretende com a comunicação, em suas diversas possibilidades. Esses documentos compõem o *corpus* empírico deste projeto e serão estudados nos capítulos posteriores.

Podemos inferir, portanto, que as atuações midiáticas do MST circulam também em torno da preocupação em se ser protagonista desta produção de sentido por meio de dispositivos que estejam sob sua propriedade. Por este motivo, de acordo com as linhas políticas gerais de trabalho do Setor de Comunicação do Movimento, é preciso:

[...] desenvolver e potencializar os instrumentos de comunicação que já temos, com destaque para o Jornal Sem Terra, Brasil de Fato e nossas Rádios, além de usar a nossa criatividade para desenvolver um sistema de comunicação eficiente para o MST e do MST para a sociedade (MST, 2003).

Além disso, o MST conta com mais alguns meios de grande alcance como: Revista Sem Terra, Programa de rádio Vozes da Terra²¹, uma Agência de notícias via *Internet*, com produção diária de notícias e boletins também em áudio²², produtora de audiovisual²³ e mais uma Editora denominada Expressão Popular. Abaixo, seguem algumas especificações desses veículos de comunicação.

²¹ Programa hospedado no próprio *site* do MST: www.mst.org.br.

²² www.agencianp.com.br.

²³ A produção de audiovisual é desenvolvida de maneira independente por cada estado, sendo que nem todos os estados onde o MST se faz presente desenvolvem tal atividade.

Jornal Sem Terra: O Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é considerado o precursor das atividades de comunicação de massa do MST. Seu início data de 1981, dois anos antes da fundação oficial do Movimento:

Os dirigentes, na época Dom José Gomes, Stédile e os companheiros dos sindicatos [...] deram o rumo para o Jornal Sem Terra [...]. Foi até de baixo de um barraco, no acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio Grande de Sul [...]. O Jornal Sem Terra era o grande instrumento da época (PUHL, 2009).

Nas primeiras edições, o Jornal Sem Terra possuía características de um boletim informativo, com produção e circulação semanal. Meses depois, passou a ser quinzenal, com uma tiragem de aproximadamente três mil exemplares. Um ano depois, em novembro de 1983, o Jornal Sem Terra circulou pela primeira vez com 16 páginas. Logo em 1984, com tiragem ultrapassando dez mil exemplares, a circulação passou a ser nacional.

No Congresso Nacional do MST, realizado no ano de 1985, na cidade de Curitiba, o jornal se encaminhava para sua 42.^a edição e ganhava novas atenções, especialmente de outras entidades sindicais e partidárias. Nesse processo, o Jornal Sem Terra passou a ser um instrumento de contato com a sociedade e com o estado. Seus objetivos passaram a contemplar o público externo, versando não apenas sobre questões da organização interna ou ligadas à reforma agrária, mas também sobre diversos temas ligados à conjuntura política. Vale ressaltar que, no ano de 1986, o jornal foi agraciado com o prêmio Vladimir Herzog de jornalismo²⁴.

Atualmente, o Jornal Sem Terra possui 20 páginas e recebe contribuições dos setores de comunicação de todos os 23 estados onde o MST está organizado, bem como textos de intelectuais que apóiam a luta pela reforma agrária. Seus 25 mil exemplares, mensalmente distribuídos, possuem abertura para algumas entidades como igreja, sindicatos, universidades e partidos políticos, etc.

Durante visita ao Assentamento 25 de Maio, percebemos que o Jornal Sem Terra não circula de maneira regular ou atualizada conforme as edições:

Por aqui nos assentamentos o Jornal Sem Terra é lido só pelas lideranças e mais algumas famílias. Tem vezes que fica estocado lá na cooperativa [...]. Nisso que eu

²⁴ Vladimir Herzog, também conhecido como o “Vlado Herzog” nasceu na Croácia no ano de 1937. No dia 25 de Outubro de 1975 foi torturado até a morte pelo regime militar então vigente. Sua morte causou impacto na ditadura militar brasileira e na sociedade da época, marcando o início de um processo pela democratização do país. O prêmio Vladimir Herzog é uma realização do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em parceria com a ABI, a Fenaj, a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, a Arquidiocese de São Paulo e a família Herzog. O objetivo é premiar os veículos de comunicação que se destacam na luta pelos direitos humanos e pela democratização dos meios de comunicação.

acho que com a rádio é diferente [...] ela atinge de baixo pra cima todo mundo [...] agora com o Jornal Sem Terra não tem isso (ALMEIDA, 2009).

De acordo com Dirceu, o Jornal Sem Terra cumpre funções específicas para o movimento, tornando-se um instrumento de difusão e troca de informações entre os militantes: busca transmitir dados que ajudem na organização e mobilização de ações, já que atualiza informações sobre ocupações, manifestações e atos políticos.

O Jornal Sem Terra abriu caminho para que o MST organizasse outros canais de comunicação com parceiros e a sociedade civil. Como salienta Dirceu, “[...] só em 1993 começou a discussão através de um setor de comunicação [...] para articular outras ferramentas, para irmos além disso” (PERLEGRINO, 2008).

Nesse período, com a novidade da *Internet*, o setor de comunicação começou a desenvolver algumas ações e a investir na compra de microcomputadores para o uso das secretarias e cooperativas.

Portal da *Internet*: Localizado em www.mst.org.br, o ‘*site* do MST’ está no ar desde 1996, chegando a atingir a média de 5 mil acessos diários. Nesse *site*, é possível acessar notícias do cotidiano de luta do movimento, como também notícias e informes de ações e eventos que reúnem outros Movimentos Sociais. No portal também é possível acessar todo o conteúdo do Jornal Sem Terra e da Revista Sem Terra, cadastrar-se no ‘MST Informa’ para receber notícias e baixar arquivos de áudio do programa Vozes da Terra.

Outros *links* possibilitam o acesso a dados do movimento (número de acampamentos, assentamentos e dados econômicos e sociais relativos à questão agrária), poesias e poemas, sugestão de livros, textos e documentos. O internauta pode ainda ouvir e baixar músicas que integram discos e obras lançadas com o tema da reforma agrária. Na loja virtual da reforma agrária, encontram-se à disposição bonés, botons, brindes, camisetas etc.

Revista Sem Terra: Com tiragem de 10 mil exemplares e com edição bimestral, seu conteúdo procura aprofundar as questões agrárias e analisar a conjuntura política, econômica e social do País. Em suas mais de 62 páginas coloridas, a Revista Sem Terra traz reflexões de grandes pensadores e estudiosos, abordando temas especialmente do universo político latinoamericano. Sua fundação aconteceu no mês de agosto de 1997. Ernesto destaca que a Revista Sem Terra “[...] cumpre sua função mais para a realidade urbana. A intenção é atingir mais a Classe Média, que gosta de ler uma boa revista, de boa presença, bem feita” (PULH, 2009).

Programa radiofônico Vozes da Terra: O programa Vozes da Terra é o resultado de uma parceria com a Universidade Católica de Santos (Unisantos) e com o Departamento de Jornalismo da Faculdade da Comunicação e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e surgiu em julho de 2000, com o objetivo de “[...] levar a visão do Movimento para dentro das rádios parceiras”, comenta Pelegrino (2008). O programa se resume ao total de 20 CDs contendo 80 programas que também são disponibilizados pelo *site* do próprio Movimento. Em julho de 2005, a edição dos programas começou a ser semanal, com um formato de tempo menor e mais dinâmico.

Editora Expressão Popular: Mesmo não estando somente sob a coordenação do MST, esta editora é fruto da iniciativa de lideranças desse Movimento. Como diz o conteúdo publicado em sua página na *Internet*,

“[...] foi então que, a partir de 1999, fomos organizando o comprometimento de centenas de profissionais que pensam no mesmo rumo e transformando nossas idéias em realidade: temos hoje mais de 100 títulos publicados, com preços de capa entre R\$ 3,00 e R\$ 22,00, com várias edições esgotadas. Temos o compromisso com a construção de um novo mundo, a convicção de que um novo mundo é possível e, por fim, a certeza de que essa possibilidade será tanto maior quanto maior for o acesso dos homens e mulheres, sujeitos e protagonistas dessa construção, aos saberes desenvolvidos nesse rumo.”²⁵

A editora Expressão Popular está localizada na cidade de São Paulo (SP) e também possui distribuidora em quase todas as capitais do país.

Em conjunto com os demais Movimentos que compõem a Via Campesina²⁶, o MST também desenvolve outros meios de comunicação, como Agência de notícias, informativos e jornais de circulação regional. Quanto ao setor de comunicação, cabe destacar as atividades realizadas por João Pedro Stédile, um dos dirigentes nacionais que, além de diversos livros publicados, escreve para diversas revistas e veículos de grande circulação.

Jornal Brasil de Fato: A exemplo da Editora Expressão Popular, o Jornal Brasil de Fato não é um veículo de comunicação estritamente sob o domínio do MST, porém o Movimento e seus simpatizantes foram os que primeiramente impulsionaram sua efetivação. Sua fundação

²⁵ Disponível em: <<http://www.expressaopopular.com.br/loja/empresa.asp>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

²⁶ A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, gente sem terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas. As organizações que formam a Via Campesina se estabelecem na Ásia, África, Europa e Continente Americano. Sua fundação aconteceu em maio de 1993, na cidade de Mons, na Bélgica. Seus principais objetivos são: “Desarrollar la solidaridad, la unidad en la diversidad entre las organizaciones miembros para promover las relaciones económicas de igualdad, de paridad de género, de justicia social, la preservación y conquista de la tierra, del agua, de las semillas y otros recursos naturales; la soberanía alimentaria; la producción agrícola sostenible y una igualdad basada en la producción a pequeña y mediana escala” (Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em: 21 jan. 2009).

ocorreu na cidade de Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, no dia 25 de janeiro de 2003. Amplamente, o Jornal Brasil de Fato se propõe veicular temáticas muitas vezes ignoradas pela mídia convencional, buscando também fazer um contraponto, tendo como parâmetro a crítica de esquerda. Sua organização conta com o apoio de entidades que vão desde a Central Única dos Trabalhadores (CUT) até integrantes ligados à ala progressista da Igreja Católica.

Rádios: Durante o 5.º Congresso Nacional do MST, realizado nos dias 11 a 15 de junho de 2007, na cidade de Brasília-DF, foi confeccionada uma carta contendo ‘os 18 compromissos’ a serem assumidos pelos seus militantes. No décimo sexto item, lemos:

Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como, por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade, contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.²⁷

São dezenas de experiências radiofônicas realizadas no interior dos acampamentos e assentamentos durante esses 25 anos. Ainda não existe um estudo que contemple, com propriedade, o número de Rádios em funcionamento:

O problema é que nem o Movimento tem um controle sobre essa questão [...]. Não sabemos ao certo quantas rádios do MST estão no ar. É sempre aquela de abre e fecha. Por cima, creio que existem hoje umas 20 rádios [...] todas sem legalização, mas em funcionamento (PELEGRINO, 2008).

Este número pode ser ainda maior se considerarmos as experiências das rádios-poste, muito desenvolvidas na região nordeste do Brasil. A rádio-poste, enfatiza Dirceu, “[...] é muito utilizada nos acampamentos, onde o povo se concentra mais [...] aí qualquer alto-falante erguido numa taquara ajuda muito; sem contar que não tem essa de ser ilegal” (PELEGRINO, 2008).

Programas realizados em rádios comerciais e comunitárias: Outra tradição do MST no campo da radiodifusão são os programas realizados em rádios comunitárias e comerciais. Essa tradição, segundo Dirceu, vem desde a década de oitenta do século passado. Naquela época, o MST realizava um programa semanal na Rádio Aparecida, o qual permaneceu no ar por aproximadamente dez anos.

²⁷ Carta do 5º Congresso Nacional do MST – 11 a 15/06/2007, Brasília-DF: <http://www.radiomundoreal.fm/rmr/?q=pt/node/22868> . Acessado em 22/01/2009.

Em quase todos os assentamentos, aqueles mais estruturados, o Movimento tem algum envolvimento com as rádios da cidade, sejam elas comunitárias ou não [...]. Mesmo naquelas rádios que a gente sabe que batem em nós, se pudermos comprar o espaço a gente faz o programa sem problema algum (PELEGRINO, 2008).

Na cidade de Abelardo Luz, o MST possui dois programas semanais que são realizados na Rádio Rainha das Quedas AM. Um programa vai ao ar toda segunda-feira, e sua execução está sob a responsabilidade da Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina, a Cooptrasc. Esse programa é utilizado como um informativo, abordando assuntos especificamente sobre o mundo agrícola e a rotina da cooperativa.

O outro programa, intitulado “Terra e Vida”, é realizado pelo setor de comunicação estadual há mais de doze anos:

No início havia muita censura para nosso programa. Os donos da rádio sempre foram inimigos de classe, adversários políticos nossos. Inclusive houve uma época em que o dono da rádio exigia ouvir o programa antes. Não podia ser feito ao vivo e qualquer coisa aí ele cortava, censurava. Tinha o lado que não era feito com profissionalismo, mas no fundo era censura mesmo. Aí nós terceirizamos e compramos o horário com o patrocínio das cooperativas, postos de gasolina, loja de informática aqui da cidade (PELEGRINO, 2008).

Como enfatiza Dirceu, o programa Terra e Vida

[...] é um instrumento muito forte. Ele tem muita audiência. Nos assentamentos ele atinge todas as famílias [...]. A gente percebe que eles sentem um programa como sendo deles. Aqui na cidade creio que seja um dos mais ouvidos [...]. Já recebi ligações do povo aqui da cidade pedindo música e elogiando o programa ‘dos Sem Terra’ (PELEGRINO, 2008).

Após ouvir a execução de algumas edições do programa “Terra e Vida”, percebi que o mesmo se enquadra no gênero informativo e musical. Para Terezinha Andretta, assentada na comunidade 25 de Maio,

[...] o programa é muito bom. O Dirceu, que faz o programa, é entendido nessa coisa de rádio. Pena que esse programa é só no sábado [...] não sei por que ele não vem fazer esse programa aqui na nossa rádio [Rádio Terra Livre] (ANDRETA, 2008a).

Ao visitarmos algumas famílias do Assentamento 25 de Maio, percebemos que o programa ‘Terra e Vida’ é identificado pelos assentados como ‘o nosso programa’ e, por alguns ouvintes da cidade, como o ‘programa dos sem-terra’. Enquanto aguardava a chegada do ônibus na rodoviária municipal de Abelardo Luz, perguntei ao dono da lanchonete sobre o programa ‘dos sem-terra’. Para ele, o programa é bom como os outros, pois toca bastante moda de viola, porém não simpatiza com o Movimento.

6 A RÁDIO TERRA LIVRE FM

Certamente nada se constrói fora da história. Com a Rádio Terra Livre FM, não é diferente. Essa emissora não é uma entidade vazia ou estática. É, antes de tudo, uma totalidade dinâmica de relações que explicam e são explicadas também pelo seu trajeto histórico (MINAYO, 1998).

Após escuta, transcrição e análise das entrevistas, percebe-se que a Rádio Terra Livre FM está contida dentro de dois períodos. O primeiro momento diz respeito à abertura da Rádio no ano de 1996 até seu fechamento em 2000, e o segundo momento, a reabertura em 2007.

Nesse primeiro momento, entre 1996 e 2000, a Rádio Terra Livre fechou e reabriu umas cinco vezes. No segundo período, de 2007 até o final desta pesquisa, houve somente um fechamento, que se prolongou de 23/12/2008 a 16/03/2009. Após essa data, até o final desta pesquisa, a programação seguiu ininterrupta.

O nome Terra Livre FM foi uma escolha realizada entre seus fundadores. Sempre houve consenso, afirmam, justamente por simbolizar ou fazer “[...] referência à luta do Movimento contra o latifúndio, a favor da libertação da terra para o povo sofrido” (REIS, 2008). Terra Livre foi também o nome de outra experiência radiofônica que, posteriormente, foi empreendida no estado do Rio Grande do Sul.

A Rádio Terra Livre FM surgiu no início de 1996. Era o dia primeiro de maio, dia do trabalhador. Dirceu Pelegrino²⁸, um dos fundadores, comenta que a Rádio Terra Livre de Abelardo Luz foi a primeira experiência de Rádio do MST no Sul do Brasil:

No Brasil, a primeira experiência foi no Ceará. Eles até foram premiados no ano de 1998. Depois houve em São Paulo outra experiência. Eu coordenava o setor de comunicação do estado e essa foi a primeira experiência de Rádio do Sul do Brasil. Logo mais, iniciou outras experiências no Paraná e na cidade de Ulha Negra, no Rio Grande do Sul, com o mesmo nome Terra Livre (PELEGRINO, 2008).

Vale ressaltar que, na época, o setor de Comunicação Nacional do MST já possuía experiência junto ao meio radiofônico: “[...] naquele tempo já existia, desde a década de oitenta, na Rádio Aparecida, um programa nacional do MST” (PELEGRINO, 2008).

Especificamente no caso de Abelardo Luz, a necessidade de se montar uma Rádio sempre esteve presente nas discussões entre os assentados: “Nossa! A gente tinha uma vontade grande de ter uma Rádio aqui nos assentamentos, mas aqui, no meio do mato, a gente ficava um pouco sem condições” (ANTUNES, 2009). Da mesma forma, enfatiza Dirceu, a motivação inicial em se montar a Rádio Terra Livre no município de Abelardo Luz se deu principalmente a partir do Setor Nacional de Comunicação:

[...] foi uma preocupação do setor de comunicação do MST. Nós tivemos um encontro nacional e, na época, o “Chico Lobo” era o cara das rádios comunitárias. Nós também estávamos na luta pela regulamentação da lei para as rádios comunitárias. Aí conseguimos uma grana via Cooperjus e mais uns projetos e mandamos trazer os equipamentos. Aí o Chico lobo veio e montou a Rádio para nós (PELEGRINO, 2008).

O início foi cauteloso, enfatiza Derli. Com a aquisição de novos equipamentos, como mesa de som, dois microfones, um aparelho toca-discos e de um transmissor FM, logo se iniciou a transmissão para as mais de mil e duzentas famílias assentadas da região. Primeiramente, de maneira experimental, com alcance limitado a alguns metros de suas instalações e com uma programação somente musical, devido à inexperiência dos locutores, bem como às ameaças de apreensão dos equipamentos pela polícia Federal.

Como enfatiza um dos fundadores,

[...] no começo, a gente tinha um medo que Deus me livre! Pra você ter uma ideia, qualquer coisinha a gente estava tirando a Rádio do ar. Acho que desde noventa e seis

²⁸ Dirceu Pelegrino, atualmente, é membro do Setor Nacional de Comunicação. Importante ressaltar que o mesmo não residia no assentamento 25 de Maio, no período de abertura da Rádio Terra Livre: “Eu estava em Chapecó e acompanhava as ações de comunicação do movimento”. Entrevista concedida ao pesquisador em 20/02/2009.

até noventa e nove, nós fechamos umas cinco vezes a rádio. Sempre nessa resistência (ANTUNES, 2008).

Ao questioná-los sobre a realização de oficinas ou encontros de formação, a resposta foi de não haver recordação. De acordo com esse assentado, “[...] os cursos que a moçada tem agora, na época, quem participava era somente o pessoal da coordenação nacional e que depois vinha falar com a gente aqui” (ANTUNES, 2008).

Essa informação se confirma com as palavras de Dirceu, membro, na época da coordenação, estadual do setor de comunicação:

[...] eu fui fazer um curso no Equador pelo setor nacional de comunicação. Foi um curso para se fazer radio via internet e mais outros assuntos. A ALER, se não me engano, a Agência latina americana de educação radiofônica, foi quem assessorou o curso lá. Mas a Rádio Terra Livre já estava funcionando com o povo daqui (PELEGRINO, 2008).

Após três anos, entre funcionamento e não funcionamento, esse grupo fundador resolveu encerrar definitivamente as atividades, repassando assim a emissora para outro grupo:

[...] ali por 1998, 1999 a polícia bateu, mas só avisou a gente. A gente deu um tempo, repensamos, pois já não tinha muita gente disposta a assumir. E a rádio não tinha outorga, mas depois de uns meses um outro grupo reassumiu. Esse novo grupo até fez uma rifa com a comunidade para pagar as contas atrasadas e também para iniciarem a construção, onde está até hoje a rádio (PELEGRINO, 2008).

Com esse novo grupo na coordenação, a Rádio Terra Livre FM reabriu suas portas no dia 25 de maio de 1999. Nesse mesmo dia, comemorava-se, como se comemora ainda hoje, a data de ocupação das terras pelo Movimento: “[...] Então no dia 25 de maio a rádio foi posta no ar; na semana de comemoração deste assentamento. Na época foi uma novidade. O pessoal adorava. Foi até um monte de gente comprar radinho na cidade” (PELEGRINO, 2008).

Durante a semana que antecede esta data, são realizadas atividades culturais, esportivas e religiosas nas quais a Rádio Terra Livre sempre procurou estar engajada.

Todos estes novos coordenadores da Terra Livre FM residiam no Assentamento 25 de Maio e desempenhavam atividades junto aos Setores do Movimento: “[...] a gente era muito envolvido com a militância e todos aqueles sete que estavam agora à frente da rádio foram chamados para um curso de formação dentro do movimento” (ANDRETTA, 2008).

A limitação financeira para a manutenção dos equipamentos foi uma constante desde o início das transmissões da Terra Livre FM: “[...] na época não tinha condições. Nós voltávamos a fita no dedo para achar o ponto para então rodar a música. E mesmo assim

naquela época o povo ouvia a rádio. A gente tinha uma audiência fora do comum (ANDRETTA, 2008b).

Em meio às crises, o grupo de jovens comunicadores buscava alternativas para prosseguirem com as transmissões: “[...] a gente pertencia ao setor de juventude do Movimento [...] fazíamos as jornadas culturais, promoções, torneios, festas para arrecadarmos fundos para mantermos a rádio no ar” (ANDRETTA, 2008).

A grade de programação sempre foi realizada por meio de reuniões e pesquisas junto à comunidade. Para Maritânia, procurava-se veicular conteúdos que estivessem de acordo com o gosto do público ouvinte:

Eu ficava mais responsável pelo programa do setor das mulheres e tentava colocar no meu programa coisas que as mulheres mais se identificavam. Por exemplo, as fases da lua, o que se planta em cada fase, o santo do dia, horóscopo, notícias e a cada pouco a gente tocava músicas e tal. Eu lembro que toda a noite eu gravava numa fita as músicas que tocavam nas rádios da cidade para tocar na rádio no outro dia (ANDRETTA, 2008).

Ao ser questionada sobre quais foram as motivações iniciais que os fizeram criar a Rádio Terra Livre, Maritânia respondeu:

Para divulgarmos qualquer coisa aqui do assentamento era, naquele tempo, cinco reais por anúncio, isso era uma afronta para nós. A gente organizou a rádio assim [...] Para anunciar um falecimento de alguém sem condições de pagar eles não anunciavam. Sem contar que eles falavam o que bem entendiam. Cada problema que tinha aqui no assentamento o prefeito ia na rádio da cidade e acabava com a gente. Então a rádio se levantou aqui como uma coisa independente e voluntária pra saciar essa necessidade que se tinha. [...] Também a gente se organizava para as reuniões tudo via rádio (ANDRETTA, 2008).

Nesse período, a Rádio Terra Livre possuiu um forte comprometimento com a comunidade. Maritânia também comenta que, nessa época, o Setor de Comunicação do Movimento orientava o trabalho, auxiliando com encontros de formação:

No início até foi uma vontade do setor de comunicação; para a gente organizar melhor o assentamento, as reuniões de núcleo. Se não o povo tinha que ir de casa em casa, entregando bilhete de porta em porta... Eles aconselhavam a gente nos encontros, de que não se podia usar a rádio para baboseira, que a gente utilizasse a rádio junto à organização do movimento (ANDRETTA, 2008).

Porém, segundo ela, as necessidades do cotidiano foram os principais motivadores: “[...] criar a rádio foi por causa das necessidades internas do dia-a-dia do assentamento e não tanto por uma vontade do MST. Eles cobravam nossa atitude de militante, mas não a ponto de proibir-nos de fazer uma coisa ou outra” (ANDRETTA, 2008).

Como percebemos nas palavras de Maritânia, a Rádio Terra Livre surgiu principalmente para atender as demandas do cotidiano, como anunciar gratuitamente os comunicados e contribuir para a organização dos assentados. Por outro lado, de acordo com Vivaldino, a Rádio Terra Livre “[...] era, e acredito que continua até hoje, parte da estratégia do movimento de fazer um estilo de comunicação diferente. Falar a nossa realidade, trazer as notícia e informação que interessa aos assentados” (ANDRETTA, 2008b).

Neste caso, percebemos que este meio de comunicação emergiu principalmente desse jogo de motivações. De um lado, as necessidades do cotidiano, mas, por outro, os interesses políticos e ideológicos em se fazer um estilo de comunicação diferente, como destaca Andretta (2008b). Ele ainda pontua que, nesse momento histórico, também ocorreram alguns atritos entre os comunicadores da Rádio Terra Livre com algumas lideranças do Movimento: “[...] Teve uma época que uma moçada tava relaxando ai na rádio. Fazendo tudo de qualquer jeito. Aí veio um pessoal da coordenação e ameaçou fechar as portas [...]. Um outro grupo assumiu e endireitou de novo” (ANDRETTA, 2008)

Vivaldino também associa o funcionamento da Rádio Terra Livre FM ao bom andamento da conjuntura ideológica, econômica e política do Movimento:

Houve um tempo que a cooperativa estava em alta, a organicidade do Movimento estava em alta, os núcleos estavam em alta. Nós tínhamos um monte de coisa funcionando nos assentamentos e assim a rádio ia junto [...] depois começamos a ter vários problemas na estrutura do movimento aqui e com isso a rádio se foi (ANDRETTA, 2008b).

Como evidencia Vivaldino, após alguns meses, a Rádio Terra Livre começou a passar por alguns problemas. Houve um momento em que a intranquilidade era constante. As ameaças de apreensão e fechamento da Rádio pela Polícia Federal também foram destacadas como um dos motivos de fechamento da Terra Livre em alguns momentos.

Sofríamos bastantes ameaças de que a polícia federal vinha e pegava nós. Aí a gente foi com calma. O pessoal se reunia na frente da cooperativa para ficar cuidando. A gente falava numa salinha escondida, lá atrás e o povo ficava lá fora cuidando. Um dia a polícia veio até aqui, mas só passou pela frente, na rua e foi embora (ANDRETTA, 2008).

Por esse motivo, o fechamento da Rádio se estendia por alguns meses. Após um tempo, ou “[...] depois que a gente desconfiava que a polícia tivesse ido, a gente fazia a Rádio funcionar de novo” (ANTUNES, 2008).

Um fato ocorrido no estado do Paraná foi determinante para que a Rádio fechasse suas portas por mais alguns meses:

[...] ficamos sabendo de um boato de um caso no Paraná de um companheiro que foi assassinado dentro da rádio. Então naquela semana fechou a rádio aqui também. Era um agrônomo que não tinha nada a ver com a rádio e foi espancado. Aí veio ligação de lá que era para a gente se cuidar. Que a policia estava em cima que se pegasse a gente íamos todos para a cadeia (ANDRETTA, 2008).

Porém o fato decisivo para o encerramento das atividades foi a questão financeira. As despesas com energia e manutenção dos equipamentos foram aos poucos comprometendo o andamento da Rádio Terra Livre FM:

É triste dizer isso, mas chegou um tempo que a gente não podia nem pagar o talão da luz da rádio. Nós agüentamos seis meses dividindo o talão da luz e paguemos. E depois a gente teve que fechar a rádio. Não tínhamos mais estruturas. Nesta época, não se tinham condições (ANDRETTA, 2008).

Vivaldino associa a problemática financeira com questões maiores, como a perseguição política e ideológica sofrida pelo movimento por alguns políticos da cidade: “[...] Teve um grupo aqui que queria tomar a rádio de nós. Que queria montar outra rádio. Isso era estratégia do prefeito que era contra nós” (ANDRETTA, 2008b).

É importante destacar que, desde sua fundação, a Rádio Terra Livre esteve fortemente articulada com a Cooperjus²⁹, tanto por estar funcionando nas dependências da mesma como também por receber apoio financeiro. Dessa maneira, “[...] na medida em que a cooperativa andava, a Rádio ia junto [...]. Se a cooperativa ia bem, a rádio também ia” (ANTUNES, 2008). Durante a entrevista, Vivaldino insistiu em falar sobre a perseguição que o MST vinha sofrendo por alguns políticos da cidade: “[...] o prefeito daquele tempo matou a cooperativa da gente [...], ele matou a rádio junto na época, e no matar a rádio ele matou a direção das escolas. Tivemos vários problemas com a rádio por causa dessa política” (ANDRETTA, 2008b).

A mesma questão foi sublinhada por outros assentados, os quais afirmam que, nesse período, a organicidade do Movimento começou a se desestruturar.

Era cooperativa fechando, grupos coletivos, os núcleos. Pronto, acabou, se foi tudo [...] a gente não conseguia se organizar perante a burguesia. Eles se organizavam e detonavam com a gente. Não tinha a gente onde se agarrar (ABATI, 2008).

²⁹ Cooperativa de comercialização Justino Dravsevinsk Ltda.

Como percebemos, após cinco anos resistindo em meio às turbulências, buscando legalização e alternativas de sobrevivência, o grupo resolveu fechar a Rádio Terra Livre definitivamente.

[...] alguns deputados até que ajudaram, mas deu em nada e não conseguimos legalizar. Ai a gente achou por bem guardar tudo. Tudo foi por terra. Aí resolvemos fechar a Rádio e levar as coisas na casa da mãe para ela guardar. Depois disso, cada um foi para seu lado. Dois companheiros ainda conseguiram trabalho nas rádios da região e estão até hoje lá (ANDRETTA, 2008).

A Rádio Terra Livre permaneceu com as portas fechadas por sete anos. Para Ernildo

[. . .] o tempo que a nossa rádio fechou nós percebemos que algumas dificuldades aumentaram (...). Tinha uns amigos que apresentavam um programa caipira que até adoeceram. Escutar a rádio da cidade não era a mesma coisa, principalmente porque, na época, eles tratavam a gente como vagabundo (SALVATORE, 2008).

Após esse tempo, um grupo de jovens resolveu retomar a atividade, conforme descrevemos abaixo.

6.1 REABERTURA, FECHAMENTO E CONTINUIDADE

Este segundo período histórico da Rádio Terra Livre iniciou no final de 2006, por meio de discussões entre jovens dos assentamentos e a coordenação estadual dos setores de Juventude e de Comunicação.

[...] existia uma empolgação; uma expectativa da juventude, da comunidade. Tinha uma empolgação geral, isso foi forçando a gente a buscar alternativas para a reabertura [...]. A gente não tinha quase mais nada de equipamentos do outro tempo da Rádio. Ainda estávamos só estudando formas para reabrir essa rádio novamente (REIS, 2009).

De acordo com Fábio, nesse período em que a Rádio esteve fora do ar, foram intensificadas as formações pelo Setor de Juventude do estado, visando especificamente aos jovens interessados em serem os possíveis militantes da Rádio Terra Livre FM.

Nós passamos quase dois anos formando a moçada, montando um grupo de jovens e estudando a programação. Desde o início da nossa discussão, a rádio ficou dois anos praticamente fechada. Os equipamentos todos prontos, mas a gente não se preocupou em se apressar pra colocar ela no ar. Queríamos primeiro formar um grupo de militantes e não apenas de comunicadores (REIS, 2009).

Os encontros de formação eram realizados durante as Jornadas Culturais, que contavam sempre com a participação de um número superior a trinta jovens. Dessa maneira, um grupo de militantes/comunicadores começou a se formar.

A preocupação era colocar um grupo, que tivesse um entendimento político para tocar a rádio. O que a gente quer com a rádio? Essa era a pergunta principal ou a idéia principal quando a gente fazia a capacitação com a moçada. Isso foi trabalhado por dois anos, sempre mostrando a importância da formação ideológica para fazer comunicação (REIS, 2009).

Uma das preocupações centrais foi a realização de oficinas visando à formação técnica dos comunicadores. Segundo Fábio,

[...] começamos a perceber que era importante a discussão a respeito da parte mais prática. O que existia é que muitos deles só queria fazer uma coisa só. Um queria ser só locutor e outro só queria fazer vinhetas. Ai a gente explicava que era importante saber fazer um pouco de tudo, desde saber ligar um microfone até saber fazer um discurso mais ideológico (REIS, 2008).

No decorrer do período, o MST foi contemplado com um projeto da ONG Child Hope, entidade inglesa que financia ações contra a violência. Junto com o MST, outras três entidades foram agraciadas: Pró-Mundo (Rio de Janeiro-RJ), Atitude (Ceilândia-DF) e Papai (Recife-PE). Por meio do Projeto ‘Jovem Movimento: Jovens pelo fim da violência’, iniciou-se a construção de um novo espaço para a Rádio Terra Livre FM, como também a compra de novos equipamentos: “[...] o novo projeto da Terra Livre, desde a construção até os equipamentos, foi bancado pelo projeto Jovem em Movimento. Isso fez com que a gente cuidasse mais do direcionamento político da rádio” (REIS, 2008).

Como salienta Dirceu, o Projeto Jovem em Movimento

[...] veio através de uma ONG da Inglaterra. Aí chamaram o MST nacional para discutir. O foco desse projeto era a questão da violência também no meio rural. Eles sugeriram para nós aqui em Santa Catarina. A dinâmica do projeto era rígida e burocrática, pois não era pouca grana (PELEGRINO, 2008).

Como observado em um pôster, o objetivo desse projeto era diagnosticar possíveis manifestações de casos de violência no universo juvenil.

[...] os dois principais instrumentos usados para superar essa questão da violência, seria o clube do computador e a Rádio Comunitária. Então também as oficinas de capacitação teria que atender essa formação contra a violência juvenil (REIS, 2008).

Para organizar a aplicação desse projeto, os coordenadores da Rádio Terra Livre e demais lideranças comunitárias formalizaram, em fevereiro de 2007, uma associação. Criou-

se então a entidade jurídica Arca – Associação Cultural de Abelardo Luz, mais conhecida como Centro Cultural 25 de Maio.



Quadro 6: Centro Cultural 25 de Maio

Fonte: Elaborado pela coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Esta associação, composta por lideranças do MST, como também por moradores de vários assentamentos da região, tornou-se um espaço para a realização de outras atividades. Segundo Fábio,

[...] a criação desse centro cultural mexeu com a juventude, principalmente a Internet. Muitos só sabiam o que era isso pela televisão ou nas vitrines das lojas [...] Sem falarmos da rádio, que era a coisa mais esperada pelo povo aqui. Com toda aquela estrutura que poucas têm, até eu fiquei muito animado para continuar a luta (REIS, 2009).

No Centro Cultural 25 de Maio, iniciaram-se as jornadas culturais, reuniões do movimento e encontros de formação. Também, de acordo com Fábio, “[...] através desse projeto, conseguimos um cinema itinerante, com equipamentos para rodar filmes nos assentamentos” (REIS, 2009). Essa experiência de mídia continua se desenvolvendo semanalmente nos assentamentos da região. Como relata Rosângela:

[...] o cinema itinerante foi uma coisa que até nós ficamos surpreendidos. Na maioria dos assentamentos nós montávamos o cinema dentro da igreja ou do clube. Achávamos que viriam poucas pessoas, mas sempre lotou. Nem em dia de missa ou de festa na comunidade o salão fica tão cheio. Depois do filme a gente faz um debate com eles [...] Nós passamos os filmes do Movimento e outros sobre a nossa luta. A grande maioria se emociona, não tem como, pois isso mexe com a gente (SOUZA,

2009).

Mesmo após as reformas e a instalação dos equipamentos, a Rádio Terra Livre FM ainda permaneceu fora do ar até o mês de outubro desse mesmo ano. Os comunicadores lembram que moradores da comunidade começaram a cobrá-los sobre o motivo do não funcionamento da emissora.

[...] na verdade o que apressou a gente a colocar a rádio no ar foram as reclamações da comunidade. Começou as cobranças e aí tivemos que apressar as coisas. Nesse sentido a gente pode dizer que a comunidade estava mais interessada na rádio que o próprio movimento (BUSNELLO, 2008).

Meses antes da reabertura da emissora, o coletivo de jovens comunicadores e algumas lideranças locais construíram a grade de programação. Nesse mesmo período, os comunicadores realizaram uma pesquisa junto às famílias assentadas: “[...] a nossa grande preocupação era: não adianta fazer rádio só para nós. Então fizemos uma pesquisa antes de colocarmos a rádio no ar (REIS, 2008). Da mesma forma, comenta Ernesto, “[. . .] queríamos com essa pesquisa saber o que a comunidade esperava dessa rádio [...] Buscamos perceber qual o horário mais ouvido, que tipo de música eles mais gostavam” (PUHL, 2009).

Após análise da pesquisa, a direção política optou pelo funcionamento da Terra Livre apenas nos finais de semana:

[...] no começo, a gente foi com calma para o pessoal ir pegando a técnica. Foi complicado no início, quase ninguém tinha chegado perto de um microfone de rádio, aí fomos com calma. Muitos estavam animados com os aparelhos, mas avisamos que isso era apenas uma parte e que o mais importante era a formação política (PUHL, 2009).

A grade de programação se estruturou da seguinte forma:

SÁBADO			
Programa	Horário	Quem faz	Gênero
Amanhecer no campo	06h00min	A definir	Programa de música sertaneja de raiz
Manhã Legal	08h00min		Músicas sertanejas e regionais com notícias e Informes.
Brasil em movimento	12h00min		Músicas, notícias do MST e ligadas à questão agrária e debates.
Juventude de atitude	13h00min		Voltado para a juventude, com músicas e debates de assuntos como militância, sexualidade etc.
Mateando e Cantando	17h00min		Música regional, em especial a gauchesca e sertaneja.

DOMINGO			
Amanhecer no campo	06h00min		Programa de música sertaneja de raiz
Manhã Legal	08h00min		Musical e informativo
Banda em festa	10h00min		Músicas de bandas
Brasil em movimento	12h00min		Músicas diversas
Juventude de Atitude	13h00min		Músicas e debates de assuntos sobre juventude
É pra acabar	16h00min		Programa humorístico e musical.
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas

Quadro 7: Grade de programação de reabertura da Rádio Terra Livre FM
Fonte: Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Essa programação foi seguida até fevereiro de 2008. Nesse período, os comunicadores comentam que foi possível ter uma noção geral sobre a aceitação da Rádio pela comunidade, principalmente sobre a programação musical e o desempenho dos comunicadores: “[...] ainda estávamos pegando o jeito, escutando os comentários do povo sobre os comunicadores e sobre a programação. Aos poucos, fomos vendo que teríamos condições de fazer uma programação em todos os dias da semana” (REIS, 2008).

Em fevereiro de 2008, a Rádio Terra Livre FM começa a funcionar com uma nova programação, especificamente mais voltada para a informação e produção jornalística. Como iremos perceber no quadro abaixo, agora, a Rádio Terra Livre poderia ser ouvida diariamente.

Segunda a Sexta-Feira			
Programa	Horário	Quem faz	Gênero
Cantar do Galo	06h00min	A definir	Programa de música sertaneja de raiz
Manhã no campo	08h00min		Músicas sertanejas e regionais com notícias e Informes
Consciência curiosa	11h00min		Musicas e curiosidades
Jornal Terra livre	12h00min		Jornalismo
Salada mista	13h00min		Música regional, em especial a gauchesca e sertaneja
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas
Sábado			
Cantar do Galo	06h00min		Programa de música sertaneja de raiz
Manhã no campo	08h00min		Músicas sertanejas e regionais com notícias e Informes
Informativo Cooperoeste	11h00min		Informações para os integrados

Momento religioso: Igreja Católica 20 min, Igreja Assembléia Deus 20 min e Igreja Deus amor 20 min.	12h00min		Igreja Católica 20 min, Igreja Assembléia Deus 20 min e Igreja Deus Amor 20 min.
Programa Sem Terrinha	13h00min		Músicas
Juventude de atitude	14h00min		Músicas e debate sobre juventude
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas
Domingo			
Cantar do galo	06h00min		Programa de música sertaneja de raiz
Som da terra	09h00min		Músicas e informações
Brasil em movimento	12h00min		Músicas diversas
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas

Quadro 8: Nova grade de programação da Rádio Terra Livre FM

Fonte: Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

De acordo com a coordenação política, a preocupação central foi ampliar a veiculação de conteúdos formativos e noticiosos, especialmente por meio do Jornal Terra Livre.

[...] está certo que era o início, mas a rádio estava sendo oitenta por cento só música. Começamos então a investir mais pesado em jornalismo. Foi difícil, pois a moçada não tem muito jeito pra isso, principalmente para achar notícias aqui nos assentamentos (PULH, 2009).

No mês de junho de 2008 ocorreu o desligamento de alguns integrantes do grupo de comunicadores. Como afirma Ernesto, o motivo foi desentendimento ideológico.

Não pudemos mais aceitar certas atitudes de alguns companheiros. Pra você ter uma idéia, eles estavam tocando até música internacional americana logo cedo, quando a rádio abria. Aí cheguei para alguns companheiros e disse: ‘vamos rever a nossa atitude de militante companheiro, cadê a nossa ideologia, cadê os princípios e da nossa rádio?’ (PUHL, 2009).

A tensão caracterizada como desentendimento ideológico por Ernesto foi, para Diogo,

[...] uma briga para ver quem mandava mais na rádio. Tudo bem que eu não estava tendo cuidado com algumas músicas, mas não dá para ser tão radical assim, se não ninguém vai mais ouvir essa rádio. Eu nem quis bater de frente e resolvi largar tudo (BUSNELLO, 2008).

Após o afastamento de alguns comunicadores, novas reuniões foram realizadas pelos integrantes da Coordenação política. Conforme a pauta, foram debatidos os seguintes assuntos:

Reavaliar nossa posição como militante; Rever a articulação política com o Movimento; Recebimento da negativa de legalização da rádio pelo Ministério das Telecomunicações; Instalação de telefone fixo na rádio ao custo de R\$1.500,00, com dois ramais: um na secretaria e um no estúdio; Organização de secretaria com computador, telefone, videoteca, biblioteca, gravador digital, impressora, data show,

câmera digital, mesa com chimarrão e café; Formação com os comunicadores nos dias 05 e 06 de julho com a companheira Nina Fidélis, do Jornal Sem Terra e do setor nacional de comunicação; Festival Descobrimo Talentos; Será adquirida uma moto para o trabalho da rádio; Pensar estratégia de finanças - apoios culturais; Possibilidade de colocar a rádio on-line; Aumentar a potência da rádio.³⁰

De todos os pontos destacados, ressaltamos o momento de formação realizado, no mês de julho, pelo Setor nacional de comunicação. Como salienta Ernesto, após o afastamento de alguns comunicadores, foi solicitada a realização de um encontro de formação ao Setor Nacional de Comunicação.

Quando percebemos que o problema era a falta de formação política para que a rádio funcionasse direito, chamamos o setor nacional de comunicação para fazer com a gente um encontro de formação. Isso foi uma vontade nossa e não uma preocupação dos companheiros do setor nacional. Não dá para negar a ajuda dos companheiros, mas quem organizou tudo e viu a necessidade desse curso foi nós aqui (PULH, 2009).

Esse encontro de formação foi ministrado por coordenadores nacionais do MST. Para Jonathan, “[...] a intenção era resgatar a nossa ideologia de militante do MST e tentar reerguer a rádio com isso. Foi muito bom esse momento. Alguns reclamaram, pois esperavam uma formação mais na prática do que no discurso” (PLENS, 2009).

No mês de agosto, o Setor de Cultura estadual do Movimento e o Governo municipal, em parceria com o coletivo de comunicação da Rádio Terra Livre, realizaram o Festival Descobrimo Talentos. O mesmo se desenvolveu em etapas, tendo cada um sido realizado em diversos assentamentos da região. Para Ernesto, este foi um acontecimento que revigorou os laços entre a comunidade e a Rádio Terra Livre. Nesse festival, também ocorreram oficinas de música, violão e poesia.

Em setembro, a coordenação política da Rádio Terra Livre, em conjunto com o coletivo de comunicadores, decidiu realizar mais uma pesquisa junto à comunidade.

Um as coisas complicaram o andamento da rádio devido alguns ocorridos com um dos nossos comunicadores. Sabe que quando um comunicador pisa na bola, toda a rádio fica suja também. A rádio deu uma sacudida e achamos melhor fazer uma pesquisa, indo nas famílias para perceber como andava a coisa. Foi uma pesquisa bem completa que fizemos e deu para sentir pelas palavras das pessoas que muita coisa tava boa, mas que muita coisa tinha que mudar (PUHL, 2009).³¹

³⁰ Dados extraídos da pauta: “Reunião do coletivo de comunicação da Rádio Terra Livre, realizada em 19 de Junho de 2008”.

³¹ O questionário utilizado encontra-se em anexo.

Após a realização desta pesquisa, foi efetuada a análise do conteúdo pelos membros da coordenação política. No total, foram mais de cem pessoas entrevistadas. Segue, abaixo, o resultado da pesquisa:

Sugestões/comentários gerais para a programação da Rádio Terra Livre	Sugestões/comentários específicos sobre cada Programa
<p>1. A questão técnica da mesa de som, que altera muito de volume;</p> <p>2. Mais compromisso e seriedade com horário dos programas;</p> <p>3. Incentivar a formação dos comunicadores;</p> <p>4. Melhorar o quadro dos comunicadores;</p> <p>5. Planejamento para os programas e disciplina;</p> <p>6. Trazer militantes ao trabalho de base;</p> <p>7. Mais notícias e informações de Abelardo Luz e dos demais assentamentos;</p> <p>8. Menos música e mais diálogo com a comunidade;</p> <p>9. Comunicadores precisam falar (locução) com mais entusiasmo, passando mensagens de autoestima;</p> <p>10. Músicas repetitivas;</p> <p>11. A rádio tem problemas de sinal (sinal muito sensível);</p> <p>12. Explorar a participação dos ouvintes;</p> <p>13. Muito boa a participação das crianças nos programas dos Sem Terrinha;</p> <p>14. Os comunicadores têm dificuldades em desenvolver a fala, quando estão no ar;</p> <p>15. Renovar permanentemente as programações musicais e as vinhetas;</p> <p>16. Necessidade de contribuição financeira mensal por parte das famílias assentadas;</p> <p>17. Aproveitar melhor o espaço da rádio das 11 às 13 horas;</p>	<p>Cantar do Galo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trazer notícias dos Assentamentos, • Abrir para visos, • Locutor deve dialogar mais com o ouvinte. <p>Manhã no Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veicular músicas gaúchas, • Planejar melhor o programa (criar quadros, apresentar novidades, etc.). <p>Consciência curiosa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais curiosidades, • Fazer perguntas à comunidade. <p>Jornal Terra Livre</p> <ul style="list-style-type: none"> • Notícias de Abelardo Luz, • Informações dos assentamentos, • Reportagens sobre os assentamentos, • Definir uma estrutura fixa. <p>Salada Mista.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais músicas MPB, • Abrir espaço para os aniversariantes. <p>Mateando e cantando</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa com muita participação do público; • Locutor dialogar mais com o ouvinte (excesso de músicas). <p>Programa religioso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falar a programação da paróquia, • Articular o programa com as comunidades, • Planejamento no programa. <p>Sem Terrinha</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Legal” a participação dos Sem Terrinha, • Planejar melhor a participação das crianças no programa, • Mais músicas infantis e educativas. <p>Informativo da Cooperoeste</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trazer mais informações sobre agricultura, • Entrevistar os assentados sobre culturas

18. Fazer sempre a defesa da rádio como instrumento de luta.	agrícolas, • Planejar melhor o programa.
--	---

Quadro 9: Pesquisa de audiência realizada pela coordenação política da Rádio Terra Livre FM

Fonte: Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Segundo Ernesto, o clima de descontentamento, por parte de alguns integrantes da coordenação, bem como da própria comunidade fez com que a Rádio Terra Livre tomasse novos rumos:

[...] demos uma decaída na qualidade. Isso a gente percebeu principalmente tanto na questão técnica, mas principalmente na questão política [...] Se a gente não tiver uma identidade mais forte com o movimento, a coisa não vai muito pra frente (PULH, 2009).

No decorrer do tempo, outros ocorridos desestabilizaram o andamento da Rádio, como o desligamento ou a transferência de alguns comunicadores para outros setores do Movimento:

[...] tivemos problema com mais um companheiro. Foi um problema pessoal dele, mas como era um comunicador da Rádio isso mexeu muito com a gente porque apostávamos muito nele. Já para outros companheiros tivemos que pedir para saírem mesmo. Outros foram para o setor de massificação (PULH, 2009).

Para Adones,

[...] nesse momento a rádio estava muito fraca. O problema foi que alguns achavam que fazer rádio é coisa fácil. Parecia que nem tinha adiantado toda aquela formação política. Sendo sincero contigo, a nossa programação estava tocando uns lixos que nem a rádio da cidade tocava (ALMEIDA, 2009).

Após reunião, a coordenação política decidiu interromper as atividades da Terra Livre.

[...] aí resolvi reunir a companheirada e infelizmente ter que dizer ‘vamos fechar a Rádio nesse tempo de Natal até conseguirmos organizar as coisas de volta’. Não tínhamos mais como tocar do jeito que tava. Eu percebia que faltava mais militância (PULH, 2009).

Ainda de acordo com Ernesto, outro motivo que levou o fechamento da Rádio foi o período de férias escolares, quando o transporte público nos assentamentos ficou ainda mais precário:

[...] ficava complicado, pois como que a Élen, Adones e os outros viriam fazer o programa sem transporte. Não tem como virem a pé, andando dez ou até quinze quilômetros. Principalmente porque eles já fizeram algumas vezes e eu não acho correto (PULH, 2009).

No dia 23 de Dezembro de 2008, às 19 horas, a Rádio Terra Livre encerrou sua programação: “[...] para nós foi difícil. Foi como se despedir de alguém da família [...] A gente estava acostumado com a rádio. Eu fiquei bem perdido, sem saber o que fazer alguns dias” (PLENS, 2009). Para seu Ernildo, ouvinte da Rádio Terra Livre,

[...] quando a rádio fechou foi pra mim um derrota. Acho que não só para mim, mas para toda a nossa comunidade. Por mais que a gente ache que não, mas uma rádio faz muita diferença [...] Tudo bem que a gente escuta a rádio da cidade, mas não é a mesma coisa que escutar a nossa rádio (SALVATTORE, 2009).

Para o diretor da Escola Municipal Sementes da Conquista, o fechamento da Rádio Terra Livre

[...] trouxe alguns prejuízos, principalmente para os avisos de reuniões dos pais e para as festas da comunidade. Ai a gente teve que correr atrás de outras formas, mas não foi a mesma coisa quando tínhamos a rádio funcionando. [...]. Ainda bem que ela vai voltar a funcionar, pois ela já faz parte do costume da nossa comunidade (PAZ, 2009).

A coordenação política havia programado a reabertura da emissora para o dia 15 de fevereiro do ano seguinte. Após alguns imprevistos, como a desistência de alguns comunicadores, a Terra Livre FM retornou ao ar somente no dia 16 de março de 2009.

No período em que a Rádio esteve fora do ar, foram realizadas reformas, limpezas e encontros de formação.

[...] aproveitamos para colocar a casa em dia, rever desde a questão da limpeza até o encontro de formação, principalmente as questões mais políticas. Criamos vinhetas com as entrevistas que fizemos com Fernando Ponte, Frei Beto, Aleida Guevara, [...] Agora sim a Radio vai para frente (PUHL, 2009).

No dia 16 de março de 2009, a Rádio Terra Livre retornou com sua nova programação. Como relembra Jonathan, “[...] essa nova programação foi o resultado do nosso diálogo com a comunidade. Certamente ela tem que atender as expectativas se não o povo vai escutar a rádio da cidade” (PLENS, 2009).

Segunda à Sexta-Feira			
Programa.	Horário	Quem faz	Gênero
Cantar do Galo	06h00min	Ernesto	Programa de música sertaneja de raiz, aniversariantes e notícias.
Informativo agrícola	07h30min	Ernesto	Previsão do tempo, cotações dos produtos, músicas e avisos.
Manhã no campo	08h00min	Jhonatan	Músicas variadas, notícias de hora em hora.
Manhã sertaneja	10h00min	Rosangela	Musical estilo sertanejo

Serviço à comunidade Jornal Terra Livre	11h30min	A definir	Anúncios de negócios e entrevistas com as lideranças da comunidade.
Jornal Terra Livre	12h00min	Ernesto / Adones	Noticias da comunidade, do movimento. Debates sobre as notícias que agridem o MST.
Programação religiosa	13h00min	Pastor e igreja católica	Hinos e orações.
Salada mista	13h30min	Élen	Músicas, agenda do aniversariante.
Tarde camponesa	16h00min	Élen	Músicas, poesias, dicas e curiosidades, notícias da hora.
Mateando e cantando	18h00min	Ronaldo Cezar	Modas de viola, piadas, histórias e notícias.
Sábado			
Cantar do Galo.	06h00min	Ernesto	Previsão do tempo, músicas e informativo agrícola.
Humor na roça	07h30min	Prof. Vanderlei	Piadas, histórias, charadas, musicas.
Programa dos setores de Educação e produção	09h30min	Coordenadores	Informativo
Toca tudo	10h00min	Rafaela	Músicas diversas e mensagens de ânimo
Detonação	12h00min	Alex	Toca todos os estilos musicais.
Programa dos Sem Terrinha	13h30min	Grupo dos assentamentos	Músicas e recados
Juventude de atitude	14h00min	Alex e Patrícia	Músicas e debate sobre assuntos da juventude.
Sintonia em ação	17h00min	Juciane	Músicas variadas e recados da comunidade.
Domingo			
Misturadão	07h00min	Almir	Músicas de banda
Som do Sul	09h00min	Délio	Músicas gauchescas
Som da Terra	10h00min	Ronaldo Cezar	Músicas ao vivo com os artistas locais
Céu, sol, sul	12h00min	Jhonatan	Musical
Brasil em movimento	14h00min	Élen	Músicas variadas
Musical ou jogos	17h00min	Rosangela	Músicas

Quadro 10: Grade de programação atual da Rádio Terra Livre FM

Fonte: Elaborado pela Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Após a reabertura, a coordenação política da Terra Livre FM intensificou os encontros de formação com o coletivo de comunicadores, visando primeiramente a temas como: “[...] o

monopólio dos meios de comunicação, sobre nossa alienação quando consumimos esses lixos culturais e as implicâncias disso tudo em nossa vida (ALMEIDA, 2009). Desde a reabertura da rádio até a finalização desta pesquisa, foram realizados três encontros de formação, sendo que, segundo comenta Ernesto, todos

[...] buscando trabalhar a identidade do MST na nossa nova programação, mesmo que para isso a gente perca alguns ouvintes e comunicadores que não concordam muito com as nossas linhas políticas [...]. Pretendemos cada vez mais ter os documentos do MST como base para a nossa luta aqui (PUHL, 2009).

Já para a comunicadora Élen, o momento é de possibilitar mais abertura à participação da comunidade: “[...] não adianta fazermos rádio para nós ou somente o que desejam algumas lideranças. Temos que ganhar primeiro a comunidade, nem que para isso a gente tenha que fazer uma rádio mais normal e não tanto ideológica” (RIBEIRO, 2009).

Para Adones, a rádio prossegue cumprindo primeiramente o que apontam as proposições documentais: “[. . .] mesmo que seja um pouco complicado seguir o que seria o melhor para o movimento, nós pretendemos seguir nessa linha, mesmo sabendo que as vezes teremos alguns prejuízos na audiência” (ALMEIDA, 2009)

7 A FORMULAÇÃO DOCUMENTAL DO MST SOBRE COMUNICAÇÃO

Após entrevistas com lideranças e leitura atenta dos documentos, neste capítulo, busca-se dar conta da explicitação da estrutura e dos objetivos da formulação documental do Setor de Comunicação do MST.

Como foi previamente solicitado pela coordenação nacional do Setor de Comunicação, não será reproduzida, na íntegra, a totalidade do conteúdo desses documentos, pois, segundo Stédile, “[...] esses documentos são internos ao movimento. Temos uma abertura para você que é pesquisador, mas não podemos abrir isso para qualquer um” (STÉDILE, 2009).

Para Stédile, a formulação documental é parte integrante dos processos comunicacionais do MST, ou mais que isso, pois a

[...] a comunicação é uma de nossas grandes estratégias, então não vamos ficar colocando para *download* na *Internet* esses documentos ou tudo o que estamos pensando, ou elaborando estrategicamente sobre comunicação (STÉDILE, 2009).

A formulação documental sobre comunicação do MST também não tem por objetivo atingir o público não militante. Quer dizer,

[...] não temos o hábito de ficar formulando teses e grandes documentos, ou publicizando nossas ideias sobre comunicação, tanto porque temos coisas que a grande imprensa não pode saber. Isso é até uma questão de segurança para o próprio movimento (STEDILE, 2009).

Devido à complexidade de experiências e demandas por comunicação, a elaboração documental do MST apresenta proposições genéricas que visam dar conta dessa diversidade. Por outro lado, a intenção, em meio a essa complexidade “[...] é manter em cada documento o mesmo discurso político, para que todos os nossos veículos ou experiências de comunicação sigam o mesmo caminho” (PELEGRINO, 2008). Para algumas lideranças do MST, os

documentos elaborados não dão conta da totalidade de experiências ou de demandas de comunicação: “[...] o movimento cresceu muito e com isso os meios de comunicação também [...]. Então não tem como dar conta ou querer que os documentos atendam a todas as experiências” (PUHL, 2009).

De maneira geral, Stédile pontua que

[...] as formulações documentais também nos ajudam a sistematizar as experiências. Nós temos um pensamento teórico sobre comunicação e tentamos agir de acordo com ele. Sabemos que isso é um pouco difícil de ser compreendido pela nossa militância, principalmente para os novos que vão chegando (STÉDILE, 2009).

Nos subcapítulos seguintes, apresentamos e refletimos sobre os quatro documentos do Setor nacional de comunicação: Documentos básicos da atuação do Setor de comunicação; Agitação e propaganda no processo de transformação social; Hegemonia, Política, Comunicação e Cultura e As Rádios do MST. Os documentos aqui analisados “[...] representam o que temos sistematizado até esse momento. Pode ser que hajam documentos elaborados pelas coordenações estaduais [...], mas esses aqui representam o que foi discutido e formulado em âmbito nacional até o momento” (STÉDILE, 2009).

Seguindo a problemática de pesquisa, buscamos resgatar nesses documentos os pontos que fazem referências às linhas políticas de atuação, especialmente os objetivos que traduzem os princípios ideológicos pelos quais buscam se orientar as ações de comunicação deste movimento social, no caso aqui investigado, a Rádio Terra Livre FM.

7.1 DOCUMENTO BÁSICO DA ATUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Este documento é o primeiro marco teórico do setor de comunicação do MST. Discutido e formalizado entre os anos 2000 e 2003, ele representa a síntese de um período anterior, ou seja: “[...] ele não é o resultado de um só momento, mas a concretização de um longo tempo de discussão entre lideranças e companheiros envolvidos com a questão da comunicação desde a fundação do movimento” (STÉDILE, 2009).

Sua construção iniciou com a proposta de elaboração do livro “Construindo o caminho”. A intenção dessa obra era formalizar documentalmente as linhas políticas de cada

setor do MST. O livro serviria de subsídio “[...] para aqueles que estavam chegando e precisavam ter uma base para atuar nos setores do movimento. Esse livro era uma base de formação para os novos militantes” (STÉDILE, 2009).

Esse documento, estruturado em vinte e cinco páginas, foi construído a partir da compilação de textos diversos e, por isso, não apresenta uma ordem editorial única. Constitui-se de redações mais extensas, como também de fragmentos e tópicos apresentados numericamente. Essa ‘desordem editorial’ percebida na estruturação desse documento deve-se ao fato de o mesmo contemplar “[...] textos dispersos, de experiências de cada estado que foram chegando para a discussão [...]. Cada texto vem de demandas às vezes bem precisas; de momentos específicos do nosso movimento” (STEDILE, 2009).

Esse documento busca dar conta da variedade de ações comunicacionais desenvolvidas pelo movimento, que vão desde tarefas mais pontuais de como o militante deve se portar durante uma entrevista até a organização de grandes eventos ou ações de comunicação: “[...] os desafios da comunicação para o movimento é muito ampla. São vários veículos de comunicação e muitas as tarefas que se torna até impossível querer discutir ou contemplar tudo em forma de documento” (STEDILE, 2009).

Essa proposição documental também aborda a relação do MST com o universo do cinema, publicidade, propaganda; dicas de assessoria de imprensa; resgata conceitualmente a comunicação popular, desembocando no processo histórico e de funcionamento do Jornal Sem Terra; apresenta esquemas para a realização de encontros de formação para militantes comunicadores, como também tece fortes denúncias aos “ataques da imprensa burguesa” (MST, 2003).

No vasto universo de questões abordadas por este documento, focamos nossa atenção especialmente nas descrições/objetivos que deflagram as linhas políticas de comunicação. De acordo com o documento, a comunicação para o MST deve contemplar os seguintes objetivos:

- a) Estabelecer referência para a criação de uma nova cultura, no sentido de valorizar e desenvolver aspectos que compõem a vida humana, de melhorar e ampliar as formas de convivência, de propiciar que o camponês se enxergue enquanto sujeito da história;
- b) Contribuir para o “despertar” do novo camponês que esteja atualizado no tempo e localizado no espaço, atacando os vícios que escondem e impedem o avanço das relações na vida familiar e social;
- c) Incentivar a prática de valores que ajudem a melhorar a vida da sociedade urbana e rural;
- d) Elevar a qualidade da consciência nos seus diferentes aspectos, no sentido de compreensão da realidade local e mundial;
- e) Manter a unidade política e ideológica em torno dos programas, planos, símbolos,

ideias, estratégias, táticas, etc.; f) Desenvolver a visão nacional e internacional de luta de classes, e despertar o espírito de indignação e de solidariedade; g) Estar a serviço da construção do Projeto Popular para o Brasil; h) Na forma de comunicação com a base e com a sociedade, desmistificar a visão de que o MST é violento; i) Manter uma unidade no comportamento em relação à postura ética dos dirigentes (porta-vozes do MST); j) Combater fortemente os valores burgueses e jamais repetir em nossos meios de comunicação os conteúdos e os valores burgueses; l) Democratizar de maneira mais ampla possível as informações dentro do MST; m) Criar oportunidades para que o maior número possível de militantes se envolvam, planejem e participem de tarefas relacionadas com a comunicação, formando os comunicadores populares e os militantes comunicadores (MST 2003).

Centramos nossa investigação nos fragmentos que evidenciam as tentativas de orientação ou de condução política da comunicação pelo MST, em contraponto ao modelo de comunicação burguesa. Stédile explica que os veículos de comunicação do MST devem refletir as linhas políticas. Quer dizer, “Se os nossos veículos não estiverem a serviço da nossa organização, então eles não têm razão para existir” (STÉDILE, 2009).

Esta reflexão feita por Stédile também pode ser evidenciada no documento estudado.

1) Formar Militantes Comunicadores, Agitadores e Propagandistas do MST; forjando militantes especializados que saibam traduzir as linhas políticas que emanam da organização. Desta forma a comunicação, agitação e propaganda tem papéis vitais dentro do MST e devem ser assumidos e concebidos como uma frente estratégica na luta de classes (MST, 2003).

Além de se manter um discurso ideologicamente afinado ou conduzido por uma racionalidade política, o MST também reconhece as fragilidades e limites desse percurso. De acordo com o documento,

[...] muitos de nossos materiais demonstram que estamos no sentido contrário, [desta necessidade de estabelecer comunicação com a sociedade capitalista], pois abusamos do discurso panfletário, mesmo que este é mais fácil de ser produzido; às vezes caímos na linguagem pesada e pouco acessível; usamos os meios errados para determinadas mensagens (MST, 2003).

Referente a essa problemática, o documento faz uma longa descrição, enfatizando a necessidade de se avançar no campo do conhecimento: “[...] precisamos avançar nesses estudos, forjar militantes especializados que saibam traduzir as linhas políticas que emanam da organização em propaganda e veículos de comunicação” (MST, 2003).

Em suas páginas finais, o documento reforça que os meios e/ou atividades de comunicação devem primar pela unidade junto às linhas políticas do Movimento:

É verdade que algumas tarefas podem exigir maior profissionalismo na questão técnica, mas a história nos exige, neste momento, profissionalismo na questão política [...]. Para que a Comunicação e a Informação do MST funcionem com autonomia e centralidade política, com direção política nestas tarefas, é necessário que à frente delas esteja um dirigente com um grupo de militantes preparados [...]. O desafio é

organizar um grupo ideológico que coordene de acordo com as linhas políticas as práticas de nossa comunicação (MST, 2003).

De acordo com Stédile, esse documento é muito utilizado em encontros de formação e como base para o desenvolvimento das atividades de comunicação. Por outro lado, Stédile pede atenção ao analisar esse documento, pois “[...] muito precisa ser revisto, pois muita coisa mudou na questão da comunicação tanto para o mundo quanto no próprio jeito de agir do movimento” (STÉDILE, 2009).

Ao ser questionado sobre quais seriam esses pontos a serem revistos ou superados, Stédile enfatiza:

[...] de uns anos para cá tem aumentado muito as experiências de comunicação dentro do Movimento. Isso também porque a gente acredita no potencial das tecnologias para a nossa luta e também porque não tem como segurar mais elas. No tempo em que esse documento foi feito, o movimento ainda estava crescendo e amadurecendo. Por isso vemos que é preciso avançar (STÉDILE, 2009).

Identificamos que a preocupação em fortalecer ou em fundamentar uma identidade política às ações comunicacionais é o principal objetivo desse documento. Além disso, outra preocupação central por nós identificada nesse documento é a de orientar as lideranças “[...] para os ataques da mídia burguesa” (MST 2003), como também a necessidade de se resgatar a importância da comunicação enquanto estratégia para as lutas futuras.

Ernesto Puhl comenta que esse documento não chegou a ser estudado pelos comunicadores da Rádio Terra Livre FM. No entanto, ele destaca que antigos coordenadores o utilizaram na elaboração de convites para jornadas culturais realizadas em 2004 e 2005. Para os demais comunicadores entrevistados, este documento até então era desconhecido.

Identificamos, neste documento, que o problema para o MST é com o conteúdo que é apresentado nos meios de comunicação. Os veículos de comunicação e a ação dos porta-vozes estão subjugados a preocupações estritamente políticas. Não há, pelo menos no documento analisado, a preocupação com a mudança na estrutura e no processo de comunicação. Por vezes, o processo comunicacional requerido por este documento parece ser tão autoritário e vertical quanto aquele desenvolvido pela mídia dita burguesa.

7.2 DOCUMENTO: AGITAÇÃO E PROPAGANDA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Este documento, publicado no ano de 2007, é fruto da construção coletiva de movimentos sociais de massa ligados à Via Campesina. No entanto, destaca Stédile: “[...] quem percebeu a necessidade desse documento foi o nosso setor de cultura e de comunicação” (STÉDILE, 2009).

‘Agitação e Propaganda’ é um documento editado em forma de cartilha. Suas cinquenta e nove páginas estão estruturadas em sumário, apresentação, cinco capítulos e conclusão. De acordo com o capítulo primeiro, ‘Agitação e Propaganda’, é um conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação, denúncia e fomento à indignação das classes populares e politização de massas em processos de transformação social (MST, 2007). De acordo com Garcia (1990), a expressão ‘agitação e propaganda’, também identificada pela sigla ‘AgitProp’, foi criada pelos revolucionários russos para designar as diversas formas de fazer agitação de massas e, ao mesmo tempo, divulgar os projetos políticos da revolução. Com estes objetivos, grupos de soldados do exército vermelho, de estudantes e de artistas se empenharam na invenção, desenvolvimento ou aprimoramento de uma série de técnicas de AgitProp, como cinema, teatro, música, jornalismo, retórica, artes plásticas, dentre outros. AgitProp também era o nome dado a um trem que, em seus vagões, realizava ações de comunicação por onde passava. O trem da AgitProp era composto por banda de música, grupo teatral, cinema, grupo de militantes que realizam discursos políticos, biblioteca, etc.

Grande parte do documento é dedicado ao resgate histórico da AgitProp soviética. No Brasil, essa temática é abordada a partir do golpe de 1964, quando a esquerda brasileira começa a desconsiderar o trabalho de agitação e propaganda: “[...] nesse momento político, a atividade de agitação e propaganda virou uma tarefa menor, uma tarefa para militantes novos e, principalmente, para a juventude, que era vista como mão-de-obra barata para esse tipo de atividade” (MST, 2007, p. 15). O documento ainda tece críticas, enfatizando que, nesse período histórico, “[...] há uma separação entre aqueles que formulam as reflexões e aqueles que as executam” (MST, 2007, p. 15). Nas páginas seguintes, encontramos os objetivos da agitação e propaganda para o momento atual:

a) Motivar a classe trabalhadora para se organizar, elevando o nível de consciência das massas; b) Estimular a luta social reativando a noção de luta de classes; c) Deslegitimar o projeto da elite atacando seus pressupostos ideológicos: a propriedade privada e o princípio da livre iniciativa; d) Expor a falsidade, o fracasso e a impossibilidade de realização, neste sistema, das promessas da ‘democracia’ burguesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade (MST, 2007, p. 13).

No segundo capítulo, o documento discute sobre o estágio atual da AgitProp, intensificando a discussão acerca do monopólio da comunicação, como também sobre as formas de alienação social estabelecida a partir desse cenário. Sendo assim, o documento propõe algumas alternativas.

Como ainda não possuímos os meios de produção e divulgação de massa que nos permita combater o padrão hegemônico de representação da realidade, temos que seguir potencializando os métodos de trabalho de base e agitação baseados no contato real dos militantes com a população (MST, 2007, p. 20).

De acordo com o documento, outra tarefa da AgitProp é “[...] implodir os conceitos estabelecidos pela grande imprensa e agir no âmbito da contra-hegemonia” (MST, 2007, p. 21). No entanto, mesmo afirmando que, atualmente, os veículos de comunicação são monopolizados, ao final, o documento enfatiza que

[...] o avanço tecnológico na produção de equipamentos de filmagem, edição e gravação audiovisuais e músicas tornou possível a popularização da produção de filmes, músicas, fotografias, etc. Isso significa que linguagens como o cinema e a televisão, até então monopolizados pela elite, poderão ser democratizadas [...]. Além disso, a tendência é que novas alternativas de democratização da informação apareçam em ritmo crescente, também como consequência do desenvolvimento tecnológico (MST, 2007, p. 22).

Dentre outros pontos, o documento reforça a necessidade de as tarefas de AgitProp estarem fundamentadas em objetivos político-ideológicos pré-definidos. Quer dizer, a natureza das ações da AgitProp deve ter primeiramente uma motivação ideológica: “[...] a ideologia sustenta o trabalho nos períodos de descenso da luta de classe. Para isso, é fundamental termos um processo permanente de formação e educação política” (MST, 2007, p. 14). O documento ainda alerta que um agitador/propagandista deve cultivar valores como:

1) Gostar de ser e estar no meio do povo; 2) Ter sensibilidade política; 3) Gostar de estudar e pesquisar; 4) Espírito de companheirismo e de solidariedade; 5) **Firmeza e coerência ideológica. Não se deixar levar pelas graças e fantasias da propaganda feita pelas elites;** 6) Acreditar na força do povo e na capacidade da mobilização social; 7) Ser exemplo no trabalho, nas iniciativas, na superação dos limites, na prontidão para as tarefas mais árduas do cotidiano (MST, 2007, p. 25. Grifo nosso).

Ao final desse documento, são publicados sete poemas de Bertolt Brecht, como também relatos de três experiências de AgitProp realizadas pelo MST na região norte e centro-oeste do país.

Finalizando esta exposição reflexiva sobre o documento ‘Agitação e Propaganda no processo de transformação social’, percebemos que a intenção central do mesmo é reforçar a importância da formação política e ideológica dos ‘agitadores e propagandistas’. Ao mesmo tempo que o documento resgata historicamente as formas de dominação simbólica e do monopólio midiático por uma elite, também lança perspectivas sobre o potencial libertador das tecnologias de comunicação e informação. No entanto, o documento faz algumas ressalvas ao enfatizar que a apropriação da tecnologia pelos militantes só terá validade ou eficácia se articulada com fins e objetivos politicamente definidos.

De acordo com os comunicadores da Rádio Terra Livre, este documento foi utilizado num encontro de formação realizado em 2008. Para Adones “[...] esse documento serve mais para a militância urbana [...] Para nós aqui da rádio não contribuiu muito” (ALMEIDA, 2009). Já para Ernesto, “[...] precisamos estudar mais esse documento, pois se não me engano, ele também traz contribuições do setor de cultura [...] e umas táticas interessantes de agitação” (PUHL, 2009). Rosângela enfatiza que

[...] se a gente for ver bem, esse negócio de agitação aqui não dá muito certo, prefiro o trabalho que a gente faz aqui na rádio [...]. Não que eu ache isso ruim, pois nem li esse documento, mas pelo que o Adones fala, percebo que o povo aqui é mais de uma ‘musiquinha boa’, de uma notícia e tal (SOUZA, 2009).

O depoimento de Rosângela também demonstra a defasagem entre o que pensa e deseja algumas lideranças do Setor Nacional de Comunicação e os comunicadores que estão na base. Para o MST, na linha que sublinhamos no documento anterior, os meios de comunicação são apenas instrumentos para o projeto político e ideológico afirmado.

7.3 DOCUMENTO EM CONSTRUÇÃO: HEGEMONIA, POLÍTICA, COMUNICAÇÃO E CULTURA

Em 2009, lideranças dos setores de cultura, juventude e comunicação deram início à formulação do documento “Hegemonia, Política, Comunicação e Cultura”. Ao ter contato com o mesmo, percebi que ele ainda se encontra em fase de construção. De acordo com Stédile, esse documento começou a ser elaborado “[...] durante o curso de comunicação e cultura na escola Florestan Fernandes por educandos, professores e lideranças. Ainda temos

dúvidas sobre esse texto, pois ele ainda está sendo aprimorado (STÉDILE, 2009). Salienta ainda que o objetivo é continuar construindo-o a partir das realidades de cada região brasileira.

Ele ainda vai passar por uma reunião dos setores, mas já passou pelos cursos de licenciatura em educação do campo. Passou uma vez pelo curso de licenciatura de artes no Piauí. Passou por momentos de debate na semana de cultura em Belém do Pará (STÉDILE, 2009).

Não elaboraremos maiores reflexões sobre este documento, já que o mesmo encontra-se em fase de construção. De maneira geral, percebemos, tanto na fala de Stédile quanto na estrutura inicial deste documento, que o processo de elaboração documental do MST estará cada vez mais ligado às experiências de comunicação já em andamento. Quer dizer, há uma preocupação crescente em se elaborar políticas de comunicação a partir das experiências e problemas concretos. No entanto, a abertura do documento enfatiza que o objetivo é demonstrar como, neste momento histórico, a hegemonia das classes dominantes é sustentada por uma estratégia de difusão de valores pelos meios de comunicação. Percebemos, na introdução, que a estruturação desse documento terá como base teórica o conceito de hegemonia do filósofo italiano Antônio Gramsci. Também identificamos que o mesmo buscará demonstrar o papel que a cultura e a comunicação assumem para que a classe dominante mantenha a hegemonia e, da mesma forma, porque a cultura e a comunicação são fundamentais para uma ação contra a hegemonia da classe trabalhadora.

Stédile, ao realizar uma reflexão sobre a dimensão documental do MST sobre comunicação, afirma:

Percebemos que hoje esses documentos surgem da necessidade de formarmos os militantes exclusivamente para o campo da cultura e da comunicação. Queremos aliar sempre a formação profissional e política. Outro objetivo é fazer com que nosso discurso sobre comunicação esteja sempre ligado à luta concreta da nossa militância (STÉDILE, 2009).

Nessa direção, Stédile comenta que, atualmente,

[...] muitas ações da esquerda não dão certo porque não refletem essa realidade [...]. No movimento, nós nos cobramos muito, para que o nosso discurso esteja cada vez mais articulado com a prática concreta [...]. Na verdade, o ideal seria o seguinte: se alguém quiser compreender mais sobre as ações de comunicação do MST, deve acompanhar nossas práticas, desde as ocupações [...]. Da mesma forma, quem quiser saber mais sobre a importância desses documentos, é melhor observar na prática se os mesmos estão cumprindo a suas funções, pois é ali que eles também são construídos (STÉDILE, 2009).

7.4 CAMPOS EM ENCONTRO: O DOCUMENTO 'AS RÁDIOS DO MST' E OS COMUNICADORES DA RÁDIO TERRA LIVRE FM

Como evidenciado no título acima, o objetivo deste subcapítulo é detalhar os resultados do encontro entre os comunicadores da Rádio Terra Livre FM e o documento “As Rádios do MST”. Elaborado em 2005, o documento chegou até a Rádio Terra Livre FM por intermédio de Dirceu Pelegrino, integrante do Setor Nacional de Comunicação do MST: “[...] se não me engano, foi logo no início do ano de 2006, quando realizamos o primeiro encontro de formação com o Dirceu, antes da reabertura da nossa rádio” (REIS, 2009).

No início da discussão, busquei esclarecer os objetivos da pesquisa, retomando algumas perguntas explicitadas na problematização. Ao colocar o documento sobre a mesa, um dos comunicadores exclamou: “[...] esse documento nós já usamos em um encontro de formação, inclusive aquele folder que fizemos da rádio foi em cima disso” (ALMEIDA, 2008). Este comunicador sugeriu a leitura individual do documento, pois “[...] nem me lembro quando foi a última vez que o li” (ALMEIDA, 2009).

Enquanto ele e mais outro comunicador liam o documento, Élen destacou: “[...] para mim, isso aqui é um instrumento para a elevação do nível de conhecimento, da consciência da população e também dos nossos assentamentos” (RIBEIRO, 2009). Adones, enquanto relia o documento, destacou em voz alta: “[...] mas isso aqui é meio complicado: *‘A programação das nossas rádios tem que ser a voz do MST’*. Temos que ver que se formos somente a voz do MST pode ser que o povo não goste muito” (ALMEIDA, 2009, grifo nosso). Nessa direção, exploramos a reflexão sobre a suposta defasagem entre o que deseja o Setor Nacional de Comunicação e a prática de comunicação por eles desenvolvida.

Segundo Adones, muitos ouvintes não simpatizam com as linhas políticas do movimento, “[...] principalmente os compradores de lote que não têm nenhuma ligação com a militância”, enfatiza Almeida (2009). Já para Ernesto Puhl, é necessário não abrir mão desse objetivo problematizado anteriormente por Adones: “[...] não podemos também ficar nos dobrando aos que são contra o movimento. Nunca a gente vai conseguir contentar todo mundo” (PUHL, 2009). E continua: “[...] se alguém reclamar que estamos falando só as coisas que o movimento quer, é preciso explicar para o camarada que tudo o que temos aqui é por causa desse movimento” (PULH, 2009). Nessa direção, os comunicadores ressaltam que

algumas famílias que residem nos assentamentos não simpatizam com as ações do MST. Segundo a comunicadora Solange,

[...] nem minha mãe concorda muitas vezes de eu estar comunicando numa rádio do MST. Todos vocês sabem da dificuldade que foi para ela me deixar estar aqui. Isso porque nós fomos assentados pela prefeitura e não pelo movimento [...]. Ela é uma que se eu tocar muita música do MST eu garanto que nem ela escuta mais meu programa (SOUZA, 2009).

Élen destaca que é preciso buscar o meio termo, especialmente porque a Rádio Terra Livre FM acaba atingindo dois tipos de público: “[...] devemos ter jogo de cintura para buscar atender tanto aos nossos companheiros como aqueles que não concordam com o movimento” (RIBEIRO, 2009). Nesta mesma direção, Adones ressalta:

[...] olhem o objetivo número dois: ‘*A programação das nossas rádios deve refletir os princípios políticos e organizativos do MST*’. Se fizermos só isso muitos ouvintes vão bater de frente com a gente, pois querem mais é escutar outras coisas [...]. Esses dias uma guria na escola que me disse que eu tava tocando muita música do movimento que por isso meu programa tava ficando meio chato (ALMEIDA, 2009).

A discussão ficou mais intensa após Jonathan fazer a leitura do terceiro artigo do documento:

A mudança cultural também passa pela música: A maioria das famílias Sem Terra está acostumada a ouvir músicas comerciais, como sertanejas, internacionais, pagodes, etc. Essas músicas são lixos que a burguesia empurra ‘goela abaixo’ para os pobres, porque elas não têm conteúdo, só degradam a mulher, os negros, os pobres e a família. As letras não passam nenhum tipo de mensagem sobre o sofrimento do povo excluído, muito pelo contrário, servem para alienar e anestesiar a população para que não se revolte contra o sistema capitalista (MST, 2004, p. 02).

Para Jonathan Plens, essa diretriz jamais se efetivou na história da Rádio Terra Livre FM:

Eu não sei quando que esse objetivo se cumpriu completamente aqui na nossa rádio. Agora a gente até que está cuidando um pouco disso, de não tocar qualquer tipo de música, mas teve um tempo atrás que tocava de tudo. Dava até para trocar o nome da rádio: de Rádio Terra Livre para rádio música livre (PLENS, 2009).

A comunicadora Rosângela também concorda com Jonathan e destaca que a maioria dos pedidos musicais feitos pelos ouvintes se concentra no estilo sertanejo, principalmente músicas que compõem trilhas sonoras de telenovelas.

Eu acho que não tem como a gente impedir ou querer que o povo peça outro tipo de música. No meu programa, por exemplo, e acho que nos demais também, só dá pedido do Victor e Léo, especialmente as músicas deles que tocam na novela Paraíso, da Globo (RIBEIRO, 2009).

Rosângela salienta ainda que “[...] ultimamente, no meu programa, o povo só quer ouvir aquela música do ‘você não vale nada mais eu gosto de você’”. Se a gente for analisar a

letra dessa música, jamais a gente a tocara tanta vezes” (SOUZA, 2009). Élen discorda de Rosângela, afirmando que:

[...] eu não toco mais essa música no meu programa. Mas eu expliquei para os ouvintes que essa música, mesmo sendo a música do momento, não diz nada de bom. Quando eu voltava para casa, uma amiga minha me deu os parabéns porque ela também achava isso. Então eu acho que se a gente for, mudando o sentido e explicando, o povo vai se conscientizando de que essas músicas da grande mídia não servem para nada mesmo (RIBEIRO, 2009).

Ernesto salienta que é preciso estar mais atento ao objetivo de não veicular conteúdos da grande mídia, porque

[...] se quisermos elevar o nível cultural das pessoas aqui dos assentamentos temos que fazer isso também através da música. Se eles pedem lixo cultural toda hora, não podemos ficar indo muito atrás, se não a gente jamais vai chegar perto do que diz esse documento (PUHL, 2009).

Essa primeira tensão deflagrada entre as proposições documentais e a prática radiofônica caracterizou-se devido às exigências da comunidade no que diz respeito aos pedidos musicais, especialmente estilos ou ritmos considerados da cultura capitalista, como enfatiza o documento em discussão:

[...] por isso, precisamos mudar essa cultura imperialista, a começar pelo tipo de música que tocamos em nossas rádios. Precisamos ouvir música que falem de nosso Movimento, contestem o sistema capitalista e estimulem o senso crítico da população. Músicas que sensibilizem o coração das pessoas e que nos façam a pensar sobre a realidade, como as músicas do MST, música popular brasileira (MPB), músicas de raiz, de cantores latino-americanos, entre tantas outras que discutem os problemas sociais (MST, 2004, p. 2).

Concordando com essa proposição documental, Adones enfatiza que a programação musical executada nesta emissora também reflete as vontades do MST:

[...] agora não dá para a gente generalizar achando que só tocamos esse tipo de música. Pelo menos umas cinco músicas do movimento a gente toca por dia na programação, sem contar as outras músicas que falam da nossa luta. No meu programa de Hip-Hop, quase todas as músicas criticam o capitalismo e a burguesia [...] então eu acho que estamos cumprindo a vontade do movimento aqui (ALMEIDA, 2009).

Entre os comunicadores, há uma discussão latente sobre o que se caracteriza como música sertaneja de raiz, pois, de acordo com Ronaldo, comunicador do programa ‘Cantar do Galo’,

[...] hoje está tudo misturado. Esses dias eu baixei uma música achando que era uma moda viola para tocar no programa, mas a música estava num ritmo diferente, com umas batidas estranhas [...]. A letra e o nome eram o mesmo de antigamente, mas a música, para mim, não era mais moda de viola [...]. Então eu acho que se formos ficar nos preocupando com a questão de só tocar músicas de um certo estilo a gente não vai conseguir, porque hoje está tudo misturado (ANTUNES, 2009).

Ernesto complementou, dizendo que

[...] antigamente as músicas vinham fechadas no disco e não tinha como mexer nela. As rádios tocavam as músicas originais e pronto. Agora com esses programas de edição da *Internet* você faz o que quiser com a música. Até tocar ao contrário ela você pode [...]. Essa é a indústria cultural que o povo vai consumindo e que vai colocando a gente na parede quando tentamos resistir aqui (PULH, 2009).

Para buscar atender as expectativas da comunidade e, ao mesmo tempo, os objetivos evidenciados pelo documento, os comunicadores tentam encontrar o meio termo. Adones afirma que este é um dos grandes desafios para o funcionamento da Terra Livre FM:

Este ponto, de achar o meio termo, nós consideramos uma ‘faca de dois gumes’ [...] se nós trabalharmos, por exemplo, MPB, que é um estilo novo na região, o nosso povo não vai querer ficar escutando MPB, se na verdade ele gosta é de sertanejo. Então a gente aplica, deste modo, a questão das músicas comerciais. Nós não as banimos, mas temos o controle. Nós chamamos as músicas comerciais de ‘isca’, porque assim tocamos o que o povo está acostumado e tocamos as nossas músicas depois (ALMEIDA, 2009).

A comunicadora Élen também destaca que outro problema vivenciado por eles diz respeito à tensão entre “[. . .] divulgar o que o MST deseja e o que realmente os ouvintes querem ouvir” (RIBEIRO, 2009). De acordo com o documento em discussão,

As Rádios do MST são uma ferramenta para: a) fazer o debate com a sociedade sobre o modelo de desenvolvimento para o campo; b) fazer propaganda das conquistas da Reforma Agrária; c) conscientização da população para a necessidade da Reforma Agrária; e) ser um instrumento de ajuda na organicidade das famílias assentadas e acampadas. Ou seja, as rádios têm que como meta fortalecer os objetivos gerais do MST (MST, 2004, p. 3).

Para a comunicadora Rosângela, “[...] a gente procura divulgar assuntos sobre o MST, mas se formos ver, são poucas as notícias sobre o MST para a gente dar todos os dias ou em todas as horas” (SOUZA, 2009).

Outros comunicadores ressaltam que as notícias sobre o MST, quando veiculadas na Rádio Terra Livre FM, são pautadas, em sua maioria, por outros veículos de comunicação.

[...] a gente divulga as notícias sobre o MST, principalmente quando a ‘Band’ ou a Globo atacam a gente. Se eles dão uma notícia atacando a gente de noite, no outro dia a gente debate essa notícia aqui no jornal; buscando mostrar a verdade [...]. Creio que nesse sentido a gente dê muitas notícias sobre o MST (PLENS, 2009).

Nessa direção, Ernesto salienta que os veículos de comunicação do MST também são fontes de informação, especialmente o *site*³² e as agências de notícias. Porém,

[...] se formos ver o que o povo quer de notícias, certamente serão sobre as coisas aqui da nossa comunidade e da cidade. Aí essas notícias que esse documento quer que a

³² www.mst.org.br ; www.agenciachasque.com.br; www.radioagencianp.com.br .

gente informe fica um pouco difícil. O povo mais militante pode até gostar de notícias sobre o movimento, mas principalmente se for um assunto que tenha passado na TV antes (PULH, 2009).

Adones, apresentador do Jornal Terra Livre, destaca que os ouvintes reclamam quando não são veiculadas notícias locais. Assim,

[...] o importante, na minha opinião, são as notícias aqui do nosso assentamento e da nossa cidade. Se a gente mostrar o que está acontecendo aqui, certamente o povo vai nos ouvir mais e também começar a querer saber sobre as notícias do movimento e da nossa luta (ALMEIDA, 2009).

Os comunicadores fazem ressalvas sobre ‘o que é uma notícia do MST’, detalhando que mesmo uma informação local pode fazer referência aos objetivos do movimento.

Eu acredito que esse documento quer nos dizer que as notícias sobre o MST ou sobre a necessidade da reforma agrária não são só aquelas que eles nos mandam, mas também aquelas notícias que fizemos aqui nos assentamentos. Por exemplo: esses dias eu fiz uma matéria sobre a propriedade do seu Pedro Lima, sobre a vida dele, desde quando ele ocupou a terra até os dias de hoje. Busquei mostrar como que a reforma agrária dá certo. Essa notícia certamente atendeu aos objetivos que o documento pede (PUHL, 2009).

Élen, apontando para o documento, diz não concordar com a expressão “fazer propaganda das conquistas da reforma agrária” (MST, 2004, p. 03), porque

[...] na minha opinião, não sei se o termo ‘propagandear’ a reforma agrária seja a melhor expressão, pois isso dá uma impressão de que tem jogo de *marketing* envolvido. Devemos sim sempre divulgar nossas conquistas e o sentido das nossas lutas. A palavra fazer propaganda pode ser um tiro pela culatra. Isso pode parecer que queremos competir no jogo da grande mídia [...]. A questão da conscientização e não da propaganda, deve ser uma das nossas principais causas para que os camponeses sejam os sujeitos de sua história; para que possam se defender dos ataques da grande mídia (RIBEIRO, 2009).

A instalação da *Internet* nos estúdios da Rádio Terra Livre também é um ponto de debate entre os comunicadores da Terra Livre FM. Para Ernesto, a *Internet* tem contribuído muito, mas também tem sido um complicador quando a prioridade é veicular informações do interesse do MST.

[...] a gente não pode negar as coisas boas que a internet nos trouxe, mas por outro lado é preciso ir com calma. No ano passado, quando era outro grupo que estava tocando a rádio, as notícias que a gente escutava era quase cem por cento nada a ver com a nossa realidade. Tinha mais notícias da eleição do Obama dos Estados Unidos do que do Movimento ou dos problemas do nosso assentamento [...]. A internet ajudou a gente em muita coisa, mas até hoje tem gente se acomodando em dar uma notícia da burguesia, só por que está pronta na internet, do que se esforçar e correr atrás das coisas da nossa luta (PULH, 2009).

Com relação ao uso da *Internet*, os demais comunicadores ressaltam que a mesma possibilita a realização de uma programação mais diversificada, principalmente devido às

reclamações do público por informações que, por outra via, não seriam facilmente encontradas.

[...] a gente sabe que o povo agora assiste de tudo, pode ler sobre o que quiser e se a gente não estiver preparado para atender esse tipo de ouvinte, ele simplesmente vai escutar a rádio da cidade, porque lá eles informam de tudo. Esses dias o povo aqui da cooperativa recebeu uma notícia pelo celular de que a previsão era de temporal para a nossa região [...]. Eles me perguntaram se era verdade. Ai eu disse que ia conferir na internet e que já estaria dando a notícia. Pois não é que no outro dia deu aquele furacão aqui. [...] Então, sem dúvida, a gente tem que estar muito ligado, porque nosso ouvinte cada vez mais vai nos cobrar isso (SOUZA, 2009).

Diogo, locutor do programa Juventude de Atitude, reforça que os ouvintes estão cada vez mais solicitando informações atualizadas, especialmente as que dizem respeito ao mundo do entretenimento, o que, para ele, acaba gerando um mal estar quando os objetivos deste documento estão em discussão.

Eu quero voltar nesse ponto do documento que diz que ‘a nossa rádio deve ser a voz do MST’ (MST, 2004, p. 01. Grifo nosso). Eu fico até meio mal, pois no meu programa eu, muitas vezes, dei notícias do *big brother* e certamente isso não é a voz do MST. Mas ai eu pergunto para os companheiros: Quem aqui no assentamento não assiste o *big brother*? A coisa tomou conta de um jeito que até o povo mais militante às vezes fica curioso em saber sobre essa coisa (BUSNELLO, 2009).

Élen chama a atenção para o terceiro capítulo do documento:

[...] As rádios do MST são e devem ser diferentes das convencionais e tradicionais. São rádios livres com as características de rádios comunitárias, porque a programação é feita por um coletivo de pessoas comuns, que estão integradas na base do MST e na sociedade. Por isso pensamos que devemos denominá-las de “Rádios do MST” e não rádios comunitárias ou rádios livres (MST, 2004, p. 3).

Segundo a comunicadora,

[...] se formos analisar nossa prática aqui, isso que o documento diz é um pouco complicado. Se fizermos isso, estaremos passando a idéia de que a rádio é coisa para os militantes, quando na verdade, estamos utilizando esse meio de comunicação para formar sempre mais militantes (RIBEIRO, 2009).

Nesse sentido, Ernesto esclarece que é necessário fazer com que a rádio tenha uma identidade própria,

[...] porque se a gente for fazer somente rádio do jeito comunitário ai certamente muitas coisas da nossa história caem por terra. Eu sou da idéia de que a nossa rádio é uma rádio do MST [...]; que tem uma identidade diferente de qualquer outra. Porque tudo o que temos aqui foi por causa do MST. Essa terra onde ela está veio de uma luta maior e não apenas da vontade de algumas pessoas de montar uma rádio para só ouvir música ou dar notícias das novelas. Se a gente não levar a sério o que diz esse documento, de dizer isso nos microfones, que nós somos uma rádio do MST, então eu acho que o melhor é a gente fechar as portas (PUHL, 2009).

Para a grande maioria dos comunicadores da Rádio Terra Livre FM, a definição em ser uma rádio comunitária, livre ou do MST, como quer o documento, é um ponto delicado, pois, segundo Élen,

[...] mudanças repentinas podem gerar efeitos colaterais. Precisamos antes de tudo estudar e conquistar o campo que será transformado, no caso a opinião pública dos nossos assentados. Nesse sentido o cuidado deve ser maior, transformando aos poucos, no dia-dia e não chegar de cara dizendo que isso aqui é uma rádio do MST e ninguém mais discute. Para estarmos a serviço da estratégia política do MST, devemos também mostrar para a comunidade que estamos primeiro a serviço dela (RIBEIRO, 2009).

Adones enfatiza que os demais meios de comunicação do MST também vivem essa tensão. Ele cita o exemplo do Jornal Sem Terra, que às vezes tem dificuldade em cumprir seus objetivos:

[...] eu garanto que isso que a gente tá discutindo aqui até o pessoal do Jornal Sem Terra se pergunta. Eles têm como objetivo atender os desejos dos assentados e do povo da cidade, mas por aqui isso não dá muito certo. Tem meses que o jornal nem sai da prateleira da secretaria, porque o povo não está muito ligado na leitura. Já o povo da cidade, que tem outra cultura, certamente também não lê muito porque o jornal é feito com um peso mais político, mais para o nosso militante. [...] aí certamente a coisa não anda (ALMEIDA, 2009).

Nesse sentido, Ernesto relembra que, em reunião realizada na semana anterior com lideranças dos assentamentos, ficou definido que os primeiros objetivos da Rádio Terra Livre FM deveriam ser norteados pelas demandas da comunidade:

[...] É claro que a rádio não tem sentido se não for para potencializar o movimento. [...]. O nosso caso é o seguinte. No passado a esquerda e algumas das nossas lideranças se meteram na política e queimaram a imagem do movimento aqui no assentamento, e com isso se foi a imagem da rádio, das cooperativas e das nossas escolas [...]. Então eu acho que um dos pontos que todos nós temos consciência é o de que a nossa rádio deve, primeiro, contribuir na organização dos assentamentos, na auto-estima dos assentados, no desenvolvimento da consciência crítica e da elevação cultural dos assentados. Com esse trabalho bem feito com a comunidade, certamente a gente vai melhorando a imagem do movimento (PULH, 2009).

Rosângela salienta que uma boa parcela dos ouvintes da Rádio Terra Livre está habituada ao modelo de rádio comercial. Ela se refere à Rádio Rainha das Quedas AM e a Rádio Princesa FM, da cidade vizinha, Xanxerê (SC). Por esse motivo, conta Rosângela:

[...] acho que quando a gente pensa em fazer rádio para o movimento ou para a comunidade a gente tem que levar em conta que o povo aqui sempre escutou muito as outras rádios [...] Muitos não estão nem ai se a rádio é do movimento ou comunitária. O que eles querem é ouvir uma música boa, que tenha locutores bons. [...]. Isso influencia muito, principalmente nos jovens. Isso é um desafio grande, ao menos para mim, lendo esse documento (SOUZA, 2009).

Jonathan complementa a fala de Rosângela enfatizando que

[...] quando a Rosângela diz isso eu penso muito nos jovens aqui do nosso assentamento. Principalmente naqueles que estão com os hormônios à flor da pele e só querem saber do Funk. Isso certamente é influência da grande mídia, das rádios da cidade e até dos toques de celular que eles usam. Com certeza esses tipos de música que nossa juventude quer não brotaram aqui nesse fim de mundo. (...) E isso ninguém mais segura (PLENS, 2009).

Ernesto relembra que, durante um encontro de formação para comunicadores, realizado por uma integrante do Setor Nacional de Comunicação do MST, um dos pontos mais discutidos e aprofundados dizia respeito às formas de mudar o hábito dos ouvintes acostumados ao modelo comercial de comunicação:

[...] No encontro de comunicadores nós estudamos os princípios ideológicos da comunicação para o movimento. Um debate muito bom foi sobre como devemos lidar com esse ouvinte que está acostumado com essa enxurrada de coisas que a grande mídia despeja goela abaixo. É tanta coisa que até vai criando um hábito no ouvido do nosso povo. (...) Ai meu amigo, se a gente não souber lidar com esse ouvinte de uma maneira bem criativa, com certeza ele troca nós pela rádio da cidade ou pela novela da Globo (PUHL, 2009).

Nessa direção, Jonathan destaca outro ponto de tensão no que diz respeito aos objetivos requeridos pelos documentos e a relação com as demandas do público ouvinte:

[...] Nisso que a Rosangela fala a gente pode comparar com o ponto número seis aqui do documento que diz o seguinte: “*Discutir a programação musical, garantir músicas de qualidade e proibir certos tipos de músicas que fazem parte da ideologia cultural do imperialismo*” (MST, 2004, p. 02. Grifo nosso). Eu acho que uma saída é fazer isso mesmo. Buscar formas de discutir com a comunidade. Explicando para o povo que esse tipo de comunicação feita pela burguesia só quer nos alienar e que não nos ajuda em nada [...]. Sei que isso é difícil, pois essa comunicação mais global tá crescendo, deixando a gente de mãos amarradas às vezes (PLENS, 2009).

Élen enfatiza a importância de a programação da Rádio não transmitir apenas um tipo de discurso, mas, sim, buscar dialogar com os gostos da comunidade, mesmo que às vezes seja necessário abrir mão de alguns princípios:

[...] eu acho que a gente tem um desafio eterno aqui. Certamente essa grande mídia só tende a crescer. Vejam só, a RBS tem desde jornal, rádios, televisão e agora até uns esquemas com celular. Aí o nosso povo fica cercado mesmo, sem ter muita opção para consumir outras coisas. Nisso que eu digo que se a gente direcionar a nossa programação só para um tipo de assunto, ou fazer ela muito política, o povo vai querer outra coisa [...] para a gente ganhar esse ouvinte acostumado com esse tipo de comunicação eu não vejo muito problema em abrir um pouco mão desses objetivos que o documento quer (RIBEIRO, 2009).

Na discussão, Adones mais uma vez reforça a importância de a rádio estar em sintonia com a comunidade, buscando ser claro quando objetiva comunicar conteúdos de cunho mais ideológico.

Nós devemos estar cientes de que essa rádio está inserida dentro de uma comunidade, com pessoas de vários tipos de consciência e de pensamento. Se a gente quer uma comunicação mais política a gente tem que saber o jeito de chegar nesse povo. Não

adiante chegar ali na frente e ler um texto de Marx e querer que todo mundo escute o texto de Marx. Porque até eu não consigo escutar muito, porque ficam umas coisas estranhas na cabeça da gente. A gente tem que fazer um trabalho mais macio, com mais calma para poder chegar um dia lá (ALMEIDA, 2009).

Outro objetivo do documento ‘As Rádios do MST’, que gerou discussão entre os comunicadores, foi o seguinte:

As rádios devem fazer parte da organicidade do MST. Somente conseguiremos montar e fazer funcionar uma rádio, se conseguirmos acoplar, ligá-la com a organicidade interna do assentamento ou acampamento. Uma rádio do MST não pode ser ‘solta’. Para permanecer funcionando, só é possível se tiver povo organizado em torno da rádio. Aprendemos que esse veículo de comunicação se sustenta se estiver colado na organicidade, então precisamos trabalhar nessa perspectiva. Um veículo de comunicação popular sobrevive pela força organizada de um movimento social (MST, 2004, p. 01).

Um complicador para a efetivação desse objetivo, destaca Ernesto,

[...] é o povo desorganizado aqui nos nossos assentamentos. A grande maioria depois que conseguiu a terra acabou se acomodando. No início era todo mundo envolvido em torno da rádio, ajudando a construir e bancar com as despesas. Nesse sentido a questão da organicidade acabou se enfraquecendo. Não podemos negar a ajuda de algumas famílias que sempre pegam junto, mas das mil e duzentas famílias daqui, a gente pode contar nos dedos aquelas que estão pegando junto com a gente (PULH, 2009).

Os comunicadores da Terra Livre FM enfatizam que essa desmobilização dos assentados não se deve apenas aos problemas políticos locais, mas a uma cultura midiática que gera desafios para o movimento em todos os lugares em que se faz presente:

[...] mas isso aqui, companheirada, não é um problema só da nossa realidade. Em todos os assentamentos eu garanto que a gente sofre com isso. E, pelo pouco que conheço, em assentamentos onde o povo não tem seus meios de comunicação, a coisa é pior, pois aí sim que eles estão mais ligados com os meios de comunicação da burguesia (PLENS, 2009).

Adones complementa:

[...] muitas lideranças, quando pensam a comunicação, acham que a nossa base é só flores, onde todos estão organizados, pensando no outro, ajudando na organização, defendendo o MST. Mas no fundo isso não está tão bem assim. Então isso é um desafio para a gente fazer uma rádio fechada muito no que o movimento quer, ou totalmente tocada pela base, se essa base quase não existe como antigamente (PLENS, 2009).

Na discussão, Jonathan retoma um trecho do documento, problematizando-o:

[...] tem essa parte do documento que diz assim: ‘*Avaliamos que montar uma rádio não é o mais difícil e complicado, talvez seja o nível mais fácil e rápido. No entanto, percebemos que há uma preocupação maior em como montar um rádio tecnicamente e pouca ainda com as linhas políticas e o conteúdo ideológico das rádios*’ (MST, 2004, p. 02, grifo nosso). Olhando para nós aqui, eu não concordo muito, porque a nossa preocupação aqui nunca foi tanto em só montar a rádio, mas de fazê-la funcionar enquanto um instrumento para o Movimento (PLENS, 2009).

Ernesto, discordando de Jonathan, relembra que, em certo momento da história, alguns gestores da Rádio Terra Livre não estavam preocupados em dar um direcionamento político, de acordo com os ideais do movimento:

[...] houve uma época que essa rádio era tudo menos uma rádio do movimento. Muitos companheiros estavam aqui admirados com tanto equipamento, microfone, computador e tal que nem se lembravam da nossa ideologia [...]. Tanto que teve um deles que ficou uns meses aqui e logo foi para a rádio da cidade [...]. Se a gente analisar por ai, a gente vê que a rádio é um chamativo bom para a juventude que tem essa curiosidade com a técnica, mas não adianta só isso (PULH, 2009).

Jonathan, complementando Ernesto, também relembra que essa preocupação apenas com a dimensão tecnológica, por parte de alguns comunicadores, foi o motivador do fechamento da Rádio Terra Livre FM em alguns momentos de sua história:

[...] quando a rádio fechou, antes da gente assumir, foi por causa desse motivo. Em outros tempos também, a grande maioria da juventude que estava aqui não estava muito preocupada com uma comunicação mais política ou com o que a comunidade estava querendo. Muitos queriam mesmo era falar no rádio, imitar os locutores da cidade [...] tocar só as músicas que gostavam ou mexer com tecnologia [...]. Mas não agüentaram muito, logo a rádio fechou (PLENS, 2009).

Rosângela faz algumas ressalvas, enfatizando que esse fascínio pela tecnologia é também um motivador que cada um carrega consigo para a prática radiofônica:

[...] mas eu acho que essa vontade em lidar com a rádio, na questão mais da tecnologia, é uma coisa que todos nós gostamos. Quem não gosta muito, ou não leva jeito para mexer nos equipamentos, desanima mais fácil. Isso a gente vê no pessoal mais de idade que vem aqui na rádio. Se a gente não estiver junto, na hora do programa, cuidando da mesa de som, eles desanimam e se duvidar nem voltam fazer o programa. Eu mesmo fui uma que começou aqui na rádio por que eu sempre gostei de mexer nos aparelhos de som; em ser uma comunicadora. Agora, depois de um tempo, eu sei que só isso não adianta para a gente tocar essa rádio (SOUZA, 2009).

Outro ponto de discussão girou em torno do último artigo do documento em discussão. O mesmo ressalta que:

Se não garantirmos uma direção política para nossas rádios, nunca alcançaremos os objetivos políticos, portanto ou garantimos direção política ou não existe uma razão para gastarmos forças e investimentos na montagem e organização das rádios. Todas as Rádios do MST devem estar a serviço da estratégia política (MST, 2004, p. 04).

Mediante a exposição dessa proposição documental, os comunicadores teceram considerações que realçam a importância de uma reflexão sobre a realidade onde cada emissora está inserida:

[...] eu acho que no geral a nossa rádio tem que estar a serviço dessa estratégia política, mas isso não é uma coisa que acontece da noite para o dia. Como eu disse antes, têm comunicadores aqui que dão notícias das novelas e tal. Isso não é estar a serviço da estratégia política e certamente se uma liderança nacional escutar isso, vai querer fechar a nossa rádio. Por isso que a gente tem que sempre analisar a nossa

realidade e ver como essa comunicação mais política pode acontecer (RIBEIRO, 2009).

Adones reforça a necessidade de uma comunicação diferenciada, que busque atender os objetivos do movimento. Segundo ele,

[...] se a gente não conseguir fazer uma rádio do movimento aqui dentro dos assentamentos aonde a gente vai conseguir? Na periferia da cidade de Xanxerê onde eles estão mais acostumados com a questão do imperialismo midiático. Se a gente não consegue atuar aqui, em terra que foi conquista nossa, a gente vai fazer uma rádio do MST aonde? Então a gente tem que ganhar força aqui dentro, na nossa base, fazendo o gosto da comunidade, mesmo que nossa base esteja também contaminada por esse imperialismo midiático (ADONES, 2009).

Ernesto ressalta que a problemática do consumo de novas tecnologias ou de informações por parte dos ouvintes da Terra Livre FM é um fenômeno crescente e que gera constantemente novos desafios ao modelo de comunicação idealizado pelo documento em estudo:

[...] de hoje em diante a gente vai ter que saber lidar cada vez mais com esse tipo de ouvinte. Hoje o jovem está rodeado de tecnologias e o pior que ele está consumindo cada vez mais isso. Se você pegar um jovem assentado daqui, certamente ele vai ter as mesmas coisas que um jovem lá da cidade. [...] Isso também vale para a questão das informações que ele recebe. Hoje se você tem um celular você está monitorado pela burguesia, recebendo tudo que é lixo de informação. Eu acho que ai está, companheiros, o gargalo maior quando a gente estuda esse documento aqui. [...] Eu acho que os documentos deveriam considerar mais isso e nos mostrar algumas alternativas de como lidar com isso também (PUHL, 2009).

Na mesma linha de reflexão, Adones acredita que

[...] às vezes, o movimento está seguindo a mesma linha de 1985. Não que eu ache que devemos perder essa linha, mas as coisas vão mudando e se a gente não cuidar disso a coisa vai apertando. Isso principalmente na questão da comunicação. Principalmente, algumas lideranças mais antigas do movimento, eu acho que deixam a desejar quando a coisa é comunicação [...]. Claro que tem outras prioridades com as famílias que estão debaixo de lonas, mas até para eles uma rádio ou outro tipo de comunicação contribuiria na luta [...] dá para a gente imaginar que o povo já não vive sem algum tipo de comunicação (ALMEIDA, 2009).

Jonathan pontua que

[...] o Movimento às vezes tem alguma resistência a novas ideias. A nossa rádio aqui está sendo tocada só pela juventude e isso gera desconfiança por algumas lideranças do movimento. Isso não dá muita credibilidade para eles porque a gente está cheio de idéias novas. Tanto a rádio aqui, muitas lideranças acham que a gente só quer fazer rádio pela rádio, mas na verdade não. Nós também pensamos no movimento e achamos que nossa luta aqui com a rádio pode contribuir mil vezes mais do que qualquer outro tipo de luta (PLENS, 2009).

Os comunicadores trouxeram à tona outra tensão no que diz respeito ao direcionamento político da comunicação cobrado pelo documento em discussão.

O documento cobra isso da gente, mas se formos ver a gente está sem apoio do movimento aqui. Meio que abandonado pelo movimento em algumas coisas. Tudo que a gente precisa é a gente que tem que correr atrás. Não só na questão financeira, mas também na questão de valorizar o nosso trabalho. Penso que as lideranças do Setor Nacional poderiam ao menos ligar para a gente, perguntando como vai nosso trabalho aqui na rádio. Então isso nos deixa isolados por aqui (SOUZA, 2009).

Já para Adones, esse fato deve-se ao surgimento de muitas experiências de rádio em assentamentos e que, mediante isso, o Setor Nacional de Comunicação não consegue atender a todas as demandas:

[...] a gente não faz nem idéia de quantas rádios do movimento estejam funcionando por aí. Eu tenho certeza que até o movimento não sabe direito. Então eu acho que se a gente for analisar, não tem como o movimento querer estar atento de todas as rádios e, muito menos, poder controlar ou orientar todas essas rádios. Eu sei de rádio, de uns companheiros nossos, que deixam até nossos adversários falar [...]. Então o movimento fica meio perdido no meio dessa confusão (ALMEIDA, 2009).

Tomando a palavra, Ernesto comenta que uma das bandeiras históricas do movimento diz respeito à luta pela hegemonia cultural, mas destaca que ainda é preciso avançar.

Eu acho que o movimento sempre luta para o melhor e mudar a cultura desse povo é uma das lutas do nosso movimento. Se o povo está escutando cada vez mais, ou consumindo os lixos da cultura burguesa, a gente tem que melhorar nossos meios e usar com todas as forças as nossas armas. Eu sei das dificuldades enormes que o movimento vem passando, das pessoas que passam fome nos acampamentos, mas eu acho que a gente deveria se preocupar mais na comunicação (PUHL, 2009).

Finalizando a discussão, os comunicadores realizaram uma reflexão mais geral e conclusiva acerca do documento em estudo, buscando refleti-lo à luz da realidade que cada um constrói como gestor desse veículo de comunicação. Para Jonathan Plens, o documento ‘As Rádio do MST’

[...] serve para orientar nossa prática; para fazer a gente pensar no que a gente quer com essa rádio aqui. Mesmo com algumas coisas que a gente discorda, eu acho que sem esse documento a gente fica um pouco perdido [...]; correndo o risco de fazer qualquer rádio, tocando tudo o que o povo quer (PLENS, 2009).

Para Ernesto, sempre haverá um descompasso entre os objetivos apontados pelo documento e a prática radiofônica. Salienta ainda que os pontos de tensão ou de desgaste entre a proposição documental e a prática radiofônica são um convite ao aprimoramento e à continuidade:

[...] quando a gente lê um documento desses, a gente sempre deve olhar para ele como um ideal a ser seguido. Na história da nossa luta a gente sabe que muitos ideais não foram alcançados e é por isso que a luta não deve parar. Têm momentos que esse documento e que os objetivos do MST ficam longe da nossa realidade. Eu acho que em alguns pontos ele deve ser refeito, principalmente mostrando caminhos mais concretos, tendo como exemplo as dificuldades mais concretas que a gente está vivendo quando faz comunicação aqui nos assentamentos (PULH, 2009).

Para o comunicador Adones, a tensão deflagrada pode ser a evidência de que ambos os campos estejam atuando em tempos diferentes, principalmente porque a preocupação que orienta os comunicadores no momento é ganhar a credibilidade da comunidade.

A gente sabe que a nossa rádio deve ser uma estratégia para o movimento. Mas o que a gente está em outro momento agora, tentando ganhar mais credibilidade da comunidade [...]. Estamos agora querendo fazer da rádio um instrumento para a comunidade. Eu acho que esse documento servirá para daqui uns tempos, quando a gente estiver mais firme com a audiência [...]. Eu também acho que ele deveria trazer mais informações sobre as coisas mais técnicas, mostrar formas de trabalhar a formação com os comunicadores, tipos de pesquisa para a gente fazer a rádio primeiro para a comunidade; informações novas para que a gente possa ganhar esse ouvinte e mudar a consciência dele como o documento quer (ALMEIDA, 2009).

Na mesma direção de Adones, Rosangela salienta que os objetivos que norteiam a prática dos comunicadores giram em torno das demandas da comunidade. Por essa via, destaca Élen:

[...] se temos que dar a voz para a comunidade a gente sempre vai ter esse problema com uma rádio que tem que ser a voz do movimento. Pois muitos comunicadores, principalmente os novos, não têm nem conhecimento desse documento. Aí a gente tem que instruir e ir com calma, se não a gente vai perder mais ouvintes (SOUZA, 2009).

O documento em estudo é motivo de preocupação para Élen, que o vê como um estímulo para o aperfeiçoamento da prática, mas que nem sempre é possível levá-lo a cabo devido às exigências e demandas advindas de um público cada vez mais midiaticizado. Mesmo assim, a jovem comunicadora ressalta a importância de conduzir a rádio de acordo com linhas políticas expressas nesse documento:

[...] se quisermos fazer da rádio um sucesso, eu acredito que nesse momento é preciso atender o que os ouvintes querem, mas sem perdermos a direção da nossa ideologia. O que diz o movimento está claro aqui, mas fazer isso dar certo com o que os nossos ouvintes querem, aí a gente tem que ceder um pouco, às vezes [...] porque eles (ouvintes) são cada vez mais atacados pela mídia burguesa (RIBEIRO, 2009).

7.4 DE “COMUNICAR, CONSCIENTIZAR E REVOLUCIONAR” PARA “A VOZ DO POVO NO AR”

O fenômeno da mudança de *slogan* da Rádio Terra Livre FM ajuda-nos a compreender um pouco mais sobre os indícios ou formas de manifestação do fenômeno da midiaticização deflagrados por essa tensão entre os propósitos político-documentais do MST e a prática radiofônica desenvolvida por esse grupo de comunicadores.

Na reabertura da Rádio Terra Livre FM, em fevereiro de 2008, foi lançado um pôster com o *slogan*: ‘Comunicar, Conscientizar e Revolucionar’. De acordo com Ernesto, “[...] o objetivo desse *slogan* era retomar os princípios da nossa rádio que tinham sido esquecidos por alguns dos nossos companheiros” (PULH, 2009). O novo *slogan*, como pode ser observado nas fotos em anexo, foi pintado na parte lateral da parede externa da Rádio Terra Livre: “[...] comentamos na reunião que esse *slogan* foi pintado na parede para todos que passarem por ali olhar todos os dias e não se esquecer que fizemos rádio para esse objetivo” (PULH, 2009). Para Jonathan, esse *slogan* significa o caráter utópico da Rádio Terra livre: “[...] eu acho que todas as rádios do MST devem se ater a esse *slogan* para resistir aos lixos culturais que a grande mídia passa para o nosso povo [...]. Esse *slogan* funciona como uma utopia para a nossa luta aqui” (PLENS, 2009). Na fala de Jonathan, podemos identificar a posição de resistência às afetações da midiaticização, caracterizada como ‘os lixos culturais da grande mídia’. Ou seja, “[...] como a gente discutiu antes no documento, se a gente não resistir no objetivo desse *slogan*, aí se foi; é um abraço para nós aqui. Quem escutar [Rádio Terra Livre FM] vai dizer: ‘essa não é uma rádio do movimento’” (PULH, 2009).

Para a comunicadora Élen, as proposições desse *slogan* podem ser refletidas por meio de sua poesia ‘Comunicar, Conscientizar para Revolucionar’.

Por mais que tentem fazer-nos desistir, é preciso olhar pra frente e resistir... Temos que seguir, mesmo com dificuldades, vamos conseguir... Temos que continuar, por mais que não queiram, nossa marcha não vai parar... Temos que conscientizar, por mais que digam que não, nosso papel é comunicar, conscientizar para revolucionar... Temos que sonhar, mesmo que queiram atrapalhar... É sonhando e agindo, que nossos ideais vamos alcançar... Temos que fazer transformação, por mais que nos humilhem, a mudança só acontecerá se entrarmos em ação... Temos que seguir a canção, mesmo que alguns vivam da exploração, o futuro está em nossas mãos... Temos que conjunturar, por mais que queiram nos prejudicar. Nossa missão é unir pra lutar... Temos que seguir sempre acreditando, porque é unindo, lutando e sonhando que nossos sonhos vão se realizando (RIBEIRO, 2009a).

Observamos também que esse *slogan* foi utilizado por mais de um ano em forma de vinheta durante a programação e em convites para os encontros de formação com o coletivo de comunicadores. Adones comenta que esse *slogan* “[...] veio mais no discurso para se fazer uma rádio de acordo com a política do movimento e do desejo da nossa militância” (ALMEIDA, 2009). No entanto, destaca a comunicadora Solange, “[...] parecia que esse *slogan* não tinha muito a ver com o que a gente estava fazendo aqui [...]. Tudo bem que a gente tem que revolucionar e conscientizar, mas será que o povo vai compreender isso?” (RIBEIRO, 2009). Jonathan ressalta que “[...] por se tratar de uma rádio comunitária, feita

nesse momento mais para a comunidade, achamos melhor valorizar um *slogan* que falasse sobre isso (PLENS, 2009).

Em meados do mês de junho de 2009, a Rádio Terra Livre FM **trocou** o *slogan* para “A voz do povo no ar”. De acordo com Élen, o novo *slogan* da rádio surgiu em uma das reuniões da coordenação política da rádio “[...] quando o nosso grande amigo César estava comentando algumas questões da nossa programação” (RIBEIRO, 2009). Ela ainda ressalta que o fenômeno da mudança de *slogan* ocorreu após um trabalho de pesquisa e de coletas de depoimentos da população: “[...] havíamos coletado várias vinhetas da população sobre sugestões para rádio aí achamos que o que estávamos fazendo com mais força aqui era a Voz do povo no ar” (RIBEIRO, 2009). Já para Ernesto, “[...] eu ainda acho que não foi bem uma troca de slogan. A gente passou a utilizar mais a ‘voz do povo no ar’, mas ainda carregamos como ideal o ‘comunicar, conscientizar e revolucionar’” (PUHL, 2009).

Na perspectiva do comunicador do programa Cantar do Galo, Ronaldo Cezar Antunes “[...] quando pensei nessa frase (*slogan*) para a rádio é porque eu acho que nosso objetivo é dar a voz para o povo, mesmo para aqueles que não estejam muito aí com esse negócio do movimento, de militância” (ANTUNES, 2009). Para Élen, o novo *slogan* tem por objetivo

[...] fazer com que o povo tenha certeza que aqui eles têm voz e vez, e que participem cada vez mais. Segundo esse slogan, o nosso trabalho deveria ser uma ferramenta pra trazer o povo pra radio [...]. Também deveríamos levar a radio até eles, participando de tudo que é importante na vida da comunidade. O nosso trabalho deve ser colocar a voz do povo no ar, fazer com que essa seja uma rádio feita por eles e para eles, mas levando sempre os princípios organizativos do MST (RIBEIRO, 2009).

A necessidade de ser a “voz ao povo no ar” significa para os comunicadores da Terra Livre FM uma comunicação por vezes mais autônoma das propostas políticas do MST: “[...] como a gente quer conquistar aquele povão que quer escutar na nossa rádio o que ele escuta por aí, então a gente tem que fazer o jogo deles também, nem que pra isso a gente tenha que deixar um pouco de lado esse documento aqui” (PLENS, 2009).

Mas, em outra direção, Ernesto relembra que o distanciamento das diretrizes políticas já foi motivo para o fechamento da emissora.

[...] o fechamento da Terra Livre já aconteceu uma vez por causa desse distanciamento das linhas políticas [...]; de ficar tocando tudo o que a grande mídia toca [...]. Claro que o povo vai sempre pedir isso, mas sermos a voz do povo no ar não significa ficar dando muita atenção para esse tipo de coisa (PULH, 2009).

Concordando com Ernesto, Adones comenta que “[...] quando a gente se deu conta, aquele povo estava fazendo dessa rádio uma rádio do jeito daquelas que a gente sintoniza em qualquer lugar do mundo [...], sem uma identidade de movimento social” (ALMEIDA, 2009).

Élen destaca que o *slogan* ‘Comunicar, Conscientizar e Revolucionar’ pode continuar sendo utilizado, mas que

[...] na verdade, a população se identificou mais com ‘A Voz do Povo no Ar’. Antes eles perguntavam por que comunicar, conscientizar para revolucionar. Parecia que para eles a palavra revolucionar era algo distante que não tinha muito a ver com a realidade aqui. Depois que começamos a utilizar esse outro *slogan*, o povo sempre comenta: ‘Ah, então agora nós estamos no ar!’ Houve uma maior identificação e as pessoas passaram a se sentir realmente parte da rádio (RIBEIRO, 2009).

A troca de *slogan* é observada aqui como um dos indícios de manifestação do fenômeno da midiaticização. Esse fenômeno deflagra o momento em que a Rádio Terra Livre FM, como melhor explicaremos na conclusão, passa a funcionar em outra ambiência, não mais a partir das lógicas do campo documental do MST. Quer dizer, a Rádio Terra Livre FM passa a ter seu funcionamento orientado a partir das demandas do campo social, este cada vez mais afetado pelas lógicas da midiaticização:

[...] se formos ver, o povo aqui nos assentamentos tá até meio que contaminado por essa comunicação do monopólio midiático. A grande maioria da nossa juventude está cada vez mais se orientando por isso. Por isso eu digo que se a gente quiser fazer uma comunicação diferente ou do MST, a gente tem que resistir a isso (ALMEIDA, 2009).

Um consenso entre os comunicadores da Terra Livre FM é o de que a troca de *slogan* faz parte de uma estratégia para a conquista de novos ouvintes, principalmente aqueles não simpatizantes com o MST. Solange também relata que

[...] esse povo que já é assentado ainda tem ligação com o movimento, mas não está mais tão interessado com a revolução que a gente quer [...]. O que muitos querem é mesmo uma musiquinha boa e sombra fresca (SOUZA, 2009).

Ao sabermos da tentativa de veiculação da Rádio Terra Livre via *Internet*, perguntamos-lhes se haveria a necessidade de um novo *slogan*, visto que o conceito de povo por eles defendido diz respeito aos sujeitos localizados em uma espacialidade definida, no caso, a voz do povo dos assentamentos da região. Complementando com nossa intervenção, Rosangela enfatiza que: “[...] aí se estivermos na internet, não seremos mais apenas a voz do povo daqui, pois certamente quem nos escutar, em qualquer parte do mundo, também terá o direito de voz aqui nessa rádio” (SOUZA, 2009). Adones diz que “[...] nem tinha pensado nisso, mas certamente se formos para a internet, aí sim poderemos ser ‘a voz do mundo no ar’

e a coisa complicar ainda mais” (ALMEIDA, 2009). Já para Ernesto, mesmo na *Internet*, ou não,

[...] a nossa rádio deve ser a voz do povo, seja ele daqui ou não. O que importa mesmo é que se Deus quiser estaremos na internet, mesmo que isso nos traga novos desafios como o de não sabermos onde ou com quem ou para quem estamos falando (PUHL, 2009).

Élen acredita que é possível, num futuro, voltar a utilizar o antigo *slogan* ‘Comunicar, Conscientizar e Revolucionar’, mas que, no momento, a Rádio Terra Livre FM deve ser “A voz do povo no ar”, como também estar atenta às demandas de seu público ouvinte.

Do sonho de muitos construímos nossa história, na luta de todos forjamos nossa vitória... As marcas do tempo mostram a vontade de vencer, dia após dia tecendo a realidade que nos fez crescer... Vozes do povo se pode ouvir, já é hora de semear, no sonho teimoso de construir nosso jeito de falar... No começo, muita persistência e vontade de transformar, mostram a resistência e a alegria em cada olhar... Em meio a dificuldades o microfone se calou, mas ficou a verdade do sonho que brotou... Hoje, o sonho se refez para poder concretizar agora o que ouvimos outra vez é ‘A Voz do Povo No Ar!’ (RIBEIRO, 2009).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mas os objetivos do mundo social podem ser percebidos e expressos de diversas maneiras, porque sempre comportam uma parcela de indeterminação e fluidez e, ao mesmo tempo, um certo grau de elasticidade semântica: de fato, mesmo as mais constantes combinações de propriedades estão sempre fundadas em conexões estatísticas entre intercambiáveis; e, além disso, estão sujeitas a variações no tempo, de modo que seu sentido, na medida em que depende do futuro, está ele próprio em expectativa e é relativamente indeterminado” (BOURDIEU, 1990, p. 161).

Creemos que nosso papel, enquanto pesquisador, não seja o de colocar um ponto final em nossos projetos científicos, mas o de preannunciar novos pontos de partida, principalmente pela construção e partilha do saber crítico. Permanece o desejo de que o conhecimento elaborado nesta pesquisa possa servir a novos projetos que, certamente, complementarão o que por nós foi apresentado até aqui.

Para iniciarmos a elaboração deste último capítulo, resgatamos as perguntas que instigaram nosso caminho investigativo e a estruturação desse projeto: Por que existe essa tensão entre as concepções políticas e ideológicas formuladas pelo campo documental do MST e a prática comunicacional, no caso a Rádio Terra Livre FM? Por que o coletivo de comunicadores da Rádio Terra Livre tem dificuldades de inserir no funcionamento desta emissora as diretrizes teóricas? Por que as formulações políticas de comunicação do MST encontram resistência ou, por vezes, não funcionam enquanto uma prática radiofônica? Os campos *‘Documentos de comunicação do MST / Rádio Terra Livre FM / Coletivo de*

comunicadores e ouvintes estariam atuando em lógicas diferentes? Os campos estariam agindo a partir de interesses ou tempos distintos?

Ao longo desses dois anos, conciliando pesquisa de campo, leituras, escrita e revisões, não tivemos por objetivo responder tais perguntas de maneira conclusiva, tanto porque cremos não haver conhecimento geral sobre o fenômeno investigado. O que apresentamos são algumas considerações acerca do entrelaçamento entre proposições teóricas e campo empírico, buscando com isso esclarecer a confirmação de nossa hipótese anunciada.

A demanda por tecnologia como também a inevitável e crescente produção de informação midiática vem ganhando espaço nas ações do Movimento Sem Terra. São inúmeras as experiências de comunicação, que, ao longo dos 25 anos, facilitam estratégias, mas também geram desafios quando o assunto é planejamento e orientação por meio de um campo documental.

Por meio de entrevistas, observação participante e leitura atenta dos documentos, certificamos a intenção de estruturação e de condução pelo Movimento Sem Terra do seu campo midiático, como também a tensão entre ambos. Adiante, centramos nossa observação nas especificidades dessa tensão deflagrada e identificamos a mesma como manifestação do fenômeno da midiaticização.

Inicialmente, percebemos que as transformações motivadas pela inserção tecnológica não são imediatas; demoram a se manifestar, porque não apenas a dimensão instrumental está envolvida nesse processo, mas, sobretudo, a dimensão sociossimbólica. Nesse sentido, caracterizamos a Rádio Terra Livre FM não apenas como um instrumento tecnológico, mas como um espaço de comunicação que disponibiliza aos sujeitos novas possibilidades sociais. Conforme observamos, a presença da Rádio Terra Livre FM possibilita aos seus agentes novas formas de interação e de conhecimento sobre a realidade local e sua relação com o mundo. Em alguns depoimentos, percebemos que esta tecnologia de comunicação social permite o reencantamento das oportunidades não apenas profissionais, mas também subjetivas e lúdicas dos seus agentes (comunicadores e ouvintes). Por outro lado, ao mesmo tempo que há esse encantamento ou fascínio pela tecnologia, abrem-se oportunidades para algumas desconstruções identitárias, pois o campo da tecnologia promove deslocamento do tempo e do espaço do poder que produz a identidade, no caso, a construção identitária idealizada pelas políticas comunicacionais do Movimento Sem Terra.

Enfatizamos que a Rádio Terra Livre FM não se configura apenas como uma máquina ou dispositivo tecnológico, mas antes como um campo gerador de novas processualidades simbólicas. Ou melhor, o veículo de comunicação aqui investigado remete a novos modos de percepção, conhecimento sobre a realidade e a novas sensibilidades criativas, até então desconhecidas ou pouco identificadas pelo grupo de comunicadores, como também pelos seus próprios ouvintes.

Alguns comunicadores depositam total confiança no desenvolvimento dessa atividade comunicacional; no entanto, há aqueles que preferem a cautela e, até mesmo, a interrupção de tal atividade se a mesma não estiver cumprindo as designações do campo político-documental. Para esses últimos, a Rádio Terra Livre FM pode facilitar ações desmobilizadoras, principalmente por enfraquecer a necessidade do encontro face a face para os debates e deliberações, como também veicular ‘valores burgueses’ da ‘grande mídia’. Porém, certa resistência ao uso é atenuada se essa atividade comunicacional seguir as linhas políticas, sendo um ‘instrumento para a voz do MST’.

Identificamos que, até certo momento, após sua fundação, a Rádio Terra Livre FM seguiu as diretrizes políticas do campo documental, mas, a partir da abertura, as demandas do campo social seguiram por outro caminho, em vista de a condução política da Rádio Terra Livre FM, pretendida pelo campo documental do MST, encontrar empecilhos quando deparada com as demandas da sociedade em midiatização.

Nesta pesquisa, também compreendemos a midiatização não como um processo definitivamente estabelecido, mas em construção. No fenômeno estudado, sua manifestação potencializa, por um lado, desagregações, tensões, mas, por outro, linhas ou pontes que interligam os campos sociais, como também suas próprias constituições e modos de ser.

A elaboração desta pesquisa esclareceu-nos que as afetações midiáticas, mediante a presença da Terra Livre FM, mas, principalmente, pelo acesso dos seus agentes às redes eletrônicas e demais fluxos informacionais, estão constituindo novas fontes de conhecimento para a construção da realidade, que passam a reconfigurar identidades, as relações locais, a comunidade e as demais ações comunicacionais desse movimento social.

O processo de midiatização social aqui identificado gera uma multiplicidade de gostos e valores que, em certa medida, extrapolam referências até então tradicionais e estáveis, como as objetivadas pelo campo documental analisado. Em outras palavras, a midiatização da

sociedade, relacionada aos novos fluxos informacionais, vem apagando referências historicamente construídas, gerando assim instabilidades para a condução ou o funcionamento político da Rádio Terra Livre FM. Reafirmamos que o processo de midiaticização está colocando os campos sociais em patamares cada vez mais assimétricos, inviabilizando a condução dos mesmos por um único horizonte político-ideológico.

A midiaticização, como resultado da articulação da sociedade com os novos meios de comunicação e informação, gera nova atmosfera de valores e uma nova ética. Uma nova sociabilidade emerge na sociedade em midiaticização, agora não mais orientada por vínculos fortes ou ideologicamente totalizadores: evidencia-se, no universo investigado, um novo tipo de relacionamento dos sujeitos com referências mais fluidas e deslocalizadas. Deflagra-se assim a atenuação de fronteiras e, até mesmo, de campos sociais anteriormente mais bem definidos, ou seja, reconhecemos que as transformações sociossimbólicas, causadas pelas afetações midiáticas, operam novos tipos de mudança social: mudanças que alteram a prática comunicacional do MST e, aos poucos, sua própria elaboração político-documental sobre comunicação. Como exemplo, a chegada da *Internet* nos estúdios da Terra Livre FM inaugurou um novo processo de produção simbólica, transformando a relação dos sujeitos com a comunidade e com a própria organicidade do movimento social na região pesquisada. Por essa direção, certificamo-nos que as tecnologias de comunicação e informação não são neutras, constituindo-se como espaços criativos de interação social que produzem novas formas de mediação social e de conflitos simbólicos. São espaços constitutivos de novas formas de consciência coletiva, com um modo específico de produzir efeitos, comportamentos e, porque não, um novo *habitus* e uma nova ambiência.

As afetações midiáticas, caracterizadas pelo acelerado fluxo de informações, têm causado, em certa medida, a obsolescência e o enfraquecimento das orientações políticas. Esse fator é identificado nesta pesquisa, quando os comunicadores fazem referência ao passado, onde as afetações midiáticas eram menos intensas; era o tempo quando os ouvintes não tinham muitas opções de fonte de informação ou de consumo midiático. Percebemos também essa questão quando os comunicadores comentam sobre a fundação da Terra Livre FM, em 1996, e as facilidades em veicular, com mais frequência, músicas ou conteúdos que o movimento indicava. Mas hoje isso é quase impossível – destacam os comunicadores - porque as proposições do campo documental não pensam positivamente sobre essas afetações.

Identificamos que o ‘pensar comunicação do Movimento Sem Terra’ está estruturado em valores mais rígidos e historicamente estabelecidos. No entanto, este movimento se depara com a diversidade e a deslocalização de costumes e valores erigidos e operados pelos novos fluxos e fontes de informação. Sendo assim, ressaltamos que essa tensão entre proposições político-documentais e a prática radiofônica devem-se, em parte, à postura defensiva e negativa do Movimento Sem Terra mediante as afetações midiáticas, enquanto que os comunicadores e ouvintes atuam de modo mais relacional e, na maioria das vezes, totalmente motivados por elas. De maneira crescente, esta prática radiofônica resiste à lógica linear de funcionamento proposta pelo campo documental.

Por esse caminho, identificamos que o campo político-documental do Movimento Sem Terra está estruturado a partir de demandas do próprio movimento, ou seja, a partir de lógicas de uma razão mais política do que a partir das demandas da realidade/sociedade em midiatização: o campo documental do MST sobre comunicação objetiva resistir às demandas da sociedade em midiatização; uma postura vigilante é mantida mediante essas demandas.

Outro causador da tensão identificada deve-se ao fato de que o campo documental aqui analisado não pensa a comunicação enquanto processo ou, de maneira mais complexa, da forma como se configuram as afetações midiáticas ou a própria constituição da emissora em estudo. Há mais preocupação com o caráter doutrinário e político do conteúdo ou com a condução técnica do veículo do que com o processo comunicacional. Observamos que muitas ações de comunicação são de natureza reativa ou acidental, restando poucas experiências realmente programadas de maneira processual ou proativa. Quando programadas, ignoram a problemática das afetações midiáticas e da complexidade que envolve as tecnologias, como também a inserção dos seus militantes nessa nova ambiência.

Os encontros de formação, realizados esporadicamente pela coordenação política, como pela coordenação nacional do Movimento Sem Terra, têm por objetivo a formação política dos seus comunicadores, reforçando o caráter manipulador e hegemônico dos processos de midiatização. Por outro lado, oportunizam o debate e a livre expressão daqueles que buscam solidariamente seguir adiante. Fator este historicamente negado pelos grupos de comunicação de nosso país.

Num dos encontros de formação com o coletivo de comunicadores da Terra Livre FM e coordenadores nacionais de comunicação do Movimento Sem Terra, identificamos o ‘despoder’ ou descontrole frente à crescente demanda por outros conteúdos requeridos pelo

público ouvinte e por alguns comunicadores. A partir das resistências ou das contraposições dos comunicadores às políticas de comunicação, percebemos que os processos de mediação operam também como deslegitimadores desse campo documental.

Ao apresentarmos os resultados desta pesquisa à coordenação política da Rádio Terra Livre FM, fomos aconselhados a observar esse processo de deslegitimação documental por uma perspectiva mais complexa, especialmente a partir do campo político ou econômico. No entanto, cremos que as afetações midiáticas também atuam a partir desses campos e, em certo grau, passam a operar por eles. Certamente, a crescente consolidação de um ecossistema midiático global, que pode ser acessado pelos assentados da comunidade 25 de maio, gera infinitas possibilidades de reconstrução da cultura local, estruturas econômicas e de ação social.

O funcionamento da Rádio Terra Livre FM, conforme sua história, também pode ser considerado como expressão do processo de mediação social. A preocupação do Movimento Sem Terra em desenvolver esse veículo de comunicação tem como fundamento inicial a necessidade de reação a esse fluxo informacional que advém dos processos de mediação social. Nesse jogo de tensões, há uma tentativa deste Movimento Social em reverter o sentido das notícias, músicas e demais informações, justamente porque a ‘identidade política ideal’ vem aos poucos sendo modificada por essas afetações midiáticas.

No entanto, pensamos que essa tentativa de ressignificação do sentido também interfere nesse fluxo de informação mediada, isto é, no caso investigado, o fluxo de informação mediada pelos grandes grupos de comunicação é apropriado por esses sujeitos que, ressignificando o sentido, também lhe atribuem importância, transformações e novas utilidades: essa disputa deflagrada na apropriação e reconfiguração do sentido das informações veiculadas pela ‘mídia burguesa’ pelos comunicadores da Terra Livre FM é um forte indício das afetações da mediação nos processos comunicacionais desse Movimento Social.

Nessa direção, identificamos o uso alternativo dos processos de mediação ou apropriação que muitas minorias e comunidades marginalizadas fazem das tecnologias, interferindo também nesse fluxo informacional. Porém, essa posição de vigilância e seletividade na produção e veiculação de conteúdo da Terra Livre FM causa desgastes aos objetivos proativos desse movimento social. Em vários depoimentos, percebemos que a preocupação em se defender dos ataques ou de ressignificar o sentido dos conteúdos

mediáticos é maior do que o tempo empreendido na produção livre ou de acordo com as demandas espontâneas da própria comunidade.

Por essa via, podemos também compreender sobre o pouco aproveitamento das proposições políticas de comunicação pelo funcionamento desta emissora. A verticalidade das proposições políticas, que execram totalmente os conteúdos da ‘mídia burguesa’, tornam-se, em alguns momentos, um empecilho para a identificação desta emissora com seu público ouvinte. Reconhecemos, por meio do depoimento de ouvintes e de lideranças locais, que o simples fato de um comunicador não tocar certo tipo de música, foi motivo para seu afastamento da emissora. Conforme alguns comunicadores, existe uma crescente preocupação quando o objetivo é fazer comunicação para os objetivos do Movimento, ainda mais quando a intenção é conquistar ouvintes que não possuem identificação com suas bandeiras. Na mesma direção, a intenção de se fazer uma ‘rádio para a comunidade’ impõe limites aos objetivos institucionais deste movimento, especificamente às proposições documentais que reivindicam a supremacia formativa e doutrinária. O fenômeno de mudança de *slogan*, conforme refletimos no sexto capítulo, espelha claramente certo desapego ou autonomia do modo de ser da Rádio Terra Livre mediante as proposições político-documentais do MST: ‘Comunicar, conscientizar e revolucionar’ atua como utopia ou pano de fundo, enquanto ‘A voz do povo no ar’ é tomada como parâmetro ou caminho seguro a ser trilhado.

Podemos então inferir que o Movimento Sem Terra deixa de ser o único mediador ou lugar de legitimação para o ‘agir comunicacional’ de seus militantes, como para o desenvolvimento da prática radiofônica aqui analisada. Sem dúvida, essa diversificação informacional e a difusão da cultura e de mediações para além das cercas deste Movimento Social são os grandes desafios que o universo da midiaticização impõe às lutas sociais do Movimento Sem Terra. O que observamos no fenômeno estudado não é a dissolução da política ou da totalidade de ações do Movimento Sem Terra, mas a reconfiguração ou explosão das mediações que constituem seus modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que os unem para o processo de fazer comunicação.

Importante destacar que não percebemos somente recusas na tentativa de implementação do campo documental no campo radiofônico pelos comunicadores, mas, sim, negociações na maioria das vezes tensas, e rearranjos a partir das necessidades das demandas locais. Não obstante, mesmo que os veículos de comunicação sejam utilizados ou considerados de maneira instrumental pelas proposições documentais, percebemos indícios de

uma reflexão mais programática e complexa sobre seus usos e, principalmente, sobre as consequências. Este ponto foi identificado em documentos ainda em construção.

Lançamos, como semente, a hipótese prospectiva de que esse jogo de disputas entre idealizações políticas e a prática comunicacional causada pelas afetações midiáticas será a preocupação central que movimentará a produção documental, como também as ações comunicacionais do Movimento Sem Terra. Nessa direção, a crescente afetação midiática ou as demandas do campo social cada vez mais midiaticizado será o norte para a elaboração documental desse Movimento Social sobre comunicação. Assim, a própria elaboração do campo documental do MST sobre comunicação será conduzida pelo campo da experiência comunicacional, este cada vez mais estruturado pelas lógicas e demandas da sociedade em midiatização.

REFERÊNCIAS

ABATI, Luiz. **Líder durante a ocupação das terras em Abelardo Luz**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2008.

ALMEIDA, Adones. **Comunicador e integrante da coordenação política da Rádio Terra Livre FM**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2009.

ANDRETTA, Maritânia. **Fundador da Rádio Terra Livre FM**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2008.

ANDRETTA, Terezinha. **Moradora no Assentamento Vinte e Cinco de Maio**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2008a.

ANDRETTA, Valdivino. **Fundador da Rádio Terra Livre FM**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2008b.

ANTUNES, Ronaldo Cezar. **Comunicador da Rádio Terra Livre FM**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARBEIRO, Heródoto. Radiojornalismo cidadão. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON Rosana (orgs.). **Rádio. Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BARBEIRO, Jesús-Martin. **Razón técnica y razón política: espacios / tiempos no pensados**. Revista Latino America de comunicação. Ano 1, n 01.Dez 2005.

BERGER, Christa. A Pesquisa em Comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Sá de; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BIANCO, Nélia R. Del. E tudo vai mudar quando o digital chegar. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON, Rosana (orgs.). **Rádio. Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Sobre a Televisão. A influência do Jornalismo e Os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertreand Brasil, 1998.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia: Dispositivos sociais de crítica Midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Orgs.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática: livro da XV Compós**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. (orgs.). **Pesquisa participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

BRECHT, Bertold. Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio**. Florianópolis, SC: Insular, 2005.

BUCCI, Eugênio. Os sentidos do Rádio. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON Rosana (orgs.). **Rádio. Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BUSNELLO, Diogo. **Comunicador e integrante da coordenação política da Rádio Terra Livre FM**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2009.

BORDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**; tradução, André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder**. São Paulo: Editora Record, 2003.

COGO, Denise M. **Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais**, In: PERUZZO, Cecília Kroling M. (org.). São Paulo: Vozes, s/d.

_____. **No ar... Uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998

COMPARATO, B.K. **A ação política do MST**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, 2000.

COSTA, Iná Camargo. **Teatro da militância**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.

DEFLEUR, Melvin L; BALL-ROKEACH, Sandra (orgs.). **Teorias da comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1993.

DETONI, Márcia. Rádios Comunitárias: Revolução no ar. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON Rosana (orgs.). **Rádio. Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

DRAGON-GUMUCIO, Alfonso. **Arte de Equilibristas: La sustentabilidad de los medios de comunicación Comunitarios**. Rockfeller Foudation, 2001.

_____. **Making Waves; Stories of participatory communication**. Rockfeller Foudation, 1998.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.

FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo (orgs.). **Midiatização e processos sócias na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido: estratégias de produção e de captura da recepção. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito: o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Midiatização, pratica social – pratica de sentido**. Trabalho apresentado no encontro da Rede Prosul – Comunicação, Sociedade e Sentido. São Leopoldo, RS, 2006.

_____. **A midiaticização de um “discurso proibido”**. São Leopoldo, RS. 2006. Artigo estudado durante a disciplina Midiaticização: Sociedade e Sentido no Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, UNISINOS, 2008.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FESTA, Regina. Comunicação popular e alternativa: realidade e utopias, 1984. In: PERUZZO, Cecília Maria Krohling (org.). **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: 3º Ed. Vozes, 1998.

FREIRE Paulo. **Ação Cultural para a liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, Pedro Gilberto. **A filosofia e a ética da comunicação na midiaticização da sociedade**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006.

_____. O processo de midiaticização da sociedade e sua incidência em determinadas práticas sociossimbólicas na contemporaneidade. A relação mídia e religião. In: FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo (orgs.). **Midiaticização e processos sócias na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **Jornalismo popular: uma experiência democrática**. Revista Tempo e Presença, n 228, ago. 1998. São Paulo, 1988.

_____. **O Jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

GOUVEIA, José Vanderley. E a aranha teceu os fios compridos: a felicidade de ser um comum dos mortais nesse mundo mundializado. In: **Comunicação e movimentos populares: quais reder? Comunicación y movimientos populares: cuáles redes?** PERUZZO, Cecilia K; COGO, Denise; KAPLÚN Gabriel (orgs.). São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo. BENETON Rosana (orgs.). **Rádio. Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das experiências: Algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

HURTADO, Carlos Núñez. Uma consulta cidadã participativa: o caso do estado de Michoacán, México. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

IANNI, Octávio. Prólogo. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Buenos Aires: Lúmem-Hvmanitas, 1996.

KELLNER, Douglas; BENEDETTI, Ivone Castilho. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **O Rádio dos pobres. Comunicação de massa, ideologia e marginalidade social**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

LOPEZ VIGIL, José L. **¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria?** In: Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicação, n. 52, nov. 1995. Quito, Ecuador: Editorial QUIPUS/CIESPAL, 1995.

MARTIN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Vilton (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Percurso Intelectual: Autobiografia**. 1999. Apud: MEDINA, Cremilda Araújo de. **Entrevista. O diálogo possível**. 3. Ed. São Paulo, SP: Ática, 1995.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST**. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

MELO, José Marques de. **Comunicação na América Latina: Desenvolvimento e crise**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

_____. **Teoria da Comunicação: Paradigmas latino-americanos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. **Pesquisa Social.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MORAES, Dênis (org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MST 2003. **Documento básico da atuação do Setor de Comunicação,** 2003.

MST 2007. **Documento: Agitação e propaganda no processo de transformação social,** 2007.

MST 2005. **Documento: As Rádios do MST,** 2005.

PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____; BARBALHO, A (orgs.). **Comunicação e cultura da minoria.** São Paulo: Paulus, 2005.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** São Paulo: perspectiva, 2003.

PELEGRINO, Dirceu. **Integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST.** Entrevista concedida ao pesquisador, 2008.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Da Observação Participante à Pesquisa-Ação no Campo comunicacional: Pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Pensamento comunicacional Latino-Americano: Da Pesquisa-Denúncia ao Pragmatismo Utópico.** São Paulo: UMESP, 2004.

_____. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.

_____. Rádio comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Participación en las rádios comunitarias em Brasil.** In: *Comunicación y Sociedad*. Dep. De Estudios de la comunicación Social, Universidad de Guadalajara, n. 32, enero/abril, 1998. Guadalajara, Jasisco, México, 1998b.

_____. **Mídia comunitária, Comunicação & Sociedade.** n 30. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 1998a.

_____. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas.** *Revista Fronteiras*, São Leopoldo, RS, v. 11(1): 33-43, janeiro/abril, 2009.

PAZ, Adílio. **Diretor da Escola Sementes da Conquista.** Entrevista concedida ao pesquisador, 2008.

POOL, Ithiel de Sola. Discursos y sonidos de largo alcance. In: WILLIAMS, Raymond (org.). **História de la comunicación.** Barcelona: Bosch Comunicación, 1992.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica.** São Paulo: Summus, 1989.

PRADO, Adélia. **Bagagem.** 25. ed. São Paulo: Record, 2007.

PUHL, Ernesto. **Comunicador e integrante da coordenação política da Rádio Terra Livre FM.** Entrevista concedida ao pesquisador, 2009.

RAMOS, Cleoni. **Moradora do Assentamento Santa Rosa I.** Entrevista concedida ao pesquisador, 2008.

REIS, Fábio Luiz. **Comunicador e integrante da coordenação política da Rádio Terra Livre FM.** Entrevista concedida ao pesquisador, 2008.

RIBEIRO, Élen Souza. **Comunicadora e integrante da coordenação política da Rádio Terra Livre FM.** Entrevista concedida ao pesquisador, 2009.

_____. **Poesia: Comunicar, Conscientizar para Revolucionar,** 2009a.

RODRIGUES, Adriano (2009). **Experiência, modernidade e campo dos media.** www.bocc.ubi.pt. Acessado em 14/06/2009.

ROMO GIL, Maria Cristina. In: FERRARETO, Artur Luiz (org.). **Rádio: O veículo, a História e a Técnica.** 2. ed. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2001.

SALVATTORE, Ernildo. **Morador do assentamento 25 de Maio**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2008.

SANTAELLA, Lucia. A pesquisa, seus métodos e seus tipos. In: **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hackers Editores. 2001.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: Uma concepção e uma prática. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

SILVA, Émerson Neves. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SANTOS, Maria Salett Tauk. **A ideologia do comunicador de rádio rural**. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Pernambuco, 1982

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Dênis de. (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Maud, 2006.

SOUZA, Rosângela. **Comunicadora e integrante da coordenação política da Rádio Terra Livre FM**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2009.

SOUZA, Lígia Maria. Rádio & Internet: O porquê do sucesso desse casamento. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON Rosana (orgs.). **Rádio. Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 1999.

STEDILE, Miguel. **Integrante do Setor Nacional de Comunicação do Movimento Sem Terra**. Entrevista concedida ao pesquisador, 2009.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980 – 1990**. Chapecó, SC: Editora Grifos, 1997.

STRECK, Danilo Romeu. Pesquisar é pronunciar o mundo. Notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio não contou**. 2. ed. São Paulo: Harba, 1999.

TONNIES, Ferdinand. Determinação geral dos conceitos principais. In: MIRANDA, Orlando de (org.). **Para ler Ferdinand Tonnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2004.

_____. **El cuerpo de las imágenes**. Buenos Aires. Grupo Editorial Norma, s/d

_____. **Esquema para la análisis de la mediatización**. In: Revista diálogos. N. 37. Lima, 1987.

VILALBA, Rodrigo. **Teoria da Comunicação: Conceitos básicos**. São Paulo: Ática, 2006.

VIZER, Eduardo Andrés. Mídia e (trans) subjetividade na cultura tecnológica. A dupla face da sociedade midiaticizada. In: FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo. **Mídia e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____; FERREIRA, Jairo. **Mídia e movimentos sociais. Linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

ANEXOS

ANEXO I - Os comunicadores da Rádio Terra Livre FM

De maneira complementar, achamos crucial desenvolver algumas questões mais gerais para serem respondidas pelos sujeitos que compõe a coordenação política da Rádio Terra Livre FM. Esta entrevista surgiu da necessidade de sistematizar as falas que de certa forma se tornavam freqüentes em nossas discussões. Sempre quando os instigava a falar sobre as Motivações em desenvolver tal atividade comunicacional, as dimensões pessoal, dos sonhos, da subjetividade e da militância eram ressaltadas. O questionário foi respondido através do correio eletrônico entre os dias 10/03/2009 21/04/2009.

Nome: Ernesto Puhl

Idade: 29 anos

Grau de Escolaridade: Magistério

É assentado há quanto tempo: 20 anos. No assentamento 30 de outubro.

Campos Novos, SC.

Comente um pouco sobre sua família: A nossa família participa à 22 anos do MST, somos uma família Sem Terra, todos envolvidos sempre na luta.

Considera-se militante do MST? : Sim, sempre a minha vida é vivida dia a dia a luta do MST. A minha vida se resume viver cada segundo, minuto e hora na luta pela defesa desta luta que busca um projeto de dignidade.

O que é ser um militante para você? : Ser militante é defender esta causa, e lutar na construção deste projeto, desta organização que faço parte.

Fale um pouco sobre seu ideal de vida, seus sonhos: Quero junto com a família sem terra fazer a reforma agrária no Brasil ou seja democratizar a mãe terra neste planeta terra, para aqueles que querem trabalhar nela. Mas queremos ir além da reforma agrária queremos e

estamos construindo uma sociedade socialista. E pra isto quero estar preparado para contribuir neste projeto. Então quero fazer um curso de jornalismo e também quero ter um pedaço de terra pra mim viver uma vida de relação com a mãe terra e a vida no campo.

Se quiser, escreva algo que não esteve contemplado acima que acha importante falar:....

Nome: Jhonatan Plens

Idade: 16 anos

Grau de escolaridade: 3ºano Ensino Médio.

É assentado há quanto tempo: 13 anos

Comente um pouco sobre sua família: A minha família é acolhedora, gosta de ajudar as pessoas, uma família que sonha um dia em reverter essa desigualdade social existente, por meio de articulações, mobilização, unir todos os movimentos com diferentes ideais, mas, por uma mesma causa: o "socialismo".

Considera-se militante do MST? COM CERTEZA, sou militante em indiferentes momentos, ou situações.

O que é ser um militante para você? Ser militante do MST, não é simplesmente, participar em mobilizações, carreatas etc; Ser militante é estudar, criticar, intervir na forma de organização enquanto movimento, é receber críticas e nelas achar uma solução, é ouvir algo que te desmoralize e nisso achar uma saída: Assim por diante, nunca vai ter mobilização se não houver pessoas para pensar.

Fale um pouco sobre seu ideal de vida, seus sonhos? Meu sonho é ver no futuro se realizar tudo que estamos planejando no presente, e dizer que tudo que passamos dificuldades, fome, sofrimento, luta, persistência, tudo valeu a pena.

Se quiser, escreva algo que não esteve contemplado nas questões acima, mas que acha importante falar: ...

Nome: Adones Almeida

Idade:17

Grau de escolaridade: cursando ensino médio

É assentado há quanto tempo: Aproximadamente 4 anos

Comente um pouco sobre sua família: Mora só eu e a minha mãe nos assentamentos. Meu pai mora em Chapecó e trabalha em uma multinacional (Brasil foods).

Considera-se militante do MST? Me considero sim pelo trabalho que juntamente com outros companheiros militantes do MST, mas não só pelo trabalho mas sim o objetivo que esse trabalho tem.

O que é ser um militante para você? Desenvolver um trabalho que tenha objetivos para um bem não pessoal, mas sim de toda sociedade ou de necessitados.

Fale um pouco sobre seu ideal de vida, seus sonhos? O meu principal ideal hoje não é estudar mais ou trabalhar na Rádio Terra Livre pra virar um locutor profissional pra ganhar bem, mas sim que essa rádio se torne referência em comunicação dos movimentos sociais e também cultural, espero que possamos criar varias linhas de trabalhos com frentes culturais (ex:teatro,grupos de dança,cursos de violão ou artesanato...)

Se quiser, escreva algo que não esteve contemplado nas questões acima, mas que acha importante falar: Eu gostaria de frisar que somos um grupo de militantes muito novos (a maioria tem na média 17 ou 18 anos), mas estamos desenvolvendo um trabalho de “gente grande”, para ver que sabendo explorar o interesse de juventude pode se desenvolver trabalhos magníficos por um caminho do bem.

Nome: Elen de Souza Ribeiro

Idade:17 anos.

Grau de escolaridade: Cursando o terceiro ano do Ensino Médio.

É assentado há quanto tempo? :7 anos.

Comente um pouco sobre sua família: Apesar de nunca termos participado de ocupações, minha família apóia a organização, defende seus ideais de luta e suas frentes de trabalho.

Considera-se um militante do MST? : Sim, porque no movimento somos todos irmãos que lutam e acreditam no mesmo ideal, posso dizer que me considero militante do MST com muito orgulho. A organização se fez minha segunda família, é com ela e por ela que hoje luto e corro atrás dos meus sonhos e também dos ideais que temos em comum.

O que é ser um militante para você? : É acreditar de coração que a grande transformação tão sonhada por nós é possível se nos unirmos para juntos caminhar ao encontro de um futuro realmente melhor e acessível à todos, onde as pessoas possam sonhar na certeza de que são valorizadas pelo que são e pela sua capacidade de ultrapassar barreiras...Ser militante, é fazer valer acima de tudo, os direitos de todos e lutar com garra para garantir um amanhã digno aos nossos companheiros, acreditando sempre que chegará o dia em que cada ser humano vai ocupar verdadeiramente seu lugar e seu papel na sociedade e na história da humanidade.

Fale um pouco sobre seu ideal de vida, seus sonhos: Meu ideal de vida é nunca desistir da nossa causa e lutar sempre, para que outras pessoas também possam sonhar, quero seguir sempre confiante de que posso fazer algo para ajudar as pessoas que vão em busca de um futuro melhor. Meus sonhos?...Bom, pra mim, espero conseguir cursar uma universidade, mais especificamente um curso de jornalismo, quero continuar sempre trabalhando com o que gosto que é a comunicação, pois acredito que é de fundamental importância na elevação do nível de consciência do nosso povo, é assim que vejo o meu futuro...participando ativamente da luta pela democratização da comunicação, para que ela esteja completamente voltada aos que precisam, é esse o sonho que defendo juntamente com a companheirada da minha segunda família que é o MST.

Se quiser, escreva algo que não esteve contemplado acima que acha importante falar: Que possamos cada vez mais unir forças nas fileiras dessa longa marcha e que possamos nos rever sempre nas trincheiras da vida, renovando a cada encontro nossa esperança e nosso espírito revolucionário, acreditando sempre que não haverão derrotas no nosso caminho enquanto alimentarmos nossa capacidade de lutar e de sonhar e que um dia possamos comemorar nosso triunfo na luta por JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E PAZ NO CAMPO.

Nome: Rosangela Souza

Idade: 17anos

Grau de escolaridade: cursando o terceiro ano do ensino médio

É assentado há quanto tempo: 12 anos.

Comente um pouco sobre sua família: minha família participou da ocupação mais apesar disso não se consideram parte do MST.

Considera-se militante do MST? : Com certeza o mst pra mim é muito mais que um movimento social é uma família.

O que é ser um militante para você? : É ser alguém preocupado com as questões sociais e humanas, é fazer parte de algo de suma importância pra sociedade em que vivemos que é o mst ,colocar as necessidades de quem precisa mais acima das nossas próprias necessidades .

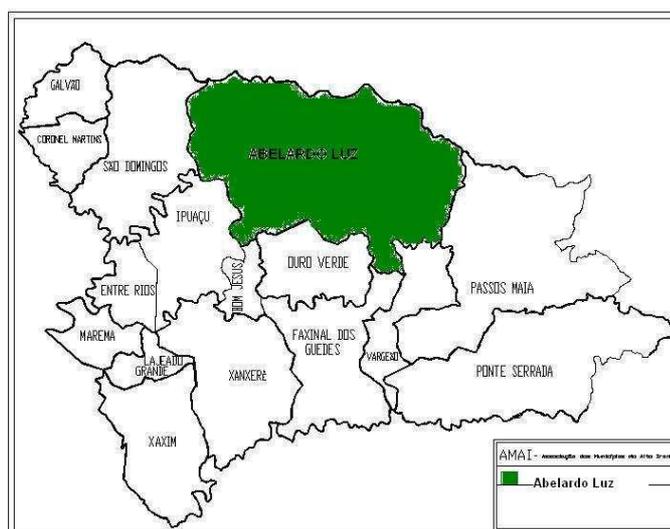
Fale um pouco sobre seu ideal de vida, seus sonhos: Como quase todo jovem eu tenho o sonho de um dia concluir uma faculdade, ter uma casa uma família, um emprego,mais não qualquer emprego e sim um que venha a soma mais a minha vida de militante, e o sonho de ter uma família eu já realizei, afinal eu tenho duas:o mst que é minha família de coração, e minha família de laços sanguíneo que eu amo muito. E os estudos eu to correndo atrás, por que nem tudo vem de graça,as vezes precisamos nos esforçar um pouquinho para conseguir o que queremos .

Se quiser, escreva algo que não esteve contemplado nas questões acima, mas que acha importante falar:

ANEXO II - Mapa de identificação da Cidade de Abelardo Luz



Fonte: www.google.com/imagens.
Acessado em: 21/01/2009



Mapa do município de Abelardo Luz e Região da AMAI - Associação dos municípios do Alto Irani

Fonte: www.google.com/imagens.
Acessado em: 21/01/2009

ANEXO III - Imagens do Assentamento 25 de Maio e Rádio Terra Livre FM



Placa indicativa no acesso aos assentamentos do Município de Abelardo Luz

Créditos: Joel Felipe Guindani

Data: 19/01/2009



Monumento construído em homenagem aos Assentados. Representa o momento da ocupação das Terras no dia 25 de Maio de 1985

Créditos: Joel Felipe Guindani

Data: 19/01/2009



Parte frontal da Rádio Terra Livre FM.

Créditos: Joel Felipe Guindani.

Data: 15/08/2008



Parte Lateral da Rádio Terra Livre FM

Créditos: Joel Felipe Guindani.

Data: 15/08/2008



Integrantes da Coordenação política e do Coletivo de comunicadores da Rádio Terra Livre FM
Créditos: Joel Felipe Guindani.
Data: 28/02/2009



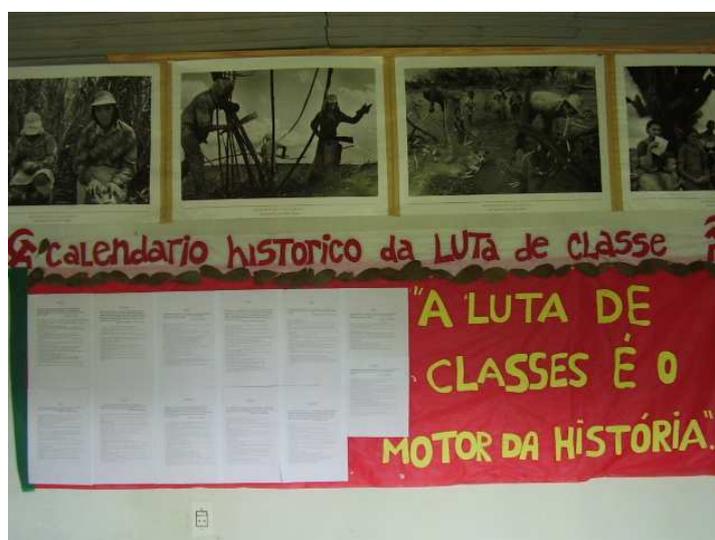
Estúdio Principal da Rádio Terra Livre FM
Créditos: Joel Felipe Guindani.
Data: 15/08/2008



Terezinha Andretta ao lado da primeira caixa de som utilizada nos estúdios da Rádio Terra Livre FM.

Créditos: Joel Felipe Guindani.

Data: 17/01/2009



Mural da Rádio Terra Livre FM: programação atividades culturais realizadas nos assentamentos

Créditos: Joel Felipe Guindani.

Data: 17/01/2009

ANEXO IV - Questionário da pesquisa realizada com ouvintes da Rádio Terra Livre FM

1) Você companheiro (a) houve a rádio terra livre? Houve: (SIM) (NÃO)

2) Na sua casa pega a rádio Terra Livre?

Quais os dias da semana que você houve mais houve a rádio?

Horário.	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom
Manhã							
Tarde							
Noite							

3) Qual é o programa que você mais houve na radio terra livre?

Cantar do Galo: 06:00 as 08:00 hs. Houve: (SIM) (NÃO)

Qual a sugestão para este programa? Manhã no campo: 8:00 as 11:00 hs.

Houve: (SIM) (NÃO)

Qual a sugestão para este programa?

4. Sugestões de outros programas na programação da radio Terra Livre?

5. De que forma você acha que pode contribuir para o bom funcionamento da radio Terra Livre?

6. Qual é a sua avaliação da Radio?

Criticas:

Sugestões:

FONTE: Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.